

REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE E TRABALHO NA AMÉRICA LATINA



SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

WAGNER TADEU IGLECIAS

(ORGANIZADORES)

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

FFLCH-USP - 2020

ISBN: 978-65-87621-12-8
DOI: 10.11606/9786587621128

JÚLIO CÉSAR SUZUKI
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
WAGNER TADEU IGLECIAS
(ORGANIZADORES)

**REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA, ECONOMIA,
SOCIEDADE E TRABALHO NA AMÉRICA LATINA**

FFLCH-USP
2020

[SÉRIE: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES]

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^a Dr^a Maria Arminda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Comitê editorial

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a Dr^a Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes (UFT)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a Dr^a Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSC)

Prof. Dr. Gevson Silva Andrade (UPE)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

R332 Reflexões sobre Política, Economia, Sociedade e Trabalho na América Latina [recurso eletrônico] /

Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Wagner Tadeu Iglesias. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2020. 2.109 Kb ; PDF. (Diálogos interdisciplinares)

ISBN 978-65-87621-12-8

DOI 10.11606/9786587621128

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Acordos internacionais. 3. Trabalho feminino. 4. Reprodução. 5. Relações familiares. I. Suzuki, Júlio César. II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. III. Iglesias, Wagner Tadeu.

CDD 980

Capa: Produção artesanal – Peru, México e Uruguai. Foto de autoria de Rita Lima de Castro

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

**ALIANÇA DO PACÍFICO: UM ESTUDO DA INICIATIVA DE
INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA11**

Alessandra Cavalcante de Oliveira

Julio Manuel Pires

CAPÍTULO 2

**EN TIEMPOS DE SOBREEXPLOTACIÓN Y DEPREDACIÓN
DEL ESPACIO MARINO: LAS MUJERES DEL SINDICATO
DE ALGUERAS DE COCHOLGÜE47**

Víctor Pacheco Garrido

Andrea Ciacchi

CAPÍTULO 3

**O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE:
PERSPECTIVAS A PARTIR DO CONTO SORTE TEVE A
SANDRA DE LUIZ RUFFATO.....71**

Melissa Salinas Ruiz

Josiele Kaminski Corso Ozelame

CAPÍTULO 4

**TRABALHADORES DO BRASIL, MIS QUERIDOS
DESCAMISADOS: A (RE) INVENÇÃO DOS
TRABALHADORES NO VARGUISMO E NO PERONISMO
.....108**

Mayra Coan Lago

Julio Manuel Pires

CAPÍTULO 5

FORAM DOIS, “VOLTAMOS EM CINCO”: FAMÍLIA E REPRODUÇÃO ASSISTIDA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON	147
Samuelli Cristine Fernandes Heidemann	
Regina Coeli Machado e Silva	

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o livro *Reflexões sobre Política, Economia, Sociedade e Trabalho na América Latina*, que inaugura a interlocução entre os programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: Programa de Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em Foz do Iguaçu no Estado do Paraná e Programa de Estudos Latino-Americanos (PPG-IELA) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

O resultado deste *e-book* fortalece os programas interdisciplinares, pois as experiências de pesquisas aqui relatadas são fruto de práticas empíricas e teóricas que tematizam as fronteiras não disciplinares, e ainda evidenciam a crítica que deve ser feita às ciências sociais e humanidades sobre o fazer ciência que vem sendo adensada desde a década de 1970. Dessa forma, promove novas abordagens de pesquisas em que os diálogos entre áreas de conhecimento diversas são bem-vindos e ampliam o escopo das pesquisas. Essa concepção de formação prevê que este pesquisador e esta pesquisadora não são intelectuais técnicos, mas orgânicos, humanos, sociais e políticos. Isso nos permite relativizar tanto os limites disciplinares quanto as oposições entre os saberes, sejam eles científicos ou não (COELI e MORAES, 2016).

Eclode, assim, na ciência, o que se pode denominar de uma maturação qualitativa, como expressa a autora Beatriz Sarlo (2014, s/p.)¹ “*La llegada del milênio invita a hacer un balance*”. A autora elabora seu pensamento em torno da ideia de que a universidade precisa ser aberta ao povo, como um novo cenário que contribui para a política nacional. As pesquisas aqui apresentadas têm como

¹ SARLO, Beatriz. *Tiempo presente: Notas sobre el cambio de una cultura*. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014 (*e-book*).

marco axiológico a interdisciplinaridade, no sentido de que, não sendo utilitaristas, contribuam para promoção de alteridades.

Este livro, tecido a muitas mãos, compila pesquisas que constituem ensinamentos teórico-metodológicos para compreender o presente. Michel de Certeau discorre sobre os atributos dos pesquisadores (as) que é localizar de que lugares falam os autores(as) e quais as condições de produção que os levam a refletir tais conjunturas. Logo, com a perspectiva de pensar o tempo presente sem deixar de olhar o passado, como um espaço de experiências em relação ao futuro, nosso horizonte de expectativas, apresentamos os textos que compõem esta obra.

O primeiro capítulo, *Aliança do Pacífico: um estudo da iniciativa de integração produtiva na América Latina*, de autoria de Alessandra Cavalcante de Oliveira e Júlio Manuel Pires, apresenta um estudo analítico sobre o potencial que a proposta de implementação do bloco *Aliança do Pacífico*, por parte de Chile, Colômbia, México e Peru, traz para desenvolver cadeias regionais de valor. Após uma fundamentação sobre o referido conceito, bem como sobre integração produtiva regional, os pesquisadores partem para uma abordagem histórica e evolutiva da aliança e, por meio de várias análises gráficas, demonstram que o intercâmbio comercial e os investimentos cruzados entre as economias dos países membros ainda são incipientes e que há alguns obstáculos a serem superados, como a baixa participação das pequenas e médias empresas nas ações de exportações diretas, a alta tarifa aplicada a produtos intermediários advindos de países de fora do bloco, infraestrutura inadequada e instituições (as propaladas ‘regras do jogo’, de North), de qualidade insatisfatória.

En tiempos de sobreexplotación y depredación del espacio marino: las mujeres del sindicato de alquerías de Cocholgué, o segundo capítulo da obra, de autoria de Víctor Pacheco Garrido e Andrea Ciacchi, apresenta um recorte da dissertação desenvolvida para o mestrado interdisciplinar em estudos latino-

americanos, da UNILA, em um trabalho etnográfico que tem como sujeitos de pesquisa as mulheres pescadoras da pequena localidade chilena de Caleta Cocholgüe. Os pesquisadores demonstram que as mulheres, por meio do sindicato, realizam suas ações em prol da proteção ambiental em meio a uma situação de destruição crescente do meio, de limites burocráticos estatais e do poder das grandes empresas pesqueiras. É oportuno destacar que Pacheco Garrido e Ciacchi reconhecem ter encontrado mais do que esperavam em sua pesquisa, evidenciando o quanto uma pesquisa é multifacetada e permeada por incertezas que a tornam instigante. A luta das mulheres pesqueiras vai ‘más allá’ de uma busca por eficiência no processo de pesca, mostra a compreensão da manutenção viva do sentido de comunidade, mostra o quanto os espaços temporais entre campo e cidade, entre urbano e rural, se diferem, ressalta a importância da cultura nos processos que envolvem as relações sociais, como o trabalho pelo qual se busca o sustento, como apresentado nesta referida pesquisa.

O terceiro capítulo, de autoria de Melissa Salinas Ruiz e Josiele Kaminski Corso Ozelame, intitulado *O trabalho feminino na atualidade: perspectivas a partir do conto Sorte Teve a Sandra de Luiz Ruffato*, traz a problematização do trabalho da mulher brasileira por meio da literatura, devido a seu alto potencial subjetivo que constitui fonte digna de análise na busca de uma compreensão mais holística da realidade. A escolha de um texto literário para nortear a discussão sobre o trabalho feminino ressalta a importância de identificar os elementos que influem na construção das teias de significação vivenciadas em sociedade. Adicionalmente, se a proteção feminina existente na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, muitas vezes, não se configura, é necessário recorrer a outras literaturas e fontes que possam fornecer um panorama social contemporâneo mais completo.

O quarto capítulo, trabalhadores do Brasil, de autoria dos pesquisadores Mayra Coan Lago e Julio Manuel Pires, *Trabalhadores do Brasil, mis queridos descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*, nos brinda com um estudo dos imaginários sociais acerca dos trabalhadores em dois países: Brasil e Argentina, nos períodos dos governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, respectivamente. Os pesquisadores demonstram que, nesses governos, houve uma espécie de reinvenção do imaginário social sobre os trabalhadores, considerando o termo ‘reinvenção’ por associar uma dupla dimensão a esse imaginário: uma simbólica, associada aos próprios imaginários sociais para a categoria, e outra material, derivada da criação da legislação trabalhista e da adoção de políticas sociais. A ideia de ‘reinvenções’ sobre os trabalhadores se ampara, portanto, nos posicionamentos de cada um dos governantes e cada uma delas foi construída mediante um processo que envolveu a utilização dos movimentos dos trabalhadores, com suas demandas e aspirações, bem como a apropriação e a ressignificação de sentidos.

Foram dois, “voltamos em cinco”: família e reprodução assistida em Marechal Cândido Rondon é o título do quinto capítulo deste livro. Produzido por Samuelli Cristine Fernandes Heidemann e Regina Coeli Machado e Silva, o trabalho evidencia como a reprodução assistida serve como elemento agregador para manter relacionamentos familiares centrados nos ideais de ligação entre pais e filhos. Por meio de um estudo em uma pequena cidade do Paraná, Marechal Cândido Rondon, as pesquisadoras mostram que a reprodução assistida é considerada como elemento de ligação e reforço do núcleo familiar e de eliminação dos efeitos sociais maléficos que a estigmatização sobre a infertilidade traz, embora tenha impacto na saúde da mulher que se submete ao processo. A pesquisa em questão levanta, pois, a análise reflexiva sobre as cobranças e os estigmas sociais relacionados à maternidade, aos papéis dos

homens e das mulheres que a sociedade desenha, aos simbolismos e às expectativas sobre a constituição de uma família.

Assim, este *e-book* sobre *Reflexões sobre Política, Economia, Sociedade e Trabalho na América Latina*, da série *Diálogos Interdisciplinares*, nos permite meditar sobre essas ricas vertentes que trazem reflexões sobre os desafios e as possibilidades de desenvolvimento para a região latino-americana, por meio da apresentação de produções de pesquisa que associam o enfoque teórico a uma vertente mais caleidoscópica, envolvendo aspectos humanos, políticos, sociais e culturais.

Registramos nosso profundo agradecimento aos colegas de pesquisa que nos permitiram editar essa coletânea e esperamos que você se junte a nós para ampliar o escopo de pesquisadores sobre a América Latina, que nos brinda com tanta riqueza de investigação e nos incita a seguir adiante, em que pesem os desafios que circundam o trabalho de investigação no âmbito interdisciplinar.

Júlio César Suzuki²

Rita de Cássia Marques Lima de Castro³

Wagner Tadeu Iglecias⁴

(organizadores)

² Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), onde atua, também, como coordenador. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: jcsuzuki@usp.br

³ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. Contatos: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

⁴ Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor doutor, ms-3, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Contato: wi6@usp.br

ALIANÇA DO PACÍFICO: UM ESTUDO DA INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NA AMÉRICA LATINA

Alessandra Cavalcante de Oliveira ⁵

Julio Manuel Pires ⁶

INTRODUÇÃO

A América Latina tem vivido um novo impulso integracionista, com o surgimento de inúmeros blocos econômicos. Embora os esforços para promover a integração regional não sejam recentes, uma vez que desde a década 1950 inúmeras iniciativas foram lançadas, observa-se que a dinâmica do processo tem sofrido transformações após o ano 2000.

A intensificação das cadeias de valor na economia mundial deu origem a uma renovada atenção ao caráter central do espaço regional uma vez que os processos produtivos têm sido articulados cada vez mais entre países da mesma região (CEPAL, 2014a). Esse efeito tem levado diversos governos da América Latina a identificarem a importância de fortalecer a articulação produtiva entre suas economias, ou seja, promover a integração produtiva a fim de alcançar uma melhor

⁵ Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM-USP). E-mail: alesolive@gmail.com

⁶ Doutor e mestre em economia pela USP, é graduado em economia e história pela mesma universidade. Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br

inserção no mercado mundial. É nesse contexto que nasce a Aliança do Pacífico.

O bloco, formado inicialmente por Chile, Colômbia, México e Peru, busca incentivar a integração produtiva para criar cadeias regionais de valor, que contribuiriam para diversificar a produção, intensificar o comércio na região e se tornar menos dependente da exportação de bens primários. Além disso, a Aliança do Pacífico pretende promover políticas que possibilitem que seus países tenham uma melhor inserção no mercado internacional ao se integrarem de forma mais eficiente às cadeias globais de valor.

A partir da compreensão de que a estratégia da Aliança do Pacífico é promover a integração produtiva entre seus integrantes, este estudo tem como objetivo analisar o potencial do bloco em desenvolver cadeias regionais de valor e conseguir uma melhor inserção nas cadeias globais.

Para tal análise, o artigo traz, primeiramente, a discussão sobre cadeias globais de valor: o conceito, principais características e como funcionam. Em seguida, esse estudo discute o processo de integração produtiva regional, uma vez que diversos estudos e análises empíricas indicam que as cadeias globais de valor, em verdade, são articuladas regionalmente. A seção seguinte trata sobre a evolução da Aliança do Pacífico, desde a sua criação até a entrada em vigor do Acordo Marco, ocorrida em julho de 2015. Posteriormente, o artigo apresenta a análise dos dados econômicos, principalmente sobre comércio e investimento estrangeiro direto, para uma melhor compreensão do atual cenário

vivido pelos quatro integrantes do bloco. E por fim, apresenta-se a conclusão do estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS CADEIAS DE VALOR

Na literatura que busca explicar o processo de fragmentação da produção é possível encontrar diversas denominações para o fenômeno. Porém, o termo mais comum no meio acadêmico, que também será utilizado nesse artigo, chama-se “Cadeia Global de Valor” (CGV), que passou a ser mais utilizado a partir da década de 2000 (BACKER; MIROUDOT, 2014). E quando o presente estudo se referir ao fenômeno relacionado a uma região, como a proposta do bloco Aliança do Pacífico, a expressão mais recorrente será “integração produtiva” ou “cadeia regional de valor”, uma vez que ocorre dentro de uma região.

Um dos primeiros trabalhos de destaque sobre o sistema produtivo foi o artigo de Gereffi (1994), que propõe uma metodologia de análise da estrutura das cadeias. De acordo com o autor, neste trabalho, o sistema de produção estaria constituído por três dimensões fundamentais: 1) estrutura insumo-produto (diz respeito a um conjunto de produtos e serviços ligados a uma sequência de atividades econômicas de valor adicionado, ou seja, analisa o processo de transformação do produto ao longo da cadeia), 2) territorialidade ou abrangência geográfica (analisa a dispersão espacial ou concentração da produção e rede de distribuição, composta por empresas de diferentes tamanhos e tipos) e, 3) estrutura de governança (trata-se das

relações de poder que determinam como as finanças, materiais e recursos humanos são alocados e fluem dentro de uma cadeia) (GEREFFI, 1994, p. 97).

Em publicações futuras, com o aprofundamento dos estudos sobre cadeias de valor, foi introduzida uma nova dimensão na análise: o contexto institucional (GEREFFI; FERNANDEZ-STARK, 2011). Essa estrutura busca identificar como as condições locais, nacionais e internacionais e políticas conseguem moldar o processo produtivo em cada etapa da cadeia de valor. Nesta dimensão de análise, portanto, busca investigar como os arranjos institucionais podem interferir no funcionamento de uma cadeia produtiva, no que se refere aos tipos de tarefas executadas como também na localização geográfica das indústrias.

Coe, Dicken, Hess (2008, p. 12) procuraram demonstrar o papel de relevância que as instituições exercem sobre o sistema de produção. Os autores, que seguem o referencial teórico da Rede de Produção Global (RPG), colocam o Estado como sendo um ator-chave. Isso porque todos os elementos em uma rede de produção são regulados dentro de algum tipo de estrutura política cuja unidade básica é o Estado nacional.

Como um dos propósitos do bloco Aliança do Pacífico é se inserir nas cadeias globais de valor, a dimensão de análise que mais será utilizada ao longo deste trabalho será a do contexto institucional. Isso porque a finalidade do estudo não é a de investigar o funcionamento de cadeias existentes, mas sim analisar a capacidade do bloco em

participar destas redes mundiais de produção. Portanto, o que se pretende investigar são as condições econômicas e institucionais presentes, como também, analisar as ações que o bloco se propõe a implementar para se inserir nas cadeias globais ou incentivar a criação de novas redes produtivas regionais.

A partir de análises empíricas, a literatura sobre CGV defende que a participação em redes mundiais de produção traz benefícios para os grandes fabricantes (as empresas líderes), que têm a possibilidade de fragmentar a sua produção a fim de reduzir os seus custos, como também, para as empresas, localizadas em países em desenvolvimento. A vantagens seriam: a possibilidade de ter acesso ao mercado internacional, ao fornecer insumos para pelo menos um estágio da cadeia produtiva, e também, a oportunidade de melhorar a qualidade de sua produção, por meio da aprendizagem com as grandes empresas, principalmente, conseguir agregar valor à sua produção, ao ascender às etapas superiores na cadeia de produção.

Devido aos possíveis benefícios advindos da participação em redes internacionais de produção, muitos países em desenvolvimento têm lançado estratégias para se inserir nas cadeias de valor. Este seria um dos os principais motivos que levou os países da Aliança do Pacífico a formarem o bloco e, assim, buscar implementar ações que visem concretizar este objetivo.

Participar de cadeias de valor pode proporcionar também aos países em desenvolvimento o *upgrading* social, ou seja, acesso a melhores salários, empregos, condições de trabalho e proteção, que, em

consequência, levaria a um aumento do bem-estar de seus dependentes e comunidades (BARRIENTOS, GEREFFI, ROSSI, 2010, p.7). Mas existem também riscos para produtores de países em desenvolvimento ao se inserirem nas cadeias globais de valor. Uma das dificuldades apontadas por diversos autores é a possibilidade de um país não conseguir ascender na cadeia produtiva e permanecer fixo em tarefas de baixo valor agregado, como no fornecimento de recursos naturais ou responsável pelo processo de montagem (empresas maquiladoras) (BLYDE, 2014, p.10; MEDEIROS, 2010, p. 295-96).

A decisão de uma empresa fragmentar a produção é motivada pela busca de menores custos para cada etapa do processo produtivo. Deste modo, a escolha pela internacionalização está relacionada às melhores oportunidades encontradas, como mão de obra qualificada, eficiência na produção, custos reduzidos de transportes e de transação entre outros fatores determinantes (BLYDE, 2014). Grande parte desses fatores depende principalmente do contexto institucional, das condições macroeconômicas, da infraestrutura disponível, que são influenciadas diretamente pelas políticas de Estado. Por esta razão, muitos países em desenvolvimento têm buscado implementar medidas que visem inseri-los em cadeias globais de valor.

Para participar das cadeias globais de valor, é necessário também que os países promovam a abertura comercial. A barreira tarifária tende a dificultar a fragmentação da produção, uma vez que os bens a serem processados seriam tarifados diversas vezes, ao longo da cadeia, cada

vez que fossem exportados para o próximo país, responsável pelo estágio seguinte do processo produtivo.

Outro fator importante para se inserir nas cadeias globais de valor e ter a oportunidade de ascender a tarefas de maior valor agregado é investir na educação e qualificação dos fornecedores e dos trabalhadores (OCDE, 2013. p. 23; 47).

Diversos estudos sugerem que os países em desenvolvimento conseguiriam mais facilmente se inserir nas cadeias de valor se executassem as políticas públicas citadas de forma conjunta. Para tanto, os Estados de uma mesma região deveriam se empenhar para conceber acordos de integração profunda. Este seria o caso da Aliança do Pacífico, que tem como objetivo a conformação de uma área de integração profunda, como consta no Acordo Marco de criação do bloco.

3 INTEGRAÇÃO PRODUTIVA REGIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS

O aumento das redes internacionais de produção trouxe um novo incentivo para a formação de acordos regionais. Isso porque as principais cadeias globais de valor tendem a ter uma dimensão mais regional, ou seja, as empresas líderes costumam terceirizar parte do processo produtivo, buscando concentrar as etapas de fabricação em países localizados em uma mesma região. Esta regionalização ocorre, pois, a coordenação de uma rede internacional, que agrega diversos

países, continua sendo uma tarefa complexa, principalmente quando envolve grandes distâncias entre os produtores (OMC, 2011, p.112, CEPAL, 2014a, p. 43). Esse fato demonstra que mesmo com os avanços tecnológicos, os quais facilitaram a fragmentação produtiva, dependendo da situação, o custo da distância geográfica continua sendo um fator relevante na decisão da localização das redes de produção.

Dada a esta tendência de regionalização das redes de produção, muitos estudos identificam três grandes regiões onde o processo de integração produtiva é mais intenso, as quais são denominadas de “fábrica América do Norte” (articulada pelas multinacionais dos Estados Unidos), “fábrica Europa” (coordenada pelas empresas da Alemanha), e a “fábrica Ásia” (articulada inicialmente pelas empresas japonesas e, posteriormente, pelas empresas de origem chinesa) (BALDWIN, 2012, p. 5; CEPAL, 2014a, p. 44, OMC, 2011, p. 112, RUGMAN; LI; OH, 2009, p. 385, LIMA; ZACLICEVER, 2013, p. 11). Essas três grandes “fábricas” mundiais apresentam altos níveis de comércio intrarregional, principalmente de bens intermediários, o que demonstra a ocorrência de uma forte integração produtiva dentro dessas três regiões (CEPAL, 2014a, p. 44).

Os blocos, compostos por países emergentes, como a Aliança do Pacífico, também estão interessados em atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED). Isso porque as empresas multinacionais trazem o conhecimento sobre as mais recentes tecnologias e acesso aos principais mercados. Desse modo, os investidores estrangeiros têm se tornado cada vez mais importantes como fornecedores de capital,

tecnologia e habilidades operacionais²⁷ (LAWRENCE, 1996, p. 33). Porém, as empresas somente serão incentivadas a realizar tais investimentos se encontrarem as condições necessárias: como mecanismos de governança credíveis e seguros, uma infraestrutura adequada para o escoamento de sua produção (LAWRENCE, 1996, p. 33; BLYDE, 2014).

Com a regionalização cada vez maior das cadeias de produção, os governos de diversos países da América Latina têm identificado o fortalecimento da integração produtiva como um objetivo prioritário de suas agendas de desenvolvimento, como também, nas negociações de acordos de integração regional (CEPAL, 2014b, p. 91). O motivo dessa preocupação estaria relacionado à possibilidade de os países menos desenvolvidos obterem ganhos econômicos e sociais ao se inserirem em cadeias regionais ou globais de valor. Por essa razão, observa-se que diversos esquemas de integração econômica têm dado um lugar de destaque à articulação produtiva em suas agendas de trabalho.

Apesar de existir uma grande preocupação da região em impulsionar a integração produtiva, ao analisar os esforços empreendidos nesse sentido, observa-se que existe uma grande distância entre o discurso e a realidade, principalmente, quando se trata de América do Sul (CEPAL, 2014a, p. 17). Embora tenha aumentado o interesse dos países em participar das redes internacionais de produção, nos últimos anos, poucas ações foram implementadas de forma efetiva a fim de atingir esse objetivo. Desse modo, ao investigar os fluxos de comércio, na América Latina, observa-se um baixo grau

de integração produtiva uma vez que há uma reduzida troca de bens intermediários, que é considerado um indicador de encadeamento produtivo (CEPAL, 2014a, LIMA; ZACLICEVER 2013, p. 35).

O México é um exemplo importante do que Lima e Zaclicever (2013) explicam sobre o baixo nível de integração produtiva. Esse país em comparação aos demais integrantes da Aliança do Pacífico é o que possui o menor percentual de trocas comerciais intrabloco em relação a suas exportações totais. Em contrapartida, os EUA são seu principal parceiro comercial. Isso demonstra a forte influência da localização geográfica explicada por esses dois autores para a formação de cadeias produtivas regionais.

4 ALIANÇA DO PACÍFICO: NASCIMENTO E EVOLUÇÃO

A Aliança do Pacífico é fruto do Fórum Arco do Pacífico Latino-Americano⁷. O lançamento oficial do bloco aconteceu em 28 de abril de 2011, durante a cúpula realizada na cidade de Lima, na Colômbia. Neste encontro, os presidentes de Chile, Colômbia, México e Peru explicitaram o interesse de promover uma integração profunda, que proporcionasse a integração regional, assim como maior crescimento, desenvolvimento e competitividade de suas economias. Deste modo, eles expressaram o compromisso em avançar progressivamente ao objetivo de alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e de pessoas (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011b).

⁷O Fórum era conformado por 11 países da América Latina, banhados pelo Oceano Pacífico. A iniciativa tinha como objetivo implementar de forma conjunta diversas ações a fim de facilitar do comércio entre eles.

A assinatura do Acordo Marco⁸ para a formalização da Aliança do Pacífico aconteceu em 6 de junho de 2012, no Observatório de Paranal, na cidade de Autofagasta, no Chile, durante a quarta reunião de cúpula. (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012). Além da assinatura do Acordo Marco, na ocasião, os quatro países comprometeram-se a dar andamento a diversas ações a fim de avançar na consolidação da nova iniciativa, como consta na Declaração de Paranal (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012):

- a) Avançar nas negociações em matéria de eliminação de tarifas e regras de origem, incluindo a acumulação de origem, com o propósito de ter resultados até o final de dezembro de 2012;
- b) Constituir um Grupo Técnico de Assuntos Institucionais para a negociação, entre outros assuntos, de um regime de solução de controvérsias;
- c) Avançar no sistema de certificação eletrônica de origem entre os quatro países, e que esteja pronto para ser implantado até dezembro de 2013;
- d) Em matéria de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, seja estabelecida uma rota com ações concretas, que agregue valor, para avançar na identificação de temas de interesse e áreas de convergência;
- e) Em matéria de obstáculos técnicos ao comércio, continuar a identificação de setores de interesse comum a fim de avançar nos trabalhos de cooperação regulatória como harmonização, reconhecimento mútuo, assistência técnica, com o objetivo de contar com um plano de trabalho em áreas para facilitação do comércio na região;
- f) Iniciar a implantação da plataforma de mobilidade estudantil e acadêmica, a qual permitirá o intercâmbio entre os países, das universidades conveniadas, a partir do ano acadêmico de 2013;
- g) Iniciar as sessões do Comitê Misto sobre Serviços e Investimentos para identificar as barreiras existentes a fim de facilitar os investimentos e o comércio nos países da Aliança;
- h) Com vistas a avançar na liberação plena dos fluxos migratórios entre os países do bloco, o Grupo Técnico de Movimento de Pessoas deve estabelecer um subgrupo de trabalho para colocar em marcha, em seis meses, um esquema de cooperação e de trocas de informação sobre os

⁸ O Acordo Marco entrou em vigor apenas no dia 20 de julho de 2015, exatamente 60 dias após a data de depósito do último instrumento de ratificação dos Estados membros, como previsto no artigo 13 do documento. O último país a realizar o depósito foi a Colômbia, com dois anos de atraso em relação aos demais membros do bloco. Isso ocorreu, pois, o país havia enfrentado problemas jurídicos para aprová-lo em sua Corte Constitucional.

fluxos migratórios, a fim de se detectar situações que possam gerar alertas de segurança.

Em menos de dois anos de formalização, a Aliança do Pacífico deu um novo passo em busca da consolidação do bloco. Os representantes dos quatro países membros assinaram o Protocolo Adicional ao Acordo Marco, durante a oitava cúpula, realizada no dia 10 de fevereiro de 2014, na cidade de Cartagena de Índias, na Colômbia. O acordo alcançado contemplava a desgravação imediata de 92% do universo tarifário, enquanto os restantes de 8% seriam eliminados de acordo com um cronograma de desgravação que deverá se estender por 17 anos. Os produtos incluídos neste período mais longo referem-se àqueles considerados mais sensíveis, como alguns de origem agrícola (CHILE, 2014). Existe também uma categoria com poucos produtos que não sofrerão eliminação de tarifas (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014a; ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014c).

O Protocolo Adicional firmado contém um total de 19 capítulos, que além de acesso a mercado, definem normas para outros temas, tais como: regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, obstáculos técnicos ao comércio, contratação pública, entre outros que estavam sendo negociados pelos Grupos de Trabalhos.

Muitas disciplinas negociadas já estavam regradas de maneira bilateral entre os estados-membros da Aliança do Pacífico. Este seria o caso da desgravação tarifária, pois as negociações de acesso a mercado, no âmbito do bloco, partiram dos acordos comerciais existentes entre eles. Deste modo, a conquista obtida no que diz respeito à eliminação das tarifas foi uma redução marginal, uma vez que os países integrantes já

possuíam acordos bilaterais de livre comércio, que abarcavam em torno de 90% de seus produtos.

Além dos diversos temas incluídos no Protocolo Adicional do Comércio, o bloco tem promovido diversas outras ações a fim de promover o desenvolvimento de cadeias de valor. Uma das medidas implementadas pela Aliança do Pacífico a fim contribuir no desenvolvimento de cadeias regionais de valor foi a criação do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP), constituído em 2012 (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012). Composto por empresários e grêmios representativos, o CEAP discute e apresenta propostas para a facilitação de comércio, medidas para melhorar os fluxos comerciais, investimentos, entre outros temas de interesse. Os encontros do Conselho acontecem algumas vezes no marco das Reuniões de Cúpula e geralmente, ao final, é elaborada uma declaração, com solicitações para ser entregue aos chefes de Estado.

A Aliança do Pacífico conta ainda com apoio das agências promotoras de exportação: ProExport Colombia, ProChile, PromPerú, Proinversión e ProMéxico. As cinco agências têm promovido, desde 2011, um amplo trabalho de divulgação a fim de promover os bens e serviços dos países da Aliança do Pacífico nos mercados internacionais, principalmente na região da Ásia Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2011a).

Na área da educação, a Aliança do Pacífico criou um grupo técnico que visa fortalecer a integração educativa, por meio de ações e cooperação, a fim de dar impulso à produtividade e competitividade

dos países integrantes. Uma das medidas neste sentido foi a criação da Plataforma de Mobilidade Estudantil e acadêmica da Aliança do Pacífico. (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2015).

A Aliança do Pacífico também criou, em 2014, o Grupo Técnico de Inovação, que tem como responsabilidade desenhar, propor e coordenar programas e atividades que promovam melhorias produtivas e competitivas nos Estados pertencentes ao bloco (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014b).

As ações da Aliança do Pacífico também têm focado as empresas de menor porte. No início de 2014, foram iniciados os trabalhos com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a fim de auxiliar os membros da Aliança do Pacífico na adoção de políticas que impulsionem a competitividade e a internacionalização das Pequenas e Médias Empresas, assim como de suas exportações e sua incorporação nas cadeias globais de valor (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2014b).

Por meio dessa parceria, a OCDE (2015) elaborou um estudo cujo objetivo foi identificar as potencialidades e principais limitações, que têm dificultado as PMEs dos quatro países a se incorporar às cadeias globais de valor. E, a partir deste diagnóstico, traçar recomendações sobre as principais ações que deverão ser executadas para que as empresas possam se inserir de forma eficiente nas cadeias produtivas mundiais.

Uma das dificuldades observada pelo estudo foi a baixa participação das pequenas e médias empresas nas exportações diretas.

Os dados apresentados demonstram a grande dificuldade que as pequenas e médias empresas do bloco possuem para exportar.

Outro problema observado diz respeito às elevadas tarifas aplicadas aos produtos intermediários de países extrabloco. Tarifas altas podem, portanto, dificultar a inserção das PMEs da Aliança do Pacífico nas cadeias globais de valor uma vez que estas tendem a elevar os custos de produção e as multinacionais deverão deslocar as etapas da sua produção para outras regiões que ofereçam menores custos.

Outras limitações identificadas pelo estudo dizem respeito à infraestrutura inadequada e à qualidade insatisfatória das instituições.

Embora a Aliança do Pacífico tenha avançado na negociação de temas relevantes para a integração produtiva e empreendido outras ações simultaneamente com este mesmo objetivo, poucos resultados concretos foram obtidos até 2015. O Protocolo Adicional, que traz medidas importantes para a facilitação do comércio entrou em vigor apenas em maio de 2016 (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2016). Com isso, os temas negociados não puderam ser implementados antes da entrada em vigor do protocolo. Além do mais, outros projetos, em execução somente poderão trazer resultados a longo prazo.

5 ANÁLISE DA CAPACIDADE DA ALIANÇA DO PACÍFICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE VALOR

A integração comercial entre os quatro membros da Aliança do Pacífico é muito incipiente. As trocas comerciais realizadas entre eles, ao somar exportações e importações, chegaram ao máximo de 10,84%

do total comercializado de cada um com o mundo, que foi o caso da Colômbia, em 2012. Dos quatro países, o México é o que possui menor participação comercial com os demais integrantes do bloco. No mesmo ano, as trocas comerciais com Chile, Colômbia e Peru representaram somente 1,65% do total do comércio exterior mexicano.

Tabela 1 - Fluxo comercial total entre os integrantes da Aliança do Pacífico (2012) (milhões de dólares e percentual)

Parceiros comerciais	Chile		Colômbia		México		Peru	
	2012							
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	158.032	100	118.361	100	741.458	100	88.529	100
Chile	-----	---	3.143	2,66	3.754	0,51	3.273	3,71
Colômbia	3.096	1,96	-----	----	6.469	0,87	2.484	2,81
México	3.951	2,51	7.197	6,08	-----	----	2.091	2,37
Peru	3.884	2,46	2.494	2,11	1.967	0,27	-----	----
Total intrabloco	10.932	6,92	12.834	10,84	12.191	1,65	7.848	8,9

Fonte: Elaboração própria a partir da UNECLAC

Ao analisar os dados de 2014, ou seja, dois anos após a assinatura do Acordo Marco, observa-se que o percentual de comércio intrarregional permaneceu praticamente inalterado e, em alguns casos, com uma pequena retração em relação ao ano de 2012.

Tabela 2 - Fluxo comercial total entre os integrantes da Aliança do Pacífico (2014) (milhões de dólares e percentual)

Parceiros comerciais	Chile		Colômbia		México		Peru	
	2014							
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	148.983	10	118.822	100	797.07	100	80.652	100
Chile			1.918	1,61	3.545	0,44	2.816	3,06

Colômbia	2.036	1,3	-----	-----	5.668	0,71	2.471	3,30
México	3.755	2,5	6.187	5,21	-----	-----	2.660	3,29
Peru	3.394	2,2	2.391	2,01	2.836	0,36	-----	
Total	9.186	6,1	10.496	8,83	12.050	1,51	7.948	9.85

Fonte: Elaboração própria a partir da UNECLAC- SIGCI

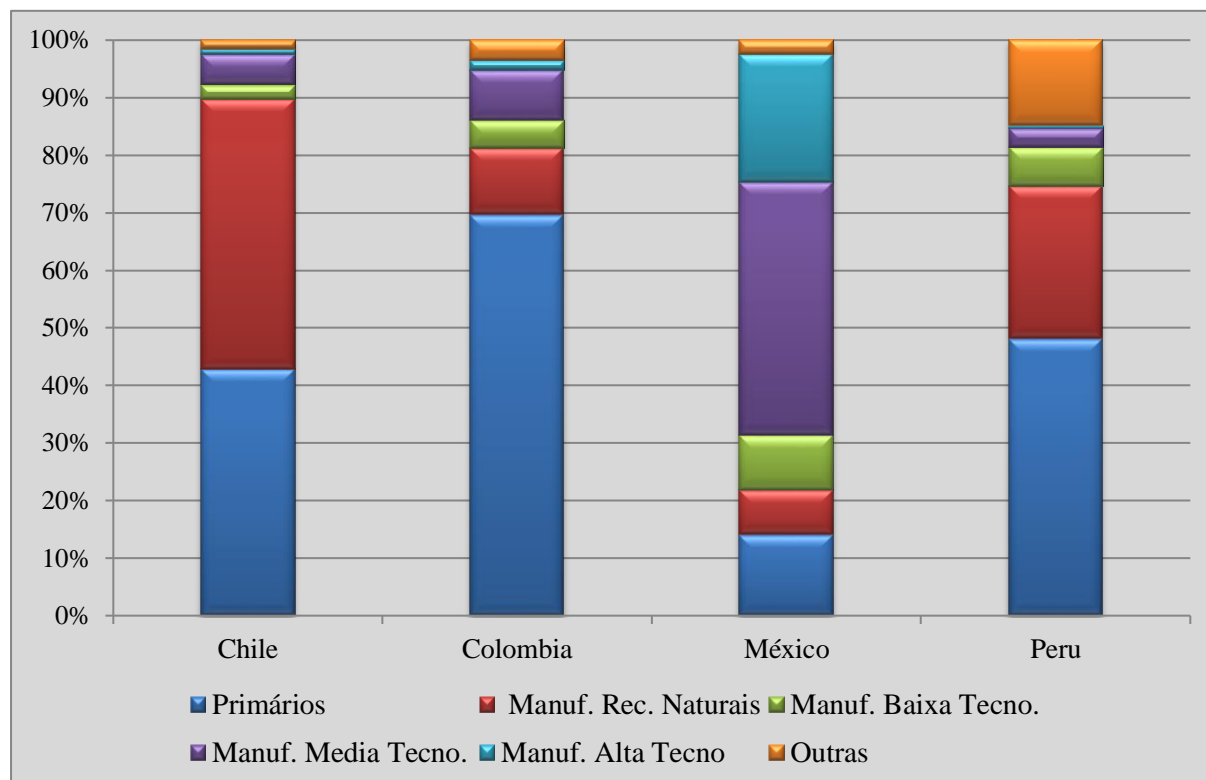
O baixo fluxo comercial entre os quatro países revela o grande desafio para o bloco em promover a integração produtiva. A incidência de tarifas não é um obstáculo que estaria impedido o comércio entre os quatro países. Apesar do Protocolo Adicional não ter entrado em vigor até aquele momento, os quatro países já possuíam acordos comerciais entre eles, que somam uma desgravação tarifária de mais de 80%.

Portanto, a baixa integração comercial entre eles estaria relacionada a outros fatores e não a incidência de elevadas tarifas. No caso do México, por exemplo, ele está profundamente integrado à cadeia produtiva da América do Norte, tendo como seu principal parceiro comercial os EUA. Este país, em 2014, foi receptor de 80% das exportações mexicanas e origem de 48,97% de tudo o que o México importou do mundo (UNECLAC-SIGCI, 2014). A pauta de exportação mexicana está principalmente vinculada ao processo de montagem (SOLIMANO, 2013, p. 11).

Em relação aos outros três países da Aliança do Pacífico, o baixo fluxo comercial entre eles estaria relacionado, principalmente, à especialização em exportação de recursos naturais, destinados principalmente aos mercados de fora da região (CEPAL, 2014a).

Gráfico 1 – Aliança do Pacífico: produtos agrupados de acordo com a tecnologia⁹

Exportação total, 2014 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNECLAC- SIGCI

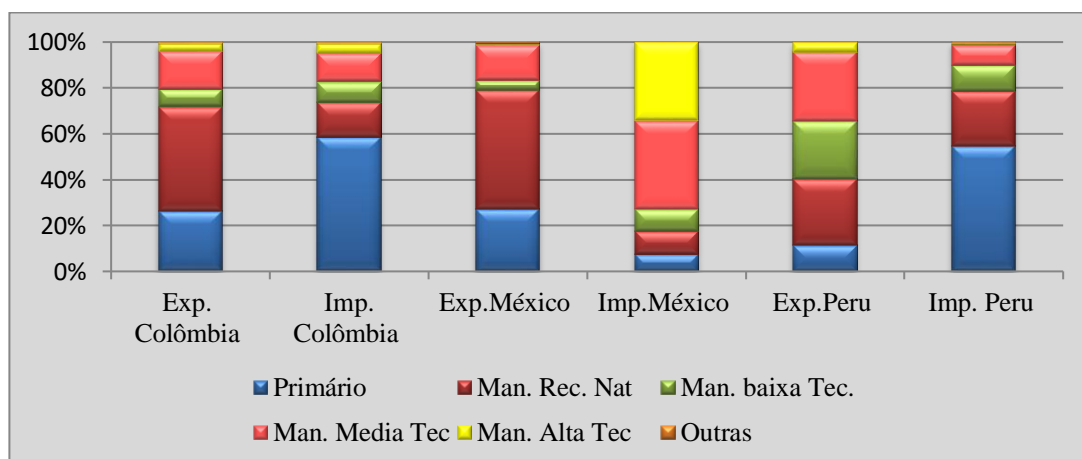
Embora o fluxo comercial entre os quatro países seja baixo, como mostrado na Tabela (3), os tipos de produtos trocados intrabloco são, principalmente, de manufaturas. As únicas exceções observadas, em 2014, foram as trocas realizadas entre Chile e Colômbia, Chile e Peru, e México e Peru. A Colômbia exporta principalmente bens primários para o Chile. O Peru, por sua vez, também tem uma forte predominância de primários em suas vendas para o Chile e para o México.

⁹ Grupo Outras: (SITC2): 351, 883, 892, 896, 911, 931, 941, 961.

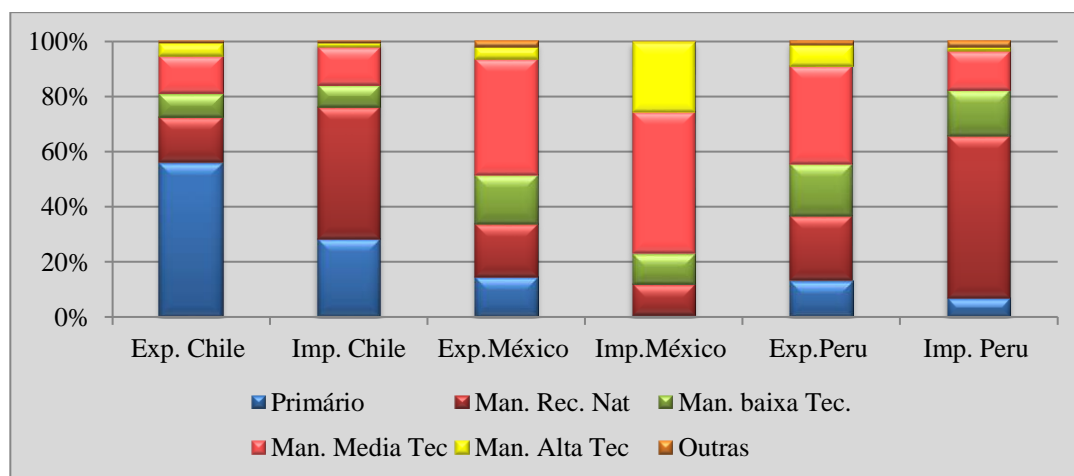
Alguns estudos indicam que quando existem trocas de produtos manufaturados há uma maior possibilidade para encadeamentos produtivos, ou seja, para promover a integração produtiva regional (CEPAL, 2014b; LIMA; ZACLICEVER, 2013, p.19). Desse modo, o padrão de comércio intrarregional da Aliança do Pacífico indicaria potencial para o desenvolvimento de encadeamentos produtivos entre os seus integrantes.

Gráfico 2 - Aliança do Pacífico: Produtos Agrupados por tecnologia, comércio intra-regional 2014

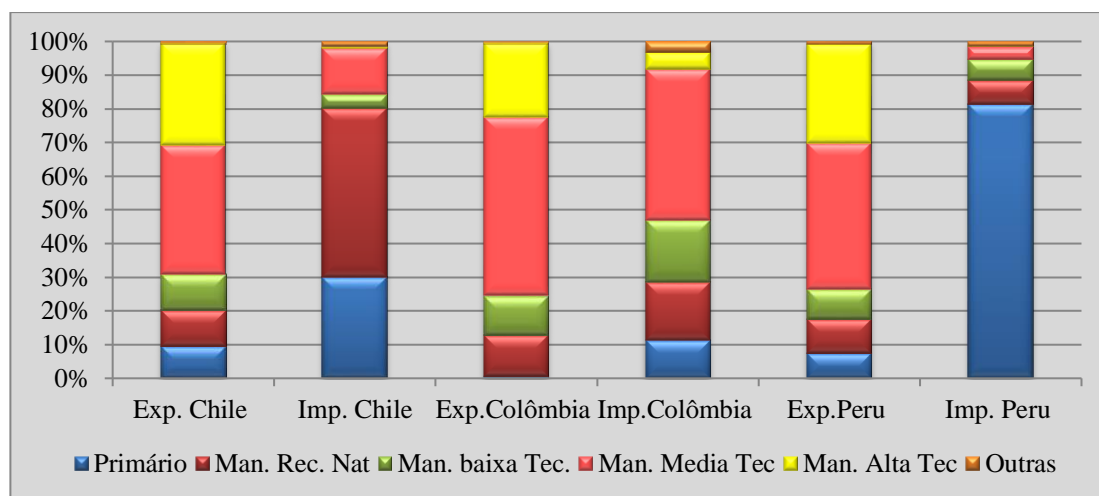
a) Chile



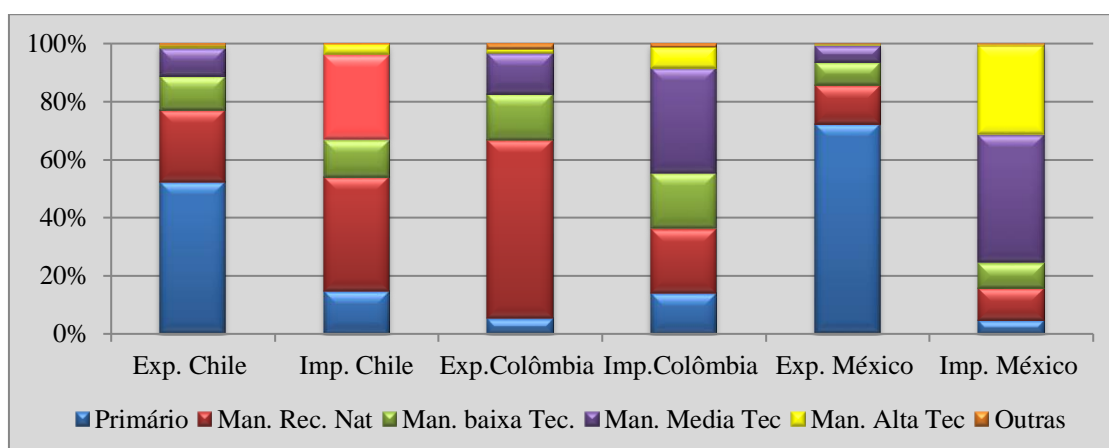
b) Colômbia



c) México



d) Peru



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados UNECLAC

Um estudo elaborado por pesquisadores da BBVA Research analisou quais seriam os setores com maior possibilidade de serem aproveitados pela Aliança do Pacífico em encadeamentos produtivos. A tabela 3 apresenta os principais produtos intermediários identificados pela pesquisa, considerados como potenciais para o desenvolvimento de cadeias produtivas dentro do bloco (HERNANDÉZ et al, 2015).

Tabela 3 - Setores identificados produtores de bens intermediários

Setores de bens intermediários e de capital	% das exportações totais do país
Fertilizantes	1,1
Papel e cartão e suas manufaturas	0,8
Madeira e suas manufaturas	2,9
Máquinas e artefatos mecânicos	1,1
Produtos de fresagem, inulina malta, cereais	0,1
Plásticos e suas manufaturas	0,7
Setores de bens intermediários e de capital	% das exportações totais do país
Maquinário e material elétrico, incluindo telefonia, rádio, televisão e condutor	0,8
Fungicidas e inseticidas	2,7
Plásticos e seus manufaturados	0,9
Papel e cartão e suas manufaturas	0,7
Setores de bens intermediários e de capital	% das exportações totais do país
Plástico e suas manufaturas	3,3
Manufaturas de ferro e aço	2,1
Ferro e aço	1,9
Gesso, cal, cimento	0,6
Vidro e suas manufaturas	0,5
Manufaturas diversas de metal comum	0,4

Fonte: Hernández et al (2015)

Ao analisar os dados obtidos pelo estudo, observa-se que os setores com potenciais para o desenvolvimento de cadeias produtivas, em sua grande maioria, não chegam a um por cento das exportações totais realizadas pelo país investigado. No caso do México, mesmo excluindo os dados das trocas comerciais com os EUA, os produtos identificados também possuem um percentual muito baixo do seu comércio total.

Outro fator importante para incentivar a fragmentação produtiva diz respeito à qualidade dos serviços logísticos. Para medir a eficiência para o escoamento da produção, o Banco Mundial criou o Índice de Eficiência Logística. Este índice analisa a eficiência do processo de despacho alfandegário, qualidade da infraestrutura relacionada ao comércio e ao transporte, a facilidade de acordar embarques a preços competitivos, a capacidade de seguir e rastrear os envios, a frequência com a qual os embarques chegam ao destinatário no tempo programado. O índice varia de 1 a 5, sendo o valor mais alto considerado o melhor desempenho (BANCO MUNDIAL, 2015). E além desse índice, o Banco Mundial calcula anualmente o indicador de encargos de procedimentos alfandegários. Para esta variável é atribuída uma nota que vai de 1 a 7, sendo o valor máximo considerado o mais eficiente, de acordo com a percepção dos empresários entrevistados pela pesquisa de opinião do Fórum Executivo da Economia Mundial.

Tabela 4- Indicadores de facilitação de comércio - (2014)

País	Índice de Desempenho Logístico de 1 a 5	Procedimentos Alfandegários de 1 a 7	Tempo em dias	
			Exportar	Importar
Chile	3,26	5	1	1
Colômbia	2,64	3,6	3	2
México	3,13	4	2	2
Peru	2,84	4	3	2

País	Índice de Conectividade de Transporte ¹⁰ 0 a 100	Qualidade da Infraestrutura ¹¹ de 1 a 7	Documentos	
			Exportar	Importar
Chile	32,5	5	5	5
Colômbia	33,1	3,7	4	6
México	40,1	4,3	4	4
Peru	33,6	3,7	5	7

Fonte: Banco Mundial

Outro fator importante para o desenvolvimento da integração produtiva diz respeito ao ingresso de IED. Para a criação das redes produtivas regionais é necessário existirem multinacionais dispostas a impulsionar o processo por meio de IED ou pela contratação de fornecedores locais nos países da região (LIMA; ZACLICEVER, 2013, p.19). Nesse sentido, a CEPAL (2014b, p. 108) propõe que as Translatinas exerçam essa função. Esta orientação se dá pelo fato de estudos indicarem que as empresas multinacionais latino-americanas destinam o seu IED principalmente aos países vizinhos do seu Estado de origem (CEPAL, 2014a, p. 61, CEPAL, 2014c, p. 78; CEPAL, 2015a, p. 34).

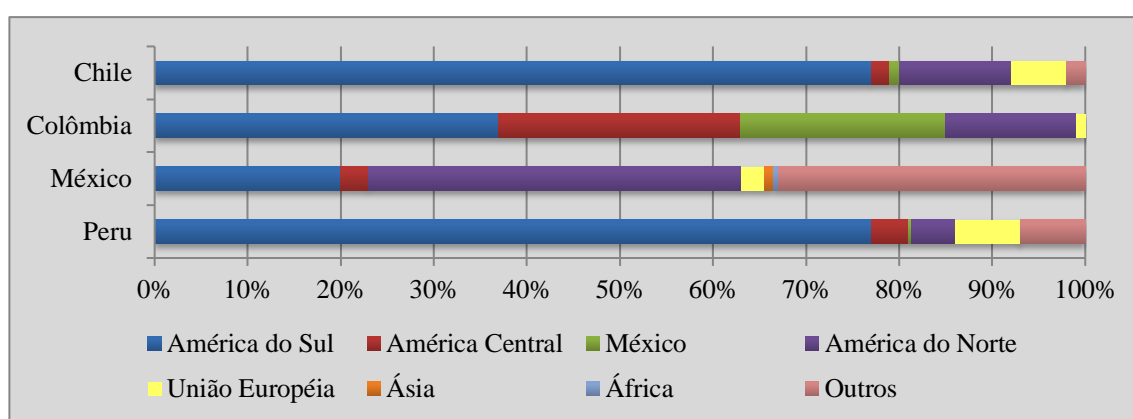
¹⁰ O índice de conectividade avalia o quanto os países estão conectados na rede global marítima.

¹¹ O indicador de qualidade de infraestrutura é medido a partir da percepção dos empresários em relação às facilidades dos portos de seus países.

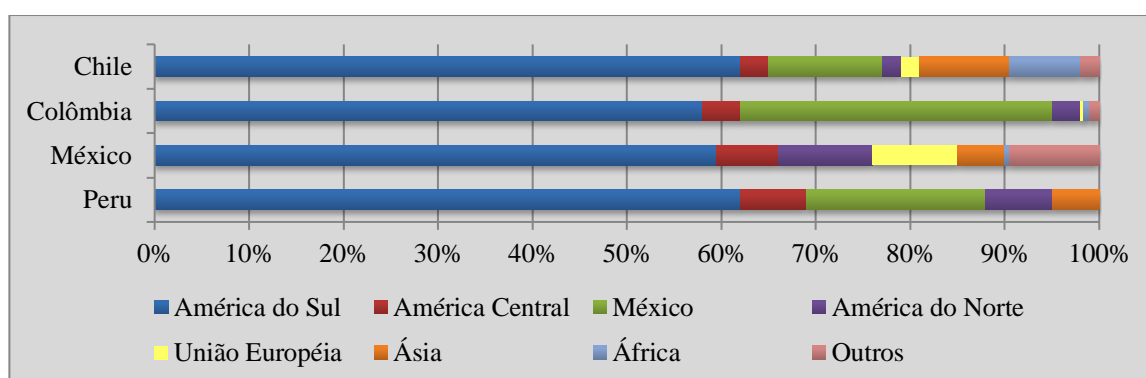
O gráfico (3) mostra que os países da Aliança do Pacífico também concentram a maior parte de seus investimentos na América Latina.

Gráfico 3 - Aliança do Pacífico: distribuição das fusões, aquisições e novos projetos de IED anunciados pelas translatinas, 2005 – 2013 (%)

a) Fusões e aquisições



b) Novos projetos anunciados



Fonte: CEPAL (2014c, p.79)

E, em relação à aproximação da Aliança do Pacífico, com a região da Ásia-Pacífico, observa-se que a China se tornou um dos principais parceiros comerciais (ver tabela 5) tanto nas exportações como nas importações da maioria dos integrantes do bloco. Deste modo, é natural

que o bloco tenha o interesse em estreitar os vínculos principalmente com este país a fim de se beneficiar da sua expansão econômica.

**Tabela 5 – China no comércio com os integrantes da Aliança do Pacífico – 2014
(posição no ranking e percentual do total de comércio)**

Países	Exportações		Importações	
	Posição no ranking	% do total	Posição no ranking	% do total
Chile	1	24,57	1	20,88
Colômbia ¹²	2	10,5	2	18,41
México ¹³	3	1,5	2	16,56
Peru	1	18,27	1	21,15

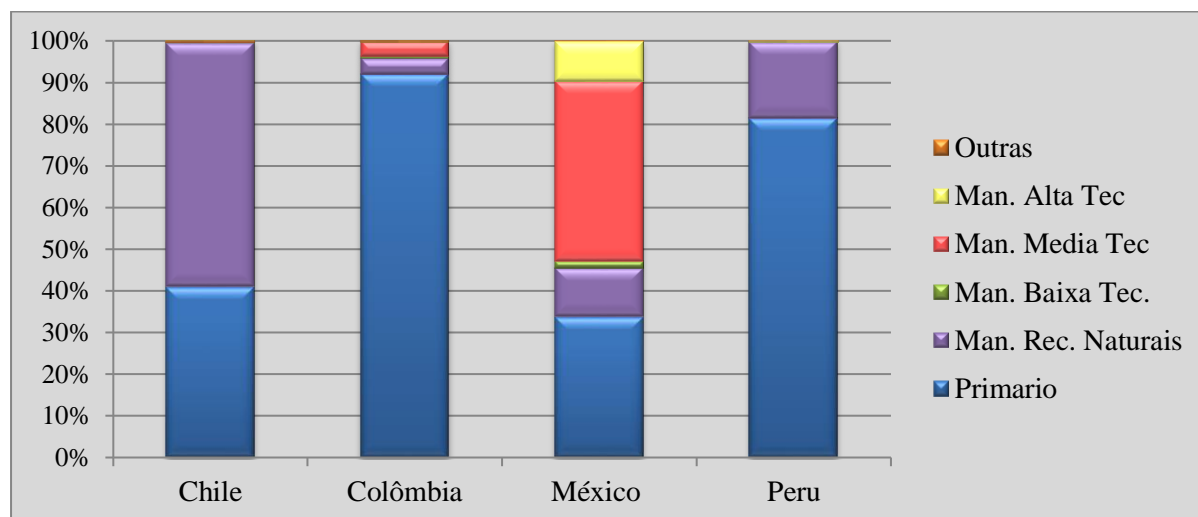
Fonte: Elaboração própria a partir da Base de Dados UNECLAC- SIGCI

Entretanto, as trocas comerciais dos países com a China possuem um forte caráter interindustrial, com exceção do México, que exporta principalmente bens manufaturados de média tecnologia. As exportações da Aliança do Pacífico, em sua maioria, são compostas por bens primários (ver gráfico 4), enquanto as importações têm uma forte concentração em manufaturas de níveis tecnológicos variados (gráfico 5).

¹² O principal parceiro comercial da Colômbia nas exportações são os EUA, com um percentual de 36,5% do total exportado.

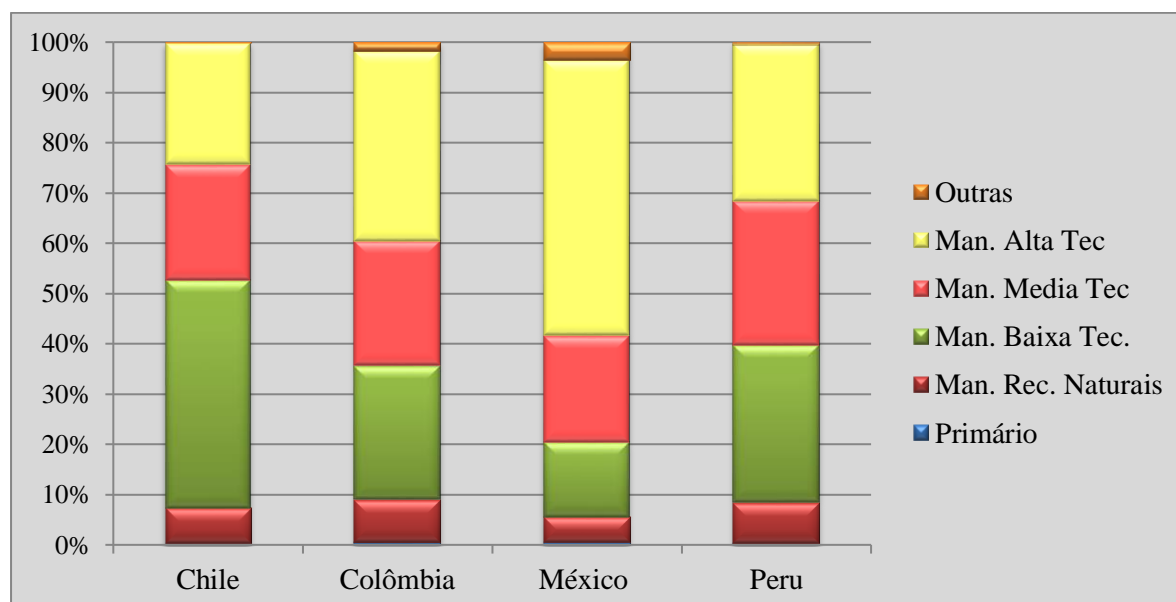
¹³ O principal parceiro comercial do México nas exportações também são os EUA, que respondem por 77,8% do total exportado.

Gráfico 4 – China: participação nas exportações da Aliança do Pacífico, Produtos Agrupados de acordo com a intensidade tecnológica (%) - 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos da UNECLAC- SIGCI

Gráfico 5 – China: participação nas importações da Aliança do Pacífico, Produtos Agrupados de acordo com a intensidade tecnológica (%) - 2014



Fonte: Elaboração própria a partir dos da UNECLAC- SIGCI

Como é possível observar nos dois gráficos, os integrantes da Aliança do Pacífico exportam principalmente produtos primários. No caso do Chile, há uma forte presença também de manufaturados baseados em recursos naturais. E em relação às importações da Aliança do Pacífico, nota-se que o comércio de bens primários é praticamente inexistente. Em contrapartida, os integrantes do bloco importam bens manufaturados de baixa, média e alta tecnologia.

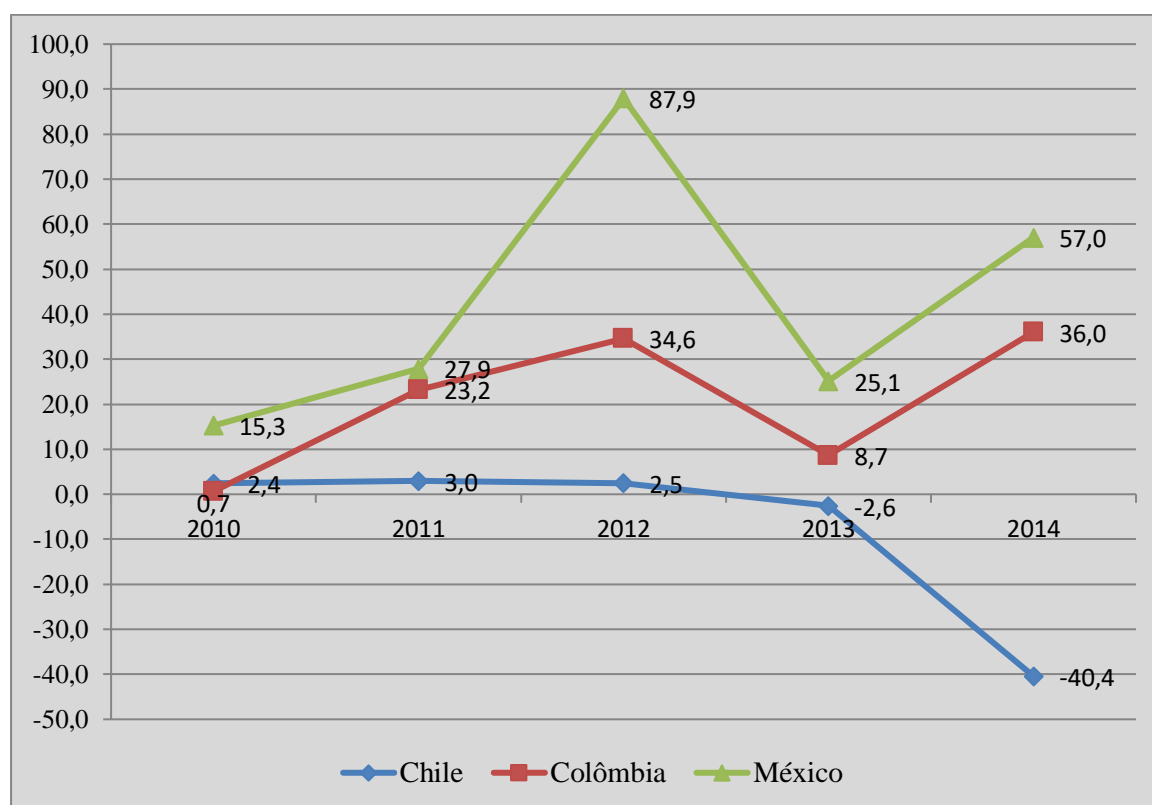
A única exceção seria o México, que possui uma economia mais diversificada e, por isso, não concentra as suas exportações em produtos primários e manufaturados baseados em recursos naturais. O mesmo padrão de comércio evidenciado com a China se repete com a maioria dos países da região asiática.

De acordo com Rosales e Kuwayama (2012, p. 136) o comércio com característica interindustrial, como esse observado entre a Aliança do Pacífico e a maioria dos países da Ásia-Pacífico, limita o potencial de comércio e os investimentos futuros (ROSALES, KUWAYAMA 2012, p. 136). Esta característica dificulta uma inserção mais eficaz dos integrantes da Aliança do Pacífico nas cadeias produtivas da Ásia-Pacífico, que possui cada vez mais um caráter intra-industrial.

Em relação aos investimentos chineses destinados à Aliança do Pacífico são principalmente nas áreas de mineração e recursos naturais, setores estes os quais o país possui grande déficit (CHEN; LUDEÑA, 2013). Outros dados de IED informados pelos países receptores mostram a quase inexistência de investimentos chineses, principalmente, no Chile. Ao analisar o período de 2010 a 2014,

observa-se que a partir de 2013 o Chile passou a registrar fluxo negativo de IED com a China (ver gráfico 6).

Gráfico 6 - China: Fluxos de IED recebidos pelos países da Aliança do Pacífico^a – 2010 a 2014 (Milhões em dólares)

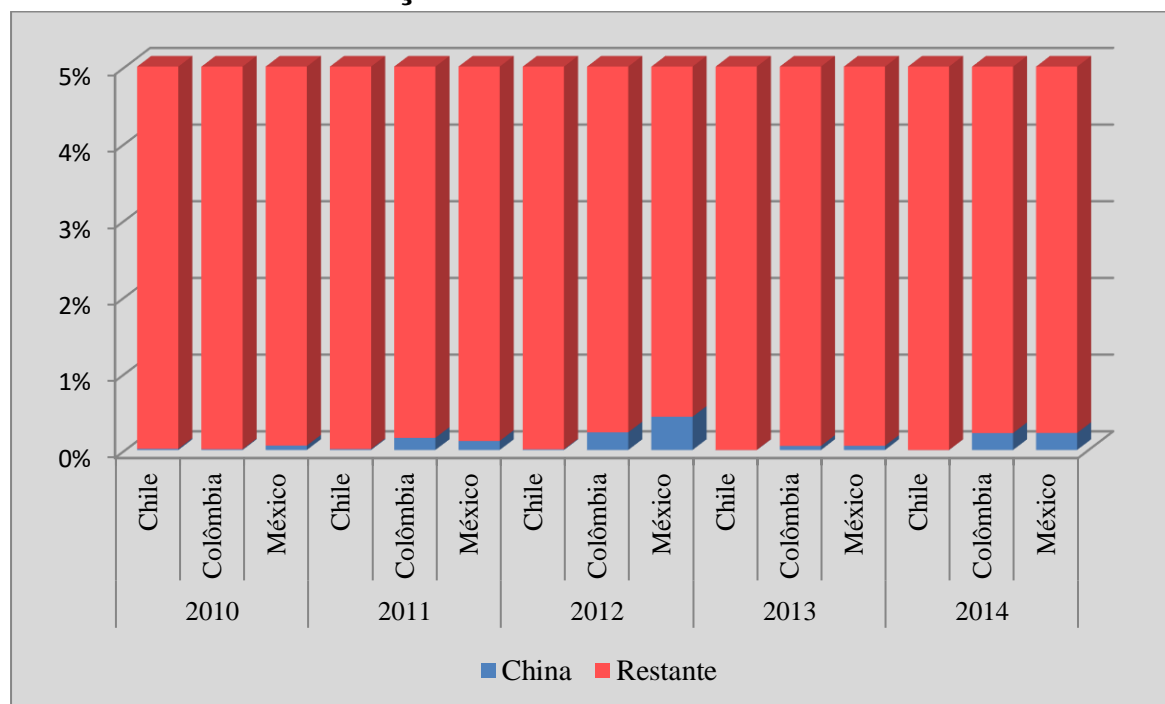


Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais dos Bancos Centrais dos três países selecionados

^a O Banco Central do Peru não disponibiliza dados do fluxo de IED desagregado por país

Na participação total de investimentos recebidos pelos integrantes da Aliança do Pacífico, a China não chega a alcançar um ponto percentual no período analisado (ver gráfico 7).

Gráfico 7 - China: participação no total de IED recebido por três países da Aliança do Pacífico^a – 2010 a 2014



Fonte: Elaboração própria a partir de dados oficiais dos Bancos Centrais dos três países selecionados

^a O Banco Central do Peru não disponibiliza dados do fluxo de IED desagregado por país

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a evolução da trajetória dos primeiros quatro anos de vida da Aliança do Pacífico, observa-se que existe uma grande vontade política dos quatro países integrantes em avançar na consolidação do bloco. Esse interesse é possível de ser observado pelo grande número de reuniões de cúpula que foram realizadas, principalmente nos três primeiros anos de funcionamento. Em três anos, os quatro países conseguiram concluir as negociações de diversos temas que visam facilitar o comércio, bem como incentivar a fragmentação da produção. Mas apesar do dinamismo apresentado, o bloco enfrenta inúmeros

obstáculos para conseguir consolidar o seu projeto de integração profunda.

O primeiro desafio da iniciativa é aumentar o fluxo comercial entre os quatro países. Uma das causas para o baixo comércio intrarregional estaria no fato dos três países da América do Sul exportarem principalmente produtos primários. No caso do México, apesar de suas exportações estarem baseadas principalmente em manufaturas, este país está inserido na cadeia produtiva dos EUA. Uma maneira para reverter esse cenário seria por meio da implementação de políticas que incentivem uma maior diversificação produtiva e estimule a criação de cadeias produtivas regionais.

Embora seja baixo o fluxo comercial entre os quatro integrantes, há possibilidades de encadeamentos produtivos uma vez que os produtos trocados são principalmente de manufaturas. Porém, o estudo da BBVA Research (2015), revela que os produtos com maior potencial para o desenvolvimento de cadeias produtivas não chegam a representar ao menos um por cento do comércio total de cada país.

Nas declarações presidenciais, os quatro países defendem que uma maior vinculação com a região da Ásia Pacífico, além de possibilitar o aumento das exportações, incentivaria a atração de IED. Porém, os investimentos da Ásia-Pacífico destinados à América Latina são principalmente na área de recursos naturais. Esses dados refletem o padrão de comércio realizado entre eles com um forte caráter interindustrial. Desse modo, não se pode esperar que uma maior

aproximação entre as duas regiões modificará o tipo de IED recebido pelos países asiáticos ao menos a curto prazo.

Uma maneira de impulsionar as cadeias produtivas regionais seria por meio do investimento das Translatinas. Para isso, além de se aproximar das empresas da região, como tem ocorrido por meio do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico, o bloco deve procurar criar vínculos com outros países da região.

E em relação à eficiência logística, qualidade de infraestrutura, entre outras variáveis referentes à facilitação de comércio, os países da Aliança do Pacífico costumam atingir uma pontuação mediana. Esses indicadores revelam os déficits ainda existentes em infraestrutura e logística, que precisam ser superados para deixar de ser mais uma barreira ao processo de fragmentação da produção.

Os obstáculos identificados neste estudo revelam a grande dificuldade da Aliança do Pacífico em promover a integração produtiva apesar dos esforços empreendidos até o momento neste sentido. Porém, não se pode afirmar que o projeto idealizado pelos quatro países está fadado ao fracasso.

A análise apresentada nesse artigo compreendeu apenas os primeiros anos de funcionamento da Aliança do Pacífico. À medida que as ações sejam executadas e se consolidem é possível que o processo de integração produtiva possa ser concretizado, embora os obstáculos sejam muitos. É importante ressaltar, por sua vez, que para promover cadeias produtivas é necessário adotar um projeto com resultados somente a longo prazo. Desse modo, revela-se um novo

desafio para os países da Aliança do Pacífico: dar continuidade ao que vem sendo implementado.

REFERÊNCIAS

ALIANZA DEL PACÍFICO. *Becas*. 2015. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/becas/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. *Comunicado Conjunto de los países miembros de la Alianza del Pacífico con motivo de la entrada en vigor del Protocolo Adicional al Acuerdo Marco*. 1 de maio de 2016. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/comunicado-conjunto-de-los-paises-miembros-de-la-alianza-del-pacifico-con-motivo-de-la-entrada-en-vigor-del-protocolo-adicional-al-acuerdo-marco/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

_____. *Declaración conjunta*. Santiago de Chile, 2011a.

Disponível em: <http://www.minrel.gov.cl/prontus_minrel/site/artic/20110106/pags/20110106184220.php>. Acesso em 10 dez. 2015.

_____. *Declaración de Cádiz*. Cádiz, 2012b. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/documentos/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. *Declaración de Cartagenas de Indias*. Cartagenas de Indias, 2014a. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/documentos/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. *Declaración de Paranal*. Paranal, 2012. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/documentos/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. *Declaración de Punta Mita*. Punta Mita, 2014b. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/documentos/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

_____. *Protocolo Adicional al Acuerdo Marco*. 2014c. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/documentos/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BACKER, K. D. ; MIROUDOT, S. Mapping global value chains. In: HERNÁNDEZ, R. A.; MARTÍNEZ-PIVA, J. M; MULDER, N. (edits). *Global value chains and world trade: Prospects and challenges for Latin America*. Santiago de Chile: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), agosto de 2014, pp. 43-75. <http://repositorio.cepal.org/bitstream/11362/37041/1/S2014061_en.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BALDWIN, R.; JAIMOVICH, D. Are Free Trade Agreements contagious? *Journal of International Economics*, [S.I]: Elsevier, volume 88, número 1, setembro de 2012, pp. 1-16. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022199612000591>>. Acesso em: 17 Nov. 2015.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators: Trade Facilitation*. 2015

Disponível em:
<<http://datos.bancomundial.org/indicador/LP.LPI.OVRL.XQ>>.
Acesso em: 05 nov. 2015.

BARRIENTOS, S.; GEREFFI, G.; ROSSI, A. Economic and Social Upgrading in Global Production Networks: Developing a Framework for Analysis. *Capturing the gains*. [S.I]: International Labour Review. 2011. Volume 150. Publicação 3-4; <<http://www.capturingthegains.org/pdf/ctg-wp-2010-03.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

BLYDE, J. S. *Fábricas Sincronizadas: A América Latina e o Caribe na Era das Cadeias Globais de Valor*. Estudo Especial sobre Integração e Comércio. [S.I]: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). 2014. Disponível em:
<<http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6668/FLagship-2014-PORTUGUES.pdf?sequence=1?>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

CHEN, Taotao; LUDEÑA, Miguel P. *Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: China-Latin America cross-council taskforce*. Working Document apresentado durante a Agenda Global do Fórum Econômico Mundial em novembro de 2013 em Abud Dhabi. Santiago: CEPAL. 2013. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35927/S2013956_en.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 out. 2015.

CHILE. Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales. *En la VIII Cumbre de la Alianza del Pacífico: Presidentes de Chile, Colombia, México, y Perú, firman el Protocolo Adicional al Acuerdo Marco*. Disponível em: <<https://www.direcon.gob.cl/2014/02/en-la-viii-cumbre-de-la-alianza-del-pacifico-presidentes-de-chile-colombia-mexico-y-peru-firman-el-protocolo-adicional-al-acuerdo-marco/>>. Acesso em: 02 abril. 2016.

COE, N. M.; DICKEN, P.; HESS, M. Global production networks: realizing the potential. *Journal of Economic Geography*. [S.I]: Oxford University Press. Fev. 29 de 2008. Disponível em: <<http://joeg.oxfordjournals.org/content/early/2008/02/29/jeg.lbn002.full.pdf+html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). *Integração Regional: Por uma estratégia de cadeias inclusivas*. Santiago do Chile: Nações Unidas. 2014a. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/52743/Integracaoregional.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.

_____. *Integración regional y cadenas de valor en un escenario externo desafiante*. Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe. Nações Unidas: Santiago de Chile. 2014b. Disponível em:

http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37195/S1420693_es.pdf. Acesso em: 16 nov. 2015.

GEREFFI; FERNANDEZ-STARKS, K. *Global value chain analysis: a primer*. Center on Globalization, Governance & Competitiveness. North Carolina, 31 de maio 2011. Disponível em:

<http://www.cggc.duke.edu/pdfs/2011-05-31_GVC_analysis_a_primer.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S. retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; Korzeniewicz (edit). *Commodity chains and global capitalism*. Westport: Praeger. 1994.

HERNANDEZ, A. et al. *Cuáles son los sectores con mayor potencial para aprovechar la Alianza del Pacífico*. Madri: BBVA Research. Documento de Trabajo n°15/21. Junho 2015. Disponível em: < https://www.bbvaresearch.com/wp-content/uploads/2015/06/15-21_WP-Identificando-sectores-AP.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2015.

LAWRENCE, R. Z. Regionalism, Multilateralism, and Deeper Integration: Changing Paradigms for Developing Countries. In: MENDONZA, M.R.; KOTSCHWAR, B (edits). *Trade rules in the making: challenges in regional and multilateral negotiations*. Washington D.C: Brookings Institution 1999. Disponível em: <<http://www.sedi.oas.org/dttc/belizecourse/textbooks/TRM/P021-046.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

LIMA, J.D.; ZACLICEVER, D. *América Latina y el Caribe en las cadenas internacionales de valor*. Santiago de Chile: Nações Unidas. 2013. (Serie Comercio Internacional) Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35879/LCL3767.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

MEDEIROS, C. A. Integração produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul. In: ALVAREZ, R.; BAUMANN, R.; WOLHERS, M (orgs). *Integração Produtiva: caminhos para o Mercosul*. Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Indústria, Volume XVI, pp. 255 – 303, 2010. (Série Cadernos da Indústria ABDI). Disponível em: <<http://www.abdi.com.br/Estudo/Integra%C3%A7%C3%A3o%20Produtiva%20Caminhos%20para%20o%20Mercosul.pdf>>. Acesso em: 30 agosto 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMERCIO (OMC). La OMC y los acuerdos comerciales preferenciales: de la coexistencia a la coherencia. *Informe sobre el Comercio Mundial 2011*. Disponível em: <https://www.wto.org/spanish/res_s/booksp_s/anrep_s/world_trade_report11_s.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). *Interconnected Economies: Benefiting From Global Value Chains – Synthesis Report*. [S.I]: OCDE, 2013. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/ind/interconnected-economies-GVCs-synthesis.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. *Towards a joint Pacific Alliance Agenda for Promoting SME Internationalization and Integration in Global Value Chains*. [S.I]: [s.n], 2015. Disponível em: <<http://www.tlc.gov.co/descargar.php?id=74941>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

ROSALES, Osvaldo; KUWAYAMA, Mikio. *China y América Latina y el Caribe: Hacia una relación económica y comercial estratégica*. Santiago: CEPAL, março de 2012. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2598/S1100769_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 nov. 2014.

RUGMAN, A. M.; LI, J. OH, C. H. Are supply chains global or regional?. *International Marketing Review*, Vol. 26. 2009. pp. 384 – 395. [S.I]: Emerald Group Publishing Limited. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/02651330910971940>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

SOLIMANO, A. *Comercio exterior, cadenas globales de producción y financiamiento: Conceptos y relevancia para América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile; Nações Unidas. 2013. (Serie Financiamiento para el Desarrollo). Disponível em:

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/11362/37198/1/LCL3745_es.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

EN TIEMPOS DE SOBREEXPLOTACIÓN Y DEPRDACIÓN DEL ESPACIO MARINO: LAS MUJERES DEL SINDICATO DE ALGUERAS DE COCHOLGÜE

Víctor Pacheco Garrido ¹⁴

Andrea Ciacchi ¹⁵

INTRODUCCIÓN

Las actividades extractivas marítimas han sido una de las principales fuentes de ingreso y trabajo en Chile. Históricamente, la geografía del país ha permitido un amplio desarrollo naval, tanto militar cuanto comercial, y ha generado una relación orgánica entre caletas (comunidades pesqueras artesanales) y su entorno geográfico, en el sentido de una relación simbiótica de extracción y conservación de recursos pelágicos y costeros. Con el paso del tiempo y la apertura comercial por medio de los tratados de libre comercio (TLC), el fortalecimiento de los llamados barcos de pesca de arrastre en territorio marítimo cercano a la costa, ha transformado negativamente el ecosistema costero y ha generado una crisis en la pesca artesanal que golpea a comunidades completas, las que se han visto obligadas incluso

¹⁴ Doctorando del Programa de Pos-graduación en Estudios Comparados sobre las Américas, Universidad de Brasília. <https://orcid.org/0000-0001-8992-6544> E-mail: vpachecogarrido@gmail.com

¹⁵ Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Formado em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza", Mestrado em Letras na UFPB, Doutorado em Estudos Ibéricos na Universidade de Bolonha, Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia da UNICAMP e Pós-Doutorado também em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza". Email: andrea.ciacchi@unila.edu.b

a cambiar de rubro, acogiéndose a planes de emergencia del gobierno (PACHECO, 2017).

A pesar de la existencia de sucesivas crisis en el área de la pesca por desaparición de ciertas especies sobreexplotadas por el mercado (Camus y Hajek, 1998) y de la alta contaminación que provocaban los buques factoría (Asenjo, 1990), todas ellas afectaron principalmente a las grandes industrias y no a los artesanales, quienes si bien sintieron los efectos en sus espacios extractivos, no dependían solo de la extracción de peces, pues existía un rotativo temporal de extracción de mariscos y algas (DONOSO, MOLINA, VALDÉS Y ORTIZ, 2016; PACHECO GARRIDO, 2017).

Pero ninguna crisis fue tan duramente sentida como la modificación a la ley de pesca del año 2012, que dividió el mar entre un grupo de empresarios de la pesca de arrastre (GUILOFF, 2013), que pasarían a controlar el 92% de la industria pesquera (LÓPEZ, 2015), modificando los límites en que esta era permitida y quitándole espacio a los pescadores artesanales, a la vez que limitaba el acceso a la extracción de peces a una cuota anual definida por el estado, lo que imposibilita su trabajo después de cumplirla (PACHECO, 2017).

Las caletas comenzaron a sufrir pérdidas económicas y ecológicas drásticas: las cuotas eran ínfimas, y se completaban rápidamente, lo que suponía falta de trabajo para la mayor cantidad del año. El arrastre tan cercano a la línea de costa acababa con las algas, fuente de alimento de peces y mariscos, lo que impedía su

reproducción, con la consiguiente falta de recursos que aprovechaban durante el resto de año.

Las sucesivas crisis llevaron a un grupo de mujeres de la pequeña localidad de Cocholgüe a crear el Sindicato de Algueras, Charqueadoras y Mariscadoras de Cocholgüe, agrupación que agrupa a casi 300 mujeres que ejercen actividades extractivas en la comunidad. La caleta de Cocholgüe se ubica al norte de la ciudad de Concepción, capital de la región del Biobío, en el centro sur de Chile. Durante el año 2010 un terremoto y tsunami destrozaron la bahía, lo que empeoró la situación para el sindicato y los habitantes de la caleta.

Por medio del siguiente artículo, basado en un trabajo etnográfico realizado entre diciembre y enero del 2016 como parte de la investigación para la Maestría en Estudios Latinoamericanos de la UNILA, pretendemos presentar la lucha de las mujeres del sindicato por medio de pequeños relatos, donde nos explicarán su lucha por proteger sus fuentes de trabajo y modo de vida en medio de la creciente destrucción del ambiente y las trabas burocráticas del Estado y las todopoderosas empresas pesqueras en voz de sus integrantes. Todos los relatos de las mujeres de Cocholgüe aquí contenidos, fueron procesados para la disertación y se encuentran textualmente en ese documento. Los nombres de nuestras protagonistas no han sido modificados, pues esperamos que por medio de sus hablas podamos comprender sus anhelos y problemáticas¹⁶.

¹⁶ En este documento podremos ver partes de relatos de Guillermina, la presidenta del Sindicato de Algueras; de Lidia, una de las algueras de más edad de la caleta, así como de Oriele y Nancy, hermanas y cercanas colaboradoras de la presidenta; Tala, la alguera poetiza e Iris, una experta

2. DESAROLLO

2.1. Cocholgüe, caleta y algas

Cocholgüe nace como una apropiación ilegal de terreno durante la segunda mitad del siglo XX, con el nombre de Caleta Bruna. Su denominación actual significaría “Agua de Cholgas”, (*Aulacomya atra*) un marisco de gran importancia en la zona (VALDES VIVANCO, 2016; en PACHECO GARRIDO, 2017). Durante años pasa de ser una simple “toma de terreno” a convertirse en una de las caletas de pescadores más productivas del país (Pacheco Garrido, 2017). Se encuentra dividida en 3 sectores: La Caleta Grande, sector principal, donde están los pescadores y algueras; la Caleta Chica, sector turístico, y la Villa, un sector nuevo de casas de veraneo de la clase alta y media alta de Concepción.

Actualmente, esta disposición territorial está cambiando. La Caleta Grande se está convirtiendo lentamente en un sector turístico, ya que gran parte de su población ha tenido que dejar la caleta por situaciones extremas como el terremoto del 2010 y los planes de reasentamiento del gobierno. Aun así, las caletas Grande y Chica continúan siendo espacios comunitarios con pescadores artesanales y actividades artesanales.

A pesar de estar separados, las familias antiguas se conocen, aquí todos tenemos nuestros botecitos y salimos a la mar, lo malo es que la gente de la Caleta Chica está rodeada de casas de veraneo, entonces no hay como una uniformidad. Somos todos los mismos, pero estamos

buzo de raneo. Todos sus relatos fueron obtenidos por entrevistas y permitida su publicación a los investigadores. Las entrevistas son transcripciones y se encuentran en la disertación de Pacheco Garrido (2017).

separados, entonces funcionamos diferente, la caleta de allá es otra. Pero nos llevamos bien, hay socias del sindicato allá. (Oriele)

A pesar de ser una localidad con pocos habitantes, unos 2000 según estimativas¹⁷, posee 3 agrupaciones legales que les permiten ejercer sus tareas tradicionales: la explotación de recursos marinos. La caleta posee una flota pesquera creada por el sindicato de armadores, uno de los sindicatos que agrupa a los constructores de barcos de la comunidad, se dedicaba a la extracción de merluza y fueron reconocidos durante años como una de las caletas con mayor producción de la zona centro sur del país, antes de la crisis pesquera del 2000, en que se comienza a diferenciar cuotas para artesanales e industriales, lo que llevará a las comunidades pesqueras artesanales de todo el país a organizarse para resistir a los embates del neoliberalismo que entregarán gran parte del mar a los buques industriales de arrastre y buques factoría, en desmedro de los pescadores artesanales, quienes verán sus actividades reducidas a pocas millas marítimas de la costa y a una cantidad ínfima de peces por año.

Pero después con los barcos grandes se echó todo a perder, porque ellos no piensan en lo que va a pasar mañana, ellos llegan y tiran las redes y tiran todo, no discriminan nada. Echan las redes y vamos arrastrando no más. Ahí matan la pesca, y matan todo, porque rompen el ecosistema, entonces se llevan todo, algas, mariscos, lobos de mar, todo para arriba. (Guillermina)

Un tiempcito después, todo se echó a perder. Los pescados no venían, porque no había más pescados, es una cosa terrible lo que ellos hicieron. Acabaron con todo en un par de años no más. (Tala)

Actualmente, y a pesar de los embates empresariales, la caleta se dedica principalmente a un trabajo por ciclos: a la pesca de merluza, cuando es posible y existe cuota para salir al mar, al terminar esta,

¹⁷ Número difícil de comprobar debido a la movilidad post terremoto 2010.

buscan otros peces que no estén en veda y continúan así, especie por especie, hasta parar completamente en invierno. Durante el invierno, la comunidad vive de ahorros obtenidos en verano de la venta de lugas, algas de las que profundizaremos más adelante; y por la venta de charqueados, además de la recolección de algas comestibles, como el cochayuyo (*Durvillaea antarctica*) y el luche (*Pyropia sp*) y mariscos.

A veces no salgo a recolectar luga porque es mucho trabajo. Me duelen los huesos ya, tantos años trabajando en la mar. Pero si salgo casi siempre a buscar “luchecito”. (Lidia)

El Sindicato de Algueras, Charqueadoras y Mariscadoras de Cocholgüe, formado hace más de 20 años y conformado por mujeres dedicadas a la pesca, extracción de mariscos y algas, se ha dedicado a fortalecer la posición de las mujeres de la zona con respecto a la extracción de recursos y a establecer jurídicamente su relación con las agencias gubernamentales del área.

Se funda hace más de 20 años, desde hace 10 su presidenta es la señora Guillermina Flores. Cuenta con alrededor de 300 socias, de las cuales la mitad participa activamente. Hay un grupo de ancianas que son socias vitalicias a las cuáles no se les exige participación, en cambio para el resto existe un protocolo establecido donde se encuentran los deberes y derechos de cada miembro. La asistencia a las reuniones mensuales, participación en proyectos, pago de cuotas son algunos de los asuntos que con se han fijado para el funcionamiento y mantención de la organización en el tiempo. (DONOSO *et al.*, 2016)

El sindicato ha posicionado como una de las agrupaciones más importantes de la provincia, obteniendo diversos premios, reconocimientos y fondos para sus socias. Su trabajo no solo busca potenciar sus actividades extractivas, sino también proteger el espacio costero fuertemente amenazado. Según el Sistema de Información para

la Gestión Patrimonial (SIGPA), una de las principales actividades del sindicato de algueras de Cocholgue es la recolección de lugas:

Las algueras extraen 3 tipos de lugas, la luga paño [*Sarcotalia crispata*], que es grande y negra, la luga cuchara [*Mazzaella laminarioides*], larga y de forma similar a una cuchara y la luga chicoria [*Chondracanthus chamissoi*]. Las dos primeras son utilizadas para la elaboración de cosméticos, remedios y plásticos y la chicoria es comestible (SIGPA¹⁸)

Estas algas son recolectadas en época estival, desde diciembre hasta marzo y se vuelven el principal ahorro para el invierno, época en que los barcos no pueden salir al mar, por los obvios motivos climáticos (PACHECO GARRIDO, 2017; VALDÉS VIVANCO, 2016, DONOSO *et al.*, 2016)

Lo que pasa es que en invierno los barcos no salen casi a la mar. El mar se pone muy bravo y es muy peligroso. Y a veces se junta con la veda. Entonces la plata que uno junta en el verano, se usa para el invierno. Compramos quintales de harina, azúcar, alimentos no perecibles, y lo que sobra, se guarda para comprar cositas para el pan, las cosas de consumo rápido. (Nancy)

Las algueras de Cocholgue actúan como sindicato hace 20 años, pero su actividad es inmemorial. Toda la zona costera del centro y sur del país estaba habitada por poblaciones indígenas lafkenche, nación reconocida por su consumo de algas, peces y mariscos (MOESBACH, 1992) y cuyas costumbres fueron asumidas por la población mestizo-criolla resultante por los años de colonización. Gran parte de los asentamientos informales cercanos a la costa se dedican a la recolección y a la pesca de orilla. Así también las mujeres de Cocholgue mantienen una tradición centenaria que peligra cada día por múltiples factores. En un área tan compleja y tradicional como lo son

¹⁸ <http://www.sigpa.cl/ficha-cultorcolectivo:sindicato-de-algueras-charqueadoras-y-mariscadoras-caleta-cocholgue.html>

las actividades relacionadas con el mar, pareciera que las mujeres son de la costa y los hombres de los barcos, pero no.

Yo siempre he escuchado que si una mujer se sube a la embarcación la mar se pone celosa. Pero eso es un cuento de otros lados. Aquí desde que una es chica sale con el papá a pescar. Antes más que ahora sí, como las niñas están en la universidad, ya casi no son tripulantes, se está perdiendo ese trabajo. Pero yo salía con mi papi, hasta ahora la verdad salimos a veces. Y salíamos hartos antes del terremoto. Una aprende desde chica a hacer todo dentro de la embarcación. (Oriele)

Mientras la cultura pop eurocéntrica presenta a los barcos como un espacio eminentemente masculino, práctica discursiva que puede corroborarse en las embarcaciones industriales y la ausencia de mujeres en su cadena extractiva de alta mar; a las mujeres de Cocholgue son también pescadoras. Hijas y esposas de pescadores, las socias del sindicato desde pequeñas se han dedicado a trabajar en las embarcaciones familiares, saliendo al mar para ayudar en la pesca.

Yo siempre fui pescadora, desde chica salía con mi papi para adentro [a altamar] y una trabajaba igual que el resto de los hombres, uno era igual que los otros tripulantes. Hasta ahora salgo en el barco de mi esposo, bueno, ahora no porque estamos haciendo un nuevo barco. Tenemos nuestro barquito chico, pero ese no nos sirve para salir lejos (Nancy)

Muchas de ellas ayudaban iban en el barco para, al terminar la faena, ser llevadas a la ciudad de Tomé, donde vendían los productos recolectados durante el día, terminando su jornada laboral horas después de sus maridos (PACHECO GARRIDO, 2017).

Después de la pesca, nos tocaba salir a vender, entonces nos íbamos a Tomé o a Concepción. Hacíamos más que los hombres. Bueno, aún hacemos más [risas]. Pero es que ese siempre ha sido un espacio nuestro, el de la venta. (María Elena)

Aun así, con la creciente movilidad rural-urbana, el aumento de la cobertura educacional y la posibilidad de nuevas profesiones y oficios, muchas hijas de pescadoras y pescadores dejaron de subirse a

los barcos, siendo ya no tan común tener mujeres arriba de los barcos. Pero esto puede aplicarse también a los hijos hombres, quienes optan por otro tipo de oficio en medio de la inestabilidad económica que representa la pesca.

La caleta de Cocholgüe no solo ha tenido que lidiar con la crisis económica del año 2000 y la implementación de la nueva ley de pesca del año 2012, ya que también la contaminación y la sobreexplotación de recursos por parte de foráneos que depredan la zona han generado una difícil situación en su cotidiano.

La ley no nos ayuda. Hicieron poner un panel de expertos, que dice cuanta cantidad podemos sacar del mar. Cuanto pescado, que tipo. Pero entregaron la mayor área y la mayor cantidad para los industriales. Ahí dicen que es porque los grandes barcos tienen más tripulantes y son más personas trabajando. Pero los barcos grandes ahora casi no llevan tripulantes. Hay muchos que ahora comenzaron a trabajar con los artesanales. Y los barcos son todos extranjeros. Son de Chile, supuestamente, pero todo va para las mismas empresas, hacen sus chamullos¹⁹ y nos roban los recursos. Nuestro país es así, de manos abiertas para los de afuera, pero a los propios chilenos no nos cae nada.
(Guillermina)

Pero día tras día, las mujeres del sindicato de alqueras intentan mantener a su comunidad cohesionada. Independientemente de las situaciones extraordinarias que sucedan.

2.2 Cocholgüe y los desastres siconaturales.

“Con el terremoto, nos tuvimos que cambiar, pero estos terrenos son nuestros. Nuestro trabajo y nuestra vida está aquí abajo, podemos vivir en la Villa, pero nuestras casas acá igual las ocupamos siempre”
(Nancy)

Una de estas situaciones extraordinarias fue el terremoto del año 2010. El 27 de febrero durante la madrugada un fuerte sismo afectó al

¹⁹ Chamullar: Engañar, hacer una cosa para encubrir otra.

centro sur del país, destruyendo una buena parte de la infraestructura habitacional precaria, y un posterior tsunami que inundó varias ciudades y cambió por completo el fondo de la bahía de Concepción.

El efecto en la comunidad de Cocholgüe fue terrible: si bien el terremoto solo afectó a algunas casas, el tsunami fue caótico pues destruyó embarcaciones, se llevó redes y materiales de pesca.

Sabíamos que iba a venir el mar, así que corrimos para el cerro no más, todo oscuro ese día. Después de arriba veíamos como se recogía el mar, y después se nubló, pero se escuchaban las embarcaciones azotándose contra los muros. La gente estaba desesperada, pero también estábamos contentos porque estábamos vivos. En mi mente yo pensaba que ya estaba todo acabado, no sabíamos que iba a pasar con la mar. Porque el agua se llevó todo, entonces pensé: ¡Ya, se acabó la pesca, se acabaron las algas, se acabaron los mariscos, se fue todo! Al otro día, cuando ya pensamos que no había más olas entrando bajamos y vimos las embarcaciones echas tira, vimos la playa, llena de suciedad, ¿porque sabe? El mar tiró toda la suciedad para afuera. Uno a veces piensa porqué pasaran estas cosas, y yo creo que uno ve por qué después de los desastres. Porque la naturaleza se cansó de tanta suciedad, y con el terremoto y el tsunami, se limpió todo. La naturaleza es sabia, porque el mar tiro para fuera todo lo que estaba demás. Pero igual, se llevó otras cosas, como embarcaciones, casas, es otro tipo de cosas. Pero soltó todo el plástico, las algas muertas, las botellas, todo para fuera. Y se llevó para adentro las casas y los botes. Una advertencia creo yo que fue. (Guillermina)

Por la estructura de la localidad, el agua solo afectó a las casas más cercanas al mar, pero no de forma considerable. Lo terrible vino después. Estudios gubernamentales plantearon que la ladera en la que se encontraba la localidad iba a ceder y caería sobre la caleta. Eso hizo que se evacuase a la población de la zona hacia la parte alta de la comuna de Tomé, sector distante a unos 20 minutos de camino a pie desde la caleta (ROJAS HERNÁNDEZ, 2010). Durante meses, los barcos que no fueron destruidos no pudieron salir al mar por la suciedad

que las olas habían recogido desde las ciudades y localidades de la bahía. (VALDÉS VIVANCO, 2016)

Sumado a la falta de recursos, la comunidad se encontraba entonces lejos de sus hogares, en campamentos precarios y afrontando el invierno, sin posibilidad de volver a sus casas en la caleta. Pocas personas se negaron a abandonar sus casas, y el tiempo pareció darles la razón: el campamento que debía ser temporal duro dos años. Los relatos de las mujeres dan a entender la desesperanza que corría a la comunidad.

Nosotros nos preguntábamos: ¿Cuánto tiempo más, señor? Los que llevaban la contraria y se quedaron en la caleta estaban tranquilos. No tenían que levantarse, ver a la gente de todos lados en la aldea, ir a lavarse todos juntos, no había privacidad. Algunos dejaron la aldea y se fueron para la caleta no más. Iban a hacer sus cosas a sus casas, limpiaban, cocinaban, iban a hacerle gasto a los vecinos que tenían negocio. Arreglaban redes, parchaban las embarcaciones, y en la noche volvían a dormir acá arriba. Se iban en la mañana como hormiguitas para abajo. Los que no tenían casa o habíamos quedado con miedo de volver estábamos acá. Sufriamos a nuestra manera. Los que pudieron empezaron a salir a la mar y a trabajar. Mar adentro. Los que no tenían embarcación no podían salir. Algunos hombres lloraban de frustración. Algunos vecinos llevaban a algunos hombres en los barcos. Fue una época terrible, porque nadie nos entendía, nadie nos ayudaba. Desde el terremoto hasta que se arregló la cosa pasó como un año y medio. Fue triste. (Guillermina)

Si, fue triste la desesperación. Uno no se importa tanto con lo material, con las teles, los computadores, con las radios, pero uno si se importa con la fuente de trabajo. Y con la vida, si al final esta es la vida de uno. Imagínese tantos años para parar una casa, tantos ahorros, para que después te obliguen a vivir fuera de lo que era tu hogar. No hay palabras. (Nancy)

Doña Guillermina, presidenta del sindicato de alqueras, relataba la inseguridad que les hacía pensar en tener que abandonar la caleta, pues los planes de reconstrucción obligaban a las familias a dejar la

caleta y reasentarse en lugares diferentes. Aun así el sindicato siguió funcionando como forma de cohesionar a la población.

Si no fuera por el sindicato, yo creo que muchas socias no hubiesen tenido que ponerle a la olla. Hay hombres que perdieron casi todo, y las mujeres poniendo el hombro para trabajar. Porque hay quien piensa que por que una es mujer, no puede hacer nada. Pero las mujeres, *'bucha'* que somos aguerridas. (Guillermina)

Pero con todo en contra, las gestiones de la presidenta lograron hacer un barrio entero en la zona edificable más cercana a Cocholgüe. Eso les permitía bajar en taxiscolectivos o a pie hasta la caleta, si fuese necesario.

Pelemos y pelemos para que no nos mandaran a Tomé o a otro lado. Y presionamos hasta que lo logramos, nos íbamos a quedar aquí cerca, así podríamos bajar al mar porque quedaba aquí abajo no más. (Nancy)

Las gestiones del sindicato habían traspasado el área extractiva, y es justamente ese el valor de esta agrupación. Si bien su principal actividad era obtener fondos y poder relacionar su actividad productiva con el Estado, se ha convertido en uno de los ejes de cohesión y tradición de la caleta.

Una vez el nuevo barrio estuvo completo, las mujeres y hombres de la caleta que habían sido desplazados continuaron las dinámicas familiares y vecinales propias de la caleta, convirtiéndose la nueva población en parte integral de Cocholgüe, aumentando así el espacio vivencial de la comunidad.

Una queda tan feliz aquí. Estamos haciendo un barquito para volver a la mar. No hay nada que nos aleje del mar. Ahora nos levantamos temprano, más temprano que antes, agarramos nuestras cositas y partimos para la caleta. Los que tienen auto llevan a los que no, y vamos a nuestras casas antiguas y allá tenemos nuestros implementos, y con eso partimos a pescar o a sacar luga o mariscar o arreglar los barcos. Todos trabajando. La caleta se mantiene viva, aunque nos hayamos ido a Tomé. Seguimos siendo Cocholguianos. (Nancy)

Durante este largo proceso, las embarcaciones ya habían sido reparadas y los pescadores pudieron volver al mar. Pero por poco tiempo, pues la ley de pesca mencionada anteriormente fue promulgada el año 2012, lo que hizo bajar incluso más la productividad de los pocos barcos recuperados, dejando más vulnerables a los hombres y mujeres de Cocholegüe.

Mientras el mar se recuperaba, las algas se reproducían y los peces volvían a aparecer en la bahía, la comunidad debía comenzar a pensar en cómo rearmarse. Una solución laboral era urgente. La solución vino como desde el origen de sus problemas: el Estado, que los había relocalizado, les había quitado su caleta y ahora les entregaba una cuota de pesca ínfima, ofrecía entonces cientos de fondos y ayudas internacionales. A su vez, ingresaban los Pro-empleo, una serie de actividades laborales de emergencia para mujeres que consistía en limpiar espacios públicos, escuelas, recolección de botellas PET, entre otras cosas. Solo gracias a este programa y a los fondos internacionales, gestionados por las socias del sindicato, es cientos de familias de la caleta pudieron sobrevivir a los años posteriores al terremoto.

Partimos a las 8 de la mañana limpiando las calles, o tirando las malezas con azadones o palas. Pasamos toda la mañana en eso, después almorzamos y nos vamos a otro lado, a veces a una escuela a limpiar o seguimos en la calle, a pleno sol. No nos dan ni guantes ni bloqueador [solar], no es un trabajo agradable. Ganamos el mínimo, tenemos un horario que no nos sirve para salir a recolectar ni a pescar. Pero desde que salió la ley Longueira, estamos mal. Se acaba el pescado rápido y se lo llevan todo los industriales. Entonces tenemos que aceptar no más. Hay que ponerle algo a la olla. (Nancy)

Pero las cosas no mejoraron. Lentamente los hombres salían al mar y volvían a sus actividades tradicionales. Pero aun así la economía

estaba en recuperación, por lo que los pro-empleo, que debían ser temporales, se transformaron en programas centrales en la caleta. La controvertida idea de reconversión laboral, como forma de superación de la pobreza y vulnerabilidad causada por la ley de pesca, no había siquiera sido puesta en práctica por la fortaleza de los pescadores de la comunidad quienes decidieron seguir luchando por mantener su vida tal y como siempre fue.

Ahora, si bien vivían en el sector alto de la comunidad, aun poseían casas vacías o parcialmente destruidas en la caleta. Muchos entregaron sus casas a sus hijos, otros las abandonaron definitivamente. Pero un grupo de socias del sindicato vio en esto un posible beneficio: si las casas de veraneo de la clase alta ubicadas en Villa Cocholgüe eran arrendadas sin problemas a pesar de la lejanía relativa al mar, las casas de la caleta, ubicadas a pasos de la costa debían ser más fáciles de arrendar y a un precio mucho más barato.

La crisis económica hizo emerger esta nueva arista de trabajo. Casas comenzaron a ser arrendadas a visitantes que deseaban un ambiente tranquilo y autentico cerca del mar, por módicos precios que comenzaron a atraer público desde la ciudad de Concepción.

Ahora queremos hacer unas rutas de turismo para que la gente recorra, entonces, los llevamos a recorrer, cuando estén con hambre los llevamos a la cocinería y se van felices. Y si quieren, se pueden quedar, porque como las socias que tienen sus casas buenas en la Caleta y ya no pueden vivir ahí, las arriendan para la gente que viene de afuera. De a poquito nos vamos armando, de a poco va llegando gente. Es que éramos desconocidos. Nadie sabía de Cocholgüe, ahora de a poco están llegando los turistas. (Guillermina)

Poco a poco, algunas casas abandonadas comenzaron a ser arrendadas, mientras que otras fueron vendidas para convertirse en

casas de veraneo. Incluso, un restaurante abrió sus puertas, algo que era tradicional de la Caleta Chica, totalmente abocada al turismo, y que ahora se replicaba en la Caleta Grande.

Aun así, existe una resistencia al turismo dentro de algunas socias del sindicato, quienes ven peligrar el futuro de Cocholgüe como una caleta pesquera, dado el desplazamiento obligatorio de la que fueron parte, así como la idea de que el Estado adoraría que ellos dejaran de dedicarse a la pesca artesana. Cocholgüe es una caleta pesquera, dicen, y será siempre eso.

2.3 Ecosistema vulnerable

Poco a poco las cosas comenzaron a mejorar, principalmente por la fuerza de voluntad de los habitantes de la caleta. Una vez estabilizado el mar, muchos pescadores tuvieron una buena racha. Parecía que el mar se había limpiado y el mar nuevamente entregaba sus frutos para los pescadores artesanales. La recolección de algas también era positiva, los bosques submarinos de algas estaban en crecimiento y recuperación, y los mariscos volvían a reproducirse.

Pero como es común, la riqueza de unos es la envidia de otros. Si bien la utilización de elementos de buceo o sumersión es común en el área, con la crisis del año 2012 aumentaron los buzos que cambiaron la pesca o la recolección de mariscos por la recolección de algas, principalmente lugas.

La zona de Cocholgüe es un sector perfecto para el crecimiento de algas. Un fondo arenoso y muchas piedras ayudan a la formación de

grandes parcelas de lugas, que como ya hemos comentado, es el principal sustento del sindicato en la actualidad.

Comúnmente las algueras permiten que toda persona ingrese a la costa a recolectar algas o mariscos sin problemas, solo advierten para no dañar el frágil ecosistema en recuperación.

Por eso nosotras decimos que tenemos que proteger nuestro mar: da para que todos puedan tener su platita a fin de mes, para que todos puedan pagar sus cuentas. Cuando los chicos de otros lados vienen a recoger luga, nosotros los dejamos. Y ellos juntan platita para pagar sus matrículas en la universidad, para comprarse los cuadernos. Sacan más que nosotras a veces, porque se levantan temprano y se van de tarde, pero ellos recogen sin dañar. Y después vienen a agradecer, traen a sus amigos a conocer Cocholgüe, arriendan las casas. (Guillermina)

Es por esto que muchos buzos llegan a la caleta atraídos por la gran cantidad de algas que pueden recolectar en mediana profundidad, usando el equipo de sumersión comúnmente conocido como “rana”. Este equipo permite la recolección bajo el agua, algo que no es muy realizado por las mujeres del sindicato que solo recogen lo que llega a la orilla.

Esta modalidad de extracción permite obtener paños de luga (podríamos decir que los paños son las hojas, si hacemos la comparación con los árboles que conocemos) mucho más grandes, lo que permitirá al buzo rana obtener una mayor cantidad de recursos al venderlos. Lamentablemente, muchos de los buzos cogen la alga completa y no solos los paños, lo que evita su reproducción y elimina por completo la posibilidad de recuperar la planta.

El mar nos da a todos, la cosa es no ser egoísta, no querer tomar más de lo necesario ni intentar pasar por encima del otro como a veces hace otra gente, principalmente gente de los barcos industriales o los buzos rana que son depredadores, cuando exterminan las algas en un lugar parten a otro y así (Guillermina)

Es por esto que las algueras del sindicato han comenzado una batalla para proteger su territorio: los buzos rana son un problema. El trabajo descuidado de estos se ha convertido en uno de los grandes desestabilizadores con el medio acuático y costero, que no solo afecta a las algas en si, sino también a los mariscos. Sin algas, no hay mariscos.

Así, muchos buzos rana han sido expulsados de la caleta, pero a la vez llegan muchos más. Si bien muchas veces se llega a la discusión en voz alta, solo algunas veces pasa a mayores. Una de estas veces tomaron a una alguera y la llevaron en el bote hasta otra caleta, solo para hacerlas sentir miedo. Pero aun así el sindicato sigue luchando por mantener la costa como un espacio productivo e intentando mantener al mínimo el daño medio ambiental de los buzos rana.

Cuando vemos un *rana* sacando poco, lo dejamos. Algunos solo sacan las lugas maduras. Pero otras veces vienen y sacan todo, ¡vamos sacando no más! Ahí es cuando nos metemos. Comúnmente la cosa termina en un par de groserías y amenazas y se acabó, se van. Pero otras veces la cosa sube de nivel. Una vez estaban tres hombres raneando. Estaban sacando todo, de raíz. Estaba sola en mi bote y fui a pararlos. Me llegaron dos palos en la cabeza. (Nancy)

Pero no solo los buzos rana son un problema. La contaminación de la costa por los bañistas y visitantes es también un problema. Bolsas de basura y otros plásticos son comunes en el mar, lo que dificulta el proceso de recuperación de la costa. Otros grandes proyectos como gaseoductos y terminales marítimos cercanos a la caleta son una preocupación constante, pues el delicado estado en que se encuentra la bahía podría de dejar de albergar vida si los barcos de gran tamaño volviesen a entrar a los puertos.

A veces sacamos bolsas y bolsas de plástico. A pesar de que está más limpio, parece que la gente no aprendió con el terremoto. La contaminación es un problema grande, porque afecta a los peces. Pero la contaminación de los industriales, esa es grande (Guillermina)

La limpieza es fundamental, y muchas veces se crean rondas para limpiar los lugares donde se encuentran las luga. Pero conscientes de la dificultad de mantener un ambiente productivo en la región, el sindicato ha optado por buscar convertir a Cocholgüe en un “área de manejo”.

Somos mujeres que sabemos del mar. Lo que hacemos es una actividad que se va perdiendo cada vez más por la contaminación, la pesca de arrastre de las empresas y porque casi no quedan personas que lo hagan. Nuestros conocimientos están justificados. El área de manejo es lo único que nos falta para intentar recuperar el lecho marino y que se vuelva a llenar de luga. Eso aseguraría el trabajo de las socias y mejor, nos ayudaría a cuidar de Cocholgüe. (Guillermina)

Un área de manejo, definida en la Ley de Pesca (Ley N°20.437), es una delimitación territorial en plena costa, que divide territorio en parcelas de cultivo para obtención controlada de recursos bentónicos (SUBSECRETARIA DE PESCA, 1995).

La idea debe ser formalizada por una asociación reconocida por el Estado, e implica que todos los socios de un sindicato tienen derecho a la explotación exclusiva de recursos dentro de la zona. Una de las ideas principales del Sindicato es crear esta área de manejo como una forma de asegurar la presencia de las algueras en su propio territorio y a la vez, proteger el ecosistema fragilizado, ya que esto permitiría a cada familia asociada al sindicato tener su parcela y trabajar sabiendo que nadie externo al grupo podría internarse en las aguas del área.

Tener un área de trabajo es un desafío. Las mujeres de Coliumo tuvieron una y no pudieron manejarla, el sindicato estaba dividido y como fueron las primeras, tuvieron muchas dificultades. Pero nosotras ya conocemos la experiencia de ellas, entonces no sería tirarnos a los

leones. Pero vemos que es necesario traer el área de manejo, porque los ranas están cada vez más atrevidos, ya vienen en varias embarcaciones y se portan como si fueran dueños del mar. Si queremos mantenernos aquí, tenemos que ganar esa área de manejo. Cuando la tengamos, aquí no se mete nadie, porque sería legalmente de nosotros. Ahí nosotras tendríamos que armar planes para recolectar, hasta podríamos fijar una cuota por socia para no sobreexplotar el recurso. Yo creo que el área de manejo nos ayudaría bastante. Abriríamos un espacio para que todas las socias tengan el alga asegurada. Y si alguien necesitase más, podríamos darle más espacio, recoger los mariscos, no sé. Sería un bien para la caleta, especialmente para ayudar a los que están en un mal momento económico. Y los pescados los podemos pasar directamente a las cocinerías, y los mariscos y el luche, podríamos fortalecer nuestra idea de hacer turismo. (Guillermina)

Todas las actividades y planes de la caleta se basan en su relación con el mar. La lucha contra la destrucción del ambiente no es solo por la producción de recursos, sino por el modo de vida histórico de la comunidad, es decir, por un derecho a su identidad y a un futuro comunitario que ayude a todos y todas.

Una puede estar con pena, con rabia, estresada. Pero uno viene a la caleta y se siente viva de nuevo. Venir a la playa es lo mejor para relajarse, desestresarse, ser más feliz. Por eso tenemos que cuidar este espacio. (Iris)

CONCLUSIÓN - MUJERES CONTRA VIENTO Y MAREA

Por medio de esta investigación, se pretendía comprender los procesos que las mujeres del sindicato realizaban para la extracción de productos marinos, pero encontramos mucho más. La lucha de las mujeres del sindicato no es una lucha laboral a secas. Es una lucha por mantener vivo el sentido de comunidad en medio de los embates del poder neoliberal de las empresas pesqueras y el poder gubernamental.

Su lucha es también por el territorio. En medio de los desastres socio naturales y la contaminación del ambiente costero a nivel mundial, no solo se destruye la flora y la fauna local sino también el

entramado social construido hace décadas, y que retoma una forma de vida ancestral. Su territorio es leído como parte integral de su forma de vida, una forma de vida que desafía las leyes temporales locales de lo urbano y lo rural para dar paso a un espacio vivido que retoma el tiempo de la ciudad y del campo simultáneamente. Y es que los espacios temporales son diferentes.

El mar define la hora de levantarse, de acostarse, de trabajar, de compartir, de comer. Y no es un tiempo exacto, cambia semana a semana, según los valores lunares. Esta cronología cotidiana es la que marca la vida de los habitantes de Cocholgue (PACHECO GARRIDO, 2017). Pero a la vez, están mediados por el horario de las escuelas donde asisten sus hijos, al horario de los empleos formales e informales que desarrollan fuera de la caleta, al horario de buses y taxis colectivos. Un orden en desorden.

Y es esto lo que las mujeres del sindicato quieren proteger. Son estas ambivalencias que forman la resistencia a la modernidad descarnada, al neoliberalismo expectante. Son resistencias que han formado familias, levantado casas, alimentado y educado hijos, enterrado personas y han dejado ir a aquellos que no regresan del mar.

El espacio donde habitan, o mejor dicho, cohabitan humanos y especies costeras, es de vital importancia para ambos. La protección del espacio territorial, incluida la fauna, es parte de la vida de las mujeres, y a pesar de parecer ser una contradicción, su presencia ayuda a la conservación de las especies, cada vez más amenazadas por los grandes conglomerados pesqueros de arrastre.

Esto no significa que las mujeres algueras y mariscadoras del sindicato sean seres etéreos en una relación armónica divina, como muchas veces se intenta repetir como modo de idealización de los grupos tradicionales (una visión más *hippie* y contemporánea del ‘buen salvaje’).

Esta es una relación construida por años, en base a la experimentación, la exploración del territorio, el análisis milimétrico del espacio, la observación y la búsqueda de una relación dinámica con el mar. El trabajo de las mujeres del sindicato es realmente un trabajo científico basado en el manejo del territorio y sus recursos.

Desde chiquititos a uno le enseñan: esta es luga, esta no, esta sirve, esta no, este es cochayuyo, esta parte se llama ulte. Así desde chicos uno va sabiendo que tiene que sacar y que no. Uno no sabe muchas cosas en general, pero somos secos²⁰ para el mar, los pescados, las algas y los mariscos. (Iris)

Pero no por esto se puede descartar el aspecto emocional de haber vivido y experimentado el territorio. Ambas, en su justa medida, son la base de la lucha de las mujeres de Cocholgüe. Mantener una historia, una vida; pero también mantener una serie de conocimientos activos recolectados por años, son motivos más que suficientes para luchar por contra la adversidad.

El trabajo se basó en entrevistas y grupos focales en donde conocimos los diferentes aspectos de su lucha por la conservación del espacio costero, y permitió entender como los procesos extractivos (recolección de algas, mariscos y peses) y post-extractivos (charqueo de peces y venta) se relacionan directamente con la lucha por la

²⁰ Ser seco: Chilenismo para referirse a ser experto en un tema o habilidad.

conservación y, sobre todo, la lucha por un modelo de vida (PACHECO GARRIDO, 2017)

Si bien el trabajo pudo apuntar a múltiples luchas, como el reconocimiento del territorio como patrimonio propio, o retomar la perspectiva histórica (CAMUS, HIDALGO Y MUÑOZ, 2016), la de género (DONOSO *et al.*, 2016) o la vivencial (VALDÉS VIVANCO, 2016), que ya habían sido discutidas previamente, decidimos enfocarnos directamente en los discursos de resistencia y conservación, especialmente en los relatos sobre la vida posterior al terremoto del 2010 y la crisis pesquera del 2012, que definieron la necesidad de luchar por la conservación del espacio, contra la sobreexplotación y la destrucción del ambiente, forjando además la cotidianidad de las luchas diarias de este grupo admirable de mujeres.

Estos cambios externos que modificaron la vida de las caletas a lo largo de Chile son una aproximación temporal que permiten entender como un grupo de mujeres puede salvar a su comunidad de la destrucción y del olvido, solo enfocándose en mantener las actividades cotidianas fluyendo y despreciando el poder económico de los grandes empresarios del mar.

La lucha de las mujeres algueras, pescadoras, mariscadoras y charqueadoras de Cocholgue son pequeñas resistencias diarias que se transformaron en grandes acciones que permiten soñar a su comunidad con un futuro mejor y en el territorio que aman y sienten como suyo.

REFERENCIAS

ASENJO, Rafael. La Gestión Ambiental en Chile. En: SECRETARÍA Ejecutiva Permanente del Convenio Andrés Bello *Gestión Ambiental en Países del Convenio Andrés Bello*. SECAB/FKA. Bogotá, 1990, p.121-135.

CAMUS, Pablo y HAJEK, Ernst. *Historia Ambiental de Chile*. Andros Impresores. Santiago, 1998.

CAMUS, Pablo, HIDALGO, Rodrigo, MUÑOZ, Enrique. (2016). Las disputas por el mar: bienes comunes, pescadores artesanales y pesca industrial. El caso de la caleta Cocholgue en el litoral centro sur de Chile a mediados del siglo XX. *Población & Sociedad*,. v.23, n.2, p. 91-114. Disponible en: <http://www.poblacionysociedad.org.ar/archivos/23/P&S-V23-N2-CamusHidalgo-Munoz.pdf> . Accedido en: 22 oct.2018.

DONOSO, Carla; MOLINA, Constanza; VALDÉS, Diego y ORTIZ, Isabel. Pasado y presente de las alquerías de Coliumo y Cocholgue. Una descripción de la relación entre género, economía e identidad. *Antropologías del Sur*, n° 5, p 85 – 102, 2016. Disponible en: http://www.revistaantropologiasdelsur.cl/wp-content/uploads/2016/06/0522_donoso.pdf. Accedido en: 20 oct.2018.

GUILOFF, Matias. Ley de Pesca: Explicando un regalo regulatorio. En: *Anuario de Derecho Público*, 2013, p. 273-296.

MOESBACH, Ernesto Wilhelm de. *Botánica indígena de Chile*. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1992.

PACHECO GARRIDO, Víctor. La lucha de las pescadoras, alquerías, charqueadoras y mariscadoras de Cocholgue. Disertación (Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latinoamericanos) - Instituto Latino Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH). Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz do Iguaçu, 2017.

ROJAS HERNÁNDEZ, Jorge. Vulnerabilidad social, neoliberalismo y desastre: sueños y temores de la comunidad desplazada/damnificada por el terremoto/tsunami. *Sociedad Hoy*, núm. 19, 2010, pp. 113-140

SUBSECRETARÍA DE PESCA. *Reglamento sobre áreas de manejo y explotación de recursos bentónicos*, 1995. Disponible en: http://www.subpesca.cl/normativa/605/articles-11086_documento.pdfhttp://www.subpesca.cl/normativa/605/articles-11086_documento.pdf. Accedido en: 20 oct.2018.

VALDÉS VIVANCO, Diego. *Mujeres y el mar: Algueras de Cocholgue*. Memoria de Título (audiovisual) para optar al título de Antropólogo Sociocultural. Universidad de Concepción, 2015.

**O TRABALHO FEMININO NA ATUALIDADE:
PERSPECTIVAS A PARTIR DO CONTO SORTE TEVE A
SANDRA DE LUIZ RUFFATO**

Melissa Salinas Ruiz ²¹

Josiele Kaminski Corso Ozelame ²²

**INTRODUÇÃO - A LITERATURA NA PROBLEMATIZAÇÃO
DO TRABALHO DA MULHER BRASILEIRA**

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho fomenta a discussão referente às maneiras como este recebe tais mulheres. A fim de coibir eventuais abusos, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT dedica Seção específica à proteção do trabalho da mulher, com garantias como a proibição de exigência de atestados médicos para comprovar esterilidade ou gravidez (Art. 373-A, inciso IV), entre outras. No entanto, diversos fatores conduzem à percepção de que somente a proteção legislativa não garante a equidade entre os sexos no ambiente de trabalho. A disparidade salarial existente entre homens e mulheres no desempenho da mesma espécie de função, a grande presença feminina no mercado de trabalho informal, são apenas algumas das problemáticas existentes no âmbito nacional.

²¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: m_salinas@hotmail.com

²² Doutora em Literatura, Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE campus de Foz do Iguaçu, Paraná. E-mail: josicorso@gmail.com

Essa incongruência entre proteção legislativa e as práticas sociais dentro do ambiente de trabalho conduziram ao desejo de investigar de maneira diferenciada as dinâmicas sociais envolvendo a relação entre mulheres e trabalho. A impossibilidade de o texto legal, por si só, proteger a mulher de abusos nas relações trabalhistas torna relevantes às análises que dissertem a respeito dos elementos sociais, culturais e institucionais que impossibilitam a plena inserção da mulher no mercado de trabalho. Ademais, perseguir a equidade de gênero no âmbito de trabalho, no qual a predominância masculina fez-se latente ao longo de séculos, constitui relevante passo na superação da dominação de gênero que se vislumbra na sociedade brasileira.

Tendo em vista o exposto, nota-se que discutir sobre mulher e trabalho perpassa o aspecto legislativo, porém não se restringe a este. Aspectos como família, maternidade e cor são apenas alguns dos itens que influenciam na relação entre mulheres e mercado de trabalho, assim requerendo-se que um estudo sobre o tema possa abranger essa multiplicidade de enfoques.

A literatura, devido a seu alto potencial subjetivo, constitui fonte digna de análise na busca de uma compreensão mais holística da realidade. A escolha de um texto literário para nortear a discussão sobre o trabalho feminino busca ressaltar a importância de identificar os elementos que influem na construção das teias de significação vivenciadas em nossa sociedade. Em adição, se a proteção feminina existente na CLT, muitas vezes, não se configura, urge recorrer a outras

literaturas e fontes que possam fornecer um panorama social contemporâneo mais completo.

A complexidade da relação entre mercado de trabalho e gênero existente em nossa sociedade justifica uma pesquisa interdisciplinar. E, sendo a interdisciplinaridade uma interação entre disciplinas que visa a contribuições simultâneas em distintas áreas, a presente pesquisa contribui, também, no âmbito literário.

A relação da personagem feminina com o trabalho é complexa e digna de estudo, pois vai contra muitos estereótipos da feminilidade que se fizeram presentes em diversas obras literárias e, também, na sociedade. O grande número de personagens femininas estereotipadas e distantes do protagonismo, ao longo da literatura brasileira, torna necessário estudos que ressaltem a importância de representações diversificadas da feminilidade. Portanto, um estudo que discorra a respeito do modo como a literatura apresenta o trabalho feminino justifica-se na aludida necessidade de superação de estereótipos sobre a mulher dentro da literatura.

A escolha do conto *Sorte teve a Sandra* de Luiz Ruffato, portanto, foi efetuada devido às múltiplas reflexões, que este possibilita, a respeito da relação da protagonista Sandra com o mercado de trabalho. De modo complementar, o fato de o conto pertencer ao livro *Domingos sem Deus*, o qual integra a pentalogia *Inferno Provisório*, agrega relevância ao conto no que tange à problematização das questões laborais. Ao escrever os cinco livros que compõe o *Inferno Provisório*,

o autor visou apresentar a vivência do trabalhador brasileiro, em suas mazelas e complexidades.

Por conseguinte, a presente pesquisa se utiliza do método qualitativo e da pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores que problematizam as questões de gênero no âmbito trabalhista e literário, tais quais Michelle Perrot (2017) e Lúcia Osana Zolin (2010). Quanto à possibilidade de enfoque interdisciplinar entre Sociologia, História e Literatura, dialoga-se com os enfoques de Antonio Candido (2004), Leyla Perroné-Moisés (2006), entre outros.

2 O TRABALHO FEMININO NA SOCIEDADE E SUA RELAÇÃO COM A LITERATURA E CULTURA

Compreender as vivências das mulheres trabalhadoras ao longo da história do Brasil conduz à necessidade de reformular a retrospectiva histórica empreendida previamente, a fim de construir de maneira mais fidedigna a experiência feminina. Sendo a distinção de gênero elemento que influi de forma determinante na experiência social, seria um equívoco considerar que a trabalhadora brasileira enfrentou, ao longo dos séculos, os mesmos empecilhos que os trabalhadores do gênero masculino.

A necessidade do enfoque feminino nos relatos históricos é ressaltada pela historiadora Michelle Perrot (2017). Segundo ela, a ausência da perspectiva feminina na História conduz a narrativas parciais, que reproduzem, na sociedade, dinâmicas de poder as quais

impedem as mulheres de assumir papéis de destaque. Uma análise, portanto, do trabalho feminino no Brasil justifica-se na necessidade de situar a mulher como protagonista dentro da História e de identificar os obstáculos que enfrenta dentro do campo trabalhista.

Necessário, porém, à compreensão de como a sociedade percebia o trabalho feminino, discorrer sobre a leitura simbólica da feminilidade em voga na época. Pois, de acordo com Renato Ortiz (2008), a maneira subjetiva em que percebemos o mundo é elemento presente em todos os tipos de sociedade, tornando assim necessário o estudo dos elementos que influencia na subjetividade para um entendimento mais holístico das dinâmicas sociais.

A personagem Sandra é mulher, pobre e negra, características que constituem um empecilho, na atualidade, para se inserir no mercado de trabalho. O desfecho do conto – no qual Sandra falha em obter emprego, se prostitui e retorna à sua cidadezinha grávida e portadora de HIV – ressalta o fracasso em seus mais diversos níveis, afetivo, familiar e laboral. Demonstra que, a fim de compreender a vivência da mulher trabalhadora, é necessário ultrapassar a esfera laboral, examinando as demais esferas sociais.

A leitura simbólica que a sociedade faz do feminino influencia na maneira como este se insere e relaciona no campo laboral. Disto, a relevância de estudos que foquem especificamente no trabalho feminino, a fim de compreender os distintos mecanismos sociais e culturais que conduzem à perpetuação de uma leitura simbólica

patriarcal e limitante, a qual culmina na impossibilidade de a mulher equiparar-se ao masculino enquanto trabalhadora.

As distintas leituras simbólicas do feminino mediam as relações sociais, sendo de especial relevância identificá-las e desconstruí-las quando se trata de âmbitos da sociedade na qual a dominação masculina faz-se latente. Sendo o campo da arte intrinsecamente conectado à subjetividade e pluralidade simbólica, estudar a maneira como retrata a mulher – e, em adição, *quem* retrata a mulher – reveste-se de importância.

A superação das relações de dominação em função do gênero existentes dentro do contexto laboral – as quais são produto de uma construção histórica e social ocidental de hegemonia masculina persistente ao longo de séculos – requer, dentre outros fatores, na transformação da leitura simbólica do feminino. Embora distintas áreas do conhecimento auxiliem na desmistificação do corpo feminino – o ato menstrual perdeu a conotação demoníaca, as enfermidades psíquicas deixaram de ser atribuídas essencialmente às mulheres, dentre outros exemplos – ainda é usual relacionar “fragilidade” à “feminilidade”.

Ao dissertar a respeito da transformação das expectativas sobre o corpo feminino ao longo das décadas, Sant’Anna (2013) fornece exemplos das distintas mistificações sofridas por esse. Do “imaginário da mulher-flor” – onde a sutileza da beleza se aliava ao recato da conduta – ao culto às formas voluptuosas – intrinsecamente relacionado ao aprimoramento das técnicas de cirurgia plástica e decorrente

ingresso de noções médico-científicas à percepção de “bem-estar” – muitas foram as alterações, porém preservando em si a percepção unívoca, portanto opressora, da mulher.

Segundo Geertz (2008), é pelo do estudo da cultura que se podem compreender as teias de significação que estão presentes na sociedade. Integrando à cultura, as manifestações artísticas – visuais, musicais, literárias etc. – constituem enriquecedora fonte de análise no que tange a um melhor entendimento dos paradoxos e complexidades sociais. Ainda, quanto à relevância das manifestações culturais, ressalta Ortiz (2008) que, embora a sociedade contemporânea tenda a negligenciar a cultura em seus planos políticos de atuação, o “culto” ao desenvolvimento social através da racionalidade não é uma característica inerente à vida em sociedade. Em contrapartida, o autor afirma a impossibilidade de uma sociedade sem cultura, visto que o ser humano percebe a realidade mediada pela subjetividade.

Dissertar, portanto, sobre as relações de gênero no campo artístico possibilita perceber as maneiras como a sociedade atribui significado à experiência feminina, identificando os elementos que integram o “imaginário da feminilidade”. Ainda, não limitando-se a arte à mera reprodução, sendo também criação, refletir sobre a presença da mulher, enquanto artista e enquanto representação artística, conduz à noção da importância de construir um referencial simbólico que permita dar vazão às distintas maneiras de vivenciar a feminilidade.

Eli Bartra (2000) destaca que o reconhecimento da arte feminina é essencial na formação de identidade para futuras gerações de

mulheres. Ressalta a autora que, se existente apenas a produção artística masculina, a subjetividade das futuras artistas se orientará de acordo com os únicos modelos artísticos que conheceram, os masculinos.

Sobre a necessidade de repensar as maneiras como a literatura representa as mulheres, Zolin (2010) aponta a importância dos estudos referentes a texto e contexto e a influência destes nas maneiras como se compreende a conexão entre relações de dominação social e o texto literário. Considerando que a obra literária carrega em si teias de significação da realidade social, problematizar as representações da imagem feminina conduz a questionar a mulher dentro da sociedade.

Dessa maneira, ao questionar a ausência de representações literárias do trabalho feminino na literatura brasileira e ao discutir as implicações que o ato laboral teve para a personagem Sandra, a pesquisa busca contribuir para os estudos literários ao apresentar uma personagem que se distancia dos estereótipos femininos até então recorrentes no âmbito literário. Ao integrar a literatura brasileira contemporânea, o conto *Sorte teve a Sandra* vai ao encontro de Zolin (2010), quando afirma a relevância da produção literária brasileira contemporânea, pois nela encontra-se personagens femininas que contrariam as expectativas que recaem sobre a mulher na sociedade, desconstruindo binômios como “mulher e maternidade”, “mulher e família”, entre outros.

Nesta perspectiva, a representatividade feminina no campo artístico implica o incentivo à produção artística feminina e, também, a

existência de multiplicidade nas representações da mulher. Integrando a cultura, a literatura possibilita novas formas de reflexão sobre o real e, dessa maneira, torna-se importante ferramenta para complementar estudos referentes à sociedade.

No que tange às questões de gênero atreladas ao campo do trabalho, segundo Bourdieu (2003), quando há uma relação desigual de poder em algum âmbito, esta se torna de dominação. Portanto, estudos como o de Wajnman e Gomes (2017) que tratam da desigualdade em razão do gênero no mercado de trabalho, explicitam que atualmente, no campo laboral, há dominação dos homens em relação às mulheres. Considera-se que, a partir da problematização social que a análise literária possibilita, podem se compreender melhor os fatores que contribuem para esta opressão, além de se criar condições para a transformação da maneira como as mulheres são percebidas no contexto laboral.

Em estudo referente aos personagens dentro da literatura contemporânea, Dalcastagnè (2007) destaca a restrita presença de representações literárias femininas. A autora situa o personagem feminino junto a outras minorias sociais – negros, deficientes, entre outros – as quais não protagonizam o texto literário, podendo efetuar-se um paralelo entre referido fato e as restrições presentes em nossa sociedade que impedem a tais indivíduos de ocupar papéis de protagonismo social.

De acordo com Zolin (2010), a literatura brasileira contemporânea conduz-se à desconstrução de concepções patriarcais

em relação à feminilidade, num processo que busca evidenciar as possibilidades múltiplas do feminino. Neste contexto, representações literárias referentes à maneira como as mulheres se inserem/relacionam no campo do trabalho podem desconstruir concepções maniqueístas as quais situariam o trabalho no polo oposto ao “feminino”.

As tendências contemporâneas na literatura, quais sejam as que continuam a se desenvolver a partir de 1930 (Bosi, 2006) inclinam-se pelo repúdio a modelos fixos de narrativa, prezando pela originalidade de enredos e caracterizações literárias. Dessa maneira, se houve obras literárias que, ao buscar distanciar-se ao máximo do perfil de mulher submissa, recaíram em outro estereótipo, o de “supermulher”, não deve afirmar-se que seja essa a orientação predominante na atualidade.

Por meio dessas representações, o estudo da literatura brasileira contemporânea justifica-se pela pluralidade de representações do feminino que apresenta, bem como pelo fato de dar maior ênfase à relação entre a mulher e o campo do trabalho. É, portanto, na busca de superar as dinâmicas de exploração, em nossa sociedade, que dizem respeito ao gênero, que foi selecionado o conto *Sorte teve a Sandra*, presente no último volume do *Inferno Provisório*. Embora relato curto, por meio de sua temática e recursos estilísticos, é capaz de transmitir, com suma criticidade, a crítica à sociedade que não permite à mulher desenvolver-se enquanto trabalhadora.

A sociedade atualmente “deixa morrer” a quem não se adeque a seu sistema econômico. A mulher, portanto, ao não ser recepcionada pelo mercado do trabalho, está fadada a subsistir, não existir. *Sorte teve*

a *Sandra* traz uma história de subsistência. É um relato ficcional que, justamente em razão disso, é capaz de transmitir a opressão sofrida por Sandra e por muitas outras mulheres na atualidade. Destaca-se no meio literário pela complexidade da personagem feminina e pela distância desta de qualquer estereótipo. E, também, vai ao encontro da fala de Jouve (2012), quando afirma a importância da literatura e sua análise na contribuição da efetiva transformação da realidade.

3 UMA ANÁLISE DE *SORTE TEVE A SANDRA*

Narrado em terceira pessoa, o conto apresenta as vivências de Sandra, que nasce na mesma Cataguases de seu autor, Luiz Ruffato. Mineiro de Cataguases, filho de pai pipoqueiro e de uma mãe lavadeira e tendo desempenhado inúmeros trabalhos ao longo da vida, o autor apresenta em sua literatura o trabalhador de uma maneira diferente. De personagem secundário, passa a ser protagonista. É através do desejo de escrever uma saga do proletariado que publica *Inferno Provisório*, uma pentalogia da qual o último livro, *Domingos sem Deus*, busca retratar o trabalhador do século XXI através de diversos contos, dos quais *Sorte teve a Sandra* foi selecionado para o presente trabalho.

A personagem Sandra nasce em um lar pobre, com vários irmãos e o pai falecido, o qual faz com que seu sonho de “vencer na vida” pareça algo distante. A oferta de trabalho, porém, de “Dona” Diana, esposa do “doutor” Manoel Prata parece uma possibilidade para a deslumbrada garota. Abandonando a escola, muda-se para o Rio de

Janeiro, na Tijuca, onde o belo apartamento em nada reflete a precariedade dos aposentos designados a ela. A oferta grandiosa é, na verdade, um trabalho mal remunerado e informal – mais adiante se constatará, ilegal – no qual Sandra não é respeitada de nenhuma maneira.

Exercendo a inconsequência comum a alguns adolescentes de sua idade, Sandra engravida de um encontro de uma noite, ocorrido no carnaval. Retorna, então, para Cataguases, sob o grande peso social de ser mãe solteira.

A jovem, no entanto, é sonhadora, e não desiste de alcançar seus objetivos. Por esse motivo, oitos anos após seu mal fadado retorno a Cataguases, Sandra vai para o Rio de Janeiro. Deixando o filho aos cuidados da irmã, a personagem espera, desta vez, poder trabalhar e, por meio disto, dar uma melhor condição a seu filho.

Os primeiros dias na capital carioca irão demonstrar quão fechado é o mercado de trabalho para uma jovem negra, pobre e sem instrução. O trabalho que consegue em um mercadinho mal a mantém e contribui para que Sandra busque seu sustento por meio da prostituição.

O dinheiro, enfim, lhe permite uma certa comodidade, a qual deslumbra Sandra. E é através dele que a jovem inicia seus romances com Fred, jovem paulistano que, se em princípio, recusa os mimos e atenções, não tarda em acostumar-se a eles.

Dessa maneira, a relação de Sandra com Fred torna-se cada vez mais de subserviência, pois este passa a exigir, progressivamente, mais da companheira, tanto financeiramente – Sandra passa a não dispor

mais de dinheiro para enviar à irmã encarregada de cuidar de seu filho - quanto afetivamente – os comportamentos e aparência da jovem tornam-se alvos de crítica do companheiro. Fred torna-se opressor e passa a envolver-se com indivíduos de má índole, fato que justifica o temor de Sandra quando se descobre grávida.

A reação do parceiro ante a notícia é de indiferença, em contraposição às esperanças de Sandra. Cessa de satisfazer aos caprichos do namorado aspirante a artista – aos quais atendia na expectativa de, algum dia, ser a inveja de Cataguases – a fim de poupar dinheiro para o futuro do filho.

Aos três meses de gestação, a relação abusiva culmina no abandono de Fred, agravado pelo furto de todas as economias de Sandra. Forçada a retornar a Cataguases, dá à luz a Kaíke, momento em que descobre que ela e o filho estão infectados pelo vírus da AIDS. Isto, no entanto, lhe garante um salário-mínimo ao mês, pago pela Previdência, estabilidade de rendimento que assegura que, em Cataguases, se afirme que “sorte teve a Sandra”.

As sequências de ações, que compõem o conto, são prioritariamente externas, pois exteriores à consciência dos personagens. Embora, segundo Massaud Moisés (1969), não existam narrativas exclusivamente de ações externas ou internas, podem considerar-se que as ações no conto de Ruffato são principalmente externas, pois não há digressões sobre os pensamentos ou emoções dos personagens.

O enredo apresentado por Ruffato se utiliza de ironia no desfecho para potencializar a crítica presente no conto. Conforme expõe Pinto (2016, p. 138) ao discorrer sobre a prosa de Ruffato, o autor “descreve um processo de alienação do sujeito”, o qual se torna explícito quando se afirma que “sorte teve a Sandra”.

Embora autores como Perroné- Moisés (2006) considerem que elementos como ironia, fragmentação e intertextualidade não são características exclusivas da literatura contemporânea, considera-se que, no conto de Ruffato, a ironia é elemento chave da narrativa, aproximando a escrita de Luiz Ruffato a de outros contemporâneos célebres, como Ricardo Lísias.

No que diz respeito aos personagens, o fato de a protagonista ser mulher, pobre e negra, traz ressignificações tanto literárias quanto sociais, haja vista a escassez de protagonismo de tal minoria em ambos campos. Em um estudo realizado a respeito dos personagens brasileiros de literatura contemporânea, Dalcastagnè (2007) destaca como, a despeito do crescente protagonismo social da mulher, tal condição não se reflete na nossa literatura.

Debruçar-se sobre os personagens de Ruffato contribui para complementar um panorama literário e social. Sendo a sociedade plural, necessário que as representações artísticas de distintas ordens – dentre elas a literária – explorem as diversas experiências e identidades, assim enriquecendo o campo literário e, em adição, complementando uma transformação que é também política.

O narrador, embora onisciente, não deixar tudo explícito ao leitor. Ao invés de afirmações categóricas há alusões, indícios, os quais conduzem o leitor a “montar um quebra-cabeça”. A morte do pai de Sandra, por exemplo, é brevemente mencionada no início da narrativa, mas é informação determinante na compreensão das dinâmicas afetivas e econômicas da família. Houvesse um homem a sustentar a casa – conforme ditam os moldes da sociedade patriarcal – a personagem Sandra e seus irmãos não se encontrariam numa situação de carência.

Outro “silêncio” do narrador diz respeito ao personagem que engravida Sandra durante o carnaval. Deste, além da ausência de descrição física, não se sabe nem o nome. Esta falta de descrição, porém, pode conduzir à interpretação de que são múltiplos os perfis masculinos que enxergam na mulher um mero receptáculo de seu desejo sexual.

No que se refere a um dos filhos de dona Diana, Rafael ocorre algo curioso. Apresentado no início do conto como adolescente, constantemente assediando Sandra, no final do conto faz-se menção a um “doutor Rafael”, o qual consegue a pensão para Sandra. Em nenhum momento o narrador esclarece se este Rafael é, de fato, filho de dona Diana. Porém, a forte carga irônica do conto torna plausível que o adolescente inconsequente tenha se tornado um profissional bem sucedido.

Dentre os personagens masculinos, mais atenção é dada pelo narrador a Fred, homem com o qual Sandra viverá uma relação abusiva. Em poucas linhas, é possível perceber a complexidade de sua relação

com Sandra e a maneira em que esta vai se transformando. Se, em princípio, existem os carinhos e promessas, a atitude final do personagem – o furto aliado ao abandono paterno – demonstram como, por trás de uma aparência inofensiva, havia uma personalidade tóxica. Tal personagem não é, portanto, caricato, pois o narrador expõe condutas deste que evidenciam como pode usar de atitudes e palavras de afeto para esconder propósitos obscuros.

De acordo com Dalcastagnè (2007), a forma de perceber e se relacionar socialmente se altera drasticamente de acordo com a cor ou gênero. Os personagens de Ruffato vão ao encontro de tal afirmação, pois é notório durante a narrativa como as personagens femininas e pobres estão susceptíveis aos abusos e dominação. A mãe de Sandra, por exemplo, se vê forçada a aceitar a partida da filha para o Rio de Janeiro junto com “a nova patroa”, possivelmente em razão à ajuda financeira que a família obteria de tal fato.

Segundo Candido (2014, p. 51) “a personagem vive o enredo, as ideias e os torna vivos”. Porém, é somente por meio de uma linha de coerência que o personagem pode tornar-se verossímil. A protagonista Sandra, dessa forma, “convence” o leitor, pois a personagem é construída e apresentada durante o conto de maneira a corresponder suas ações a suas características emocionais e sociais.

Logo no início do conto, por exemplo, é possível notar o desejo de superação da jovem, aliado a um toque de inconsequência. Sandra abandona os estudos cedo e, contrariando a mãe, vai trabalhar em outra cidade. Chegando ao Rio, suas atitudes são as típicas de uma

adolescente “deslumbrada”. O fato de ter engravidado corrobora a falta de maturidade, possível reflexo do brusco rompimento das relações familiares.

Sandra é negra, informação que é apresentada ao leitor de forma sutil, ao indicar os preparativos da jovem para o carnaval. Ao tentar alisar os cabelos, distanciando-se de seu fenótipo, a personagem é reconhecida pelo leitor, pois pratica uma conduta comum em muitas jovens de nossa sociedade.

Além de Sandra ser uma personagem “peculiar”, visto que protagonista embora mulher e negra, a importância que o trabalho tem para a personagem a diferencia de muitas mulheres protagonistas na literatura brasileira. Ao contrário da busca por uma relação amorosa, tema recorrente quando se trata da mulher dentro da ficção, o foco de Sandra é mudar sua situação financeira e social. E, assemelhando-se a muitas mulheres contemporâneas, almeja fazê-lo por meio de seu trabalho.

O furto e a AIDS são duas intensas ações na narrativa que, embora as menos prováveis em comparação com a realidade, pois extremamente trágicas, se revestem de poder simbólico. No conto, cumprem o papel de um ponto final. Inúmeras vezes tentou Sandra escapar a sua realidade. O desfecho drástico do conto possibilita a noção de que agora, de fato, Sandra sucumbe. Uma derrota que sequer servirá como exemplo pois “Sorte teve a Sandra”. Ante esse final, cabe a certeza: outras “Sandras” virão.

O tempo do conto é cronológico, pois há menção explícita ao lapso temporal transcorrido entre o retorno de Sandra a Cataguases e sua ida ao Rio – oito anos – o qual propicia ao leitor mensurar o transcurso do tempo. A esta afirmação corrobora também a ausência de elementos que caracterizam o tempo psicológico, como recordações ou outros aspectos de não-linearidade.

O espaço da narrativa desempenha uma importante função no decorrer do enredo. Ao designar localidades reais para as ações dos personagens, o autor torna possível ao leitor usufruir de todo o conhecimento prévio a respeito desses contextos, assim enriquecendo o enredo. A cidade de Cataguases, onde se inicia o conto, é uma localidade do interior de Minas Gerais, desprovida de riquezas e, pelo fato de ser cidade pequena, possibilita a dedução de algumas de suas características. Usualmente, locais de população reduzida possuem um acentuado sentimento de comunidade, o qual faz com que seus habitantes sejam próximos, independentemente dos laços familiares. Em decorrência, não raro tal proximidade culmina em fofocas e uma intensa pressão social do meio.

Ao sair de sua cidade, Sandra vai para o Rio de Janeiro, cidade grande, familiar ao leitor. Nesse ambiente, o contato com os filhos da mulher rica e a própria imaturidade da adolescência fazem com que Sandra negligencie seus afazeres, em prol das distrações que a cidade tem para oferecer. Por aludir a uma cidade real, extremamente verossímil é ao leitor compreender a grande influência que o Rio – e seu carnaval – exerceram sobre a personagem.

Na casa da patroa, a precariedade do novo trabalho a ser realizado por Sandra é evidenciada pela descrição do espaço, como sendo uma “minúscula dependência de empregada, escura e embolorada”. Isto, no entanto, não parece constranger a mulher rica, que o apresenta a Sandra, alegremente, como “seu cantinho”. A escolha do diminutivo, em tom carinhoso e de modo bastante informal demonstra a flexibilização e fragilidade da relação laboral. A personagem Diana busca informalizar a relação trabalhista de Sandra visando sua própria conveniência, sob o disfarce de um contato amigável, quase maternal.

Finalmente, a menção a Ipanema, bairro de classe alta do Rio de Janeiro, estabelece de maneira clara ao leitor qual é o objetivo de vida de Sandra. Ao ter a noção exata do luxo desejado pela personagem, o leitor pode, inclusive, antecipar-se ao clímax. Sandra é negra e pobre e, mesmo que tente, não pertence a esse universo. A forma como a trajetória da personagem rumo à classe alta tem fim pode ser incerta ao leitor, mas não a sensação – que vai gradualmente crescendo, conforme o conto chega a seu desfecho – de que não haverá para Sandra um bom final.

Ao conhecer o enredo de *Sorte teve a Sandra* é possível tecer inúmeras reflexões condicentes à vivência social contemporânea. Tanto a coloquialidade da linguagem quanto as problemáticas enfrentadas pela protagonista permitem a identificação do leitor.

A linguagem adotada pelo narrador pode ser analisada de acordo com a crítica sociológica de Bourdieu (1983), pois demonstra a hipossuficiência de Sandra, a qual será acentuada nos demais

momentos do conto. Expondo o conceito de “língua legítima”, Bourdieu situa a relação discursiva como uma relação de força simbólica, na qual prevalecerá aquele que mais se assemelhar ao status almejado pela sociedade.

Assim o sendo, às expressões populares como “enrabichou-se”, “escapuliu” e “uai”, o narrador acrescenta a descrição do deslumbramento de Sandra ante ser aceita como empregada por Dona Diana, esposa do doutor Manoel Prata, outro momento que pode ser compreendido a partir de Bourdieu. Imbuído do poder simbólico que a sociedade atribui a certas profissões – médico, advogado etc. – o marido de Diana confere-lhe, também, deferência. Torna-se “Dona” Diana, com “cheiro de povo rico”.

À ausência da norma linguística culta ao longo da narrativa – meio de exercício de poder segundo Bourdieu – se acrescentam outras características que, atualmente, são recorrentes nas camadas sociais mais necessitadas. Sandra integra um núcleo familiar composto por nove pessoas, a figura paterna ausente devido à morte prematura, tornando o irmão mais velho “arrimo” de toda a família.

Ao dissertar a respeito da relação das mulheres com o mercado de trabalho, Silveira e Freitas (2007) expõem um preocupante desdobramento referente à inserção feminina no mercado. Afirmam as autoras que, ainda cabendo à mulher a manutenção da estrutura familiar e doméstica, se vê ela forçada a recorrer a outra mulher – esta sim, em modalidade de subemprego – a fim de cumprir os afazeres laborais e

familiares. A emancipação de umas, assim o sendo, acaba reforçando ao ciclo de exploração do gênero feminino.

Assim sendo, a irmã Cláudia segue o modelo “tradicional” de família existente na sociedade patriarcal, o da mulher dedicada ao lar e ao cuidado dos muitos filhos. Em contraposição, a impossibilidade de adequar-se a esse modelo faz com que Maura seja “deprimida” pois “solteirona”. As outras integrantes da família submetem-se à sina ainda menos promissora. Nádia e Evelina estão “evanescidas” no mundo e Beatriz e a matriarca mortas. A linguagem direta, ausente de emoções ou explicações quanto ao fato, indicam o conformismo ante o destino da mulher: a invisibilidade, de um lado, e a aniquilação, do outro.

A personagem Marcela, filha de Dona Diana, exemplifica a disparidade existente entre mulheres de origem abastada e humilde. Num primeiro momento, apresentada como “quase-médica”, no decorrer do conto se observa que Marcela teve sucesso em graduar-se médica, a despeito dos indícios a indicar que esta não era a estudante exemplar idealizada pela mãe. Nota-se, a partir disto, a facilidade com que a jovem rica se inseriu no mercado formal de trabalho, seguindo uma das carreiras que, atualmente, contam com maior prestígio social.

Outro relevante fator a atestar a precariedade da condição social de Sandra é a idade que ostenta quando vai trabalhar para Dona Diana. Aduz a isto a afirmação de que “Dona Diana, esposa do doutor Manoel Prata, podia ter elegido a Maura, dezoito anos completos, mas engraçou-se com ela, nem dezesseis ainda, só elogios” (RUFFATO, 2011, p. 45). Nesse fragmento constata-se a presença de dois

elementos indicados por Antunes (2011) como consequências da reestruturação produtiva vivenciada no âmbito trabalhista na América Latina: a inserção precoce no mercado de trabalho e a crescente inserção feminina neste, porém de maneira precarizada.

Sobre a reestruturação produtiva, explica o autor que foi um processo resultante das tendências neoliberais e que, a partir da década de 70, buscou privilegiar o capital financeiro. Dentre suas consequências podem citar-se as privatizações, terceirização, incremento do trabalho temporário, desemprego estrutural e flexibilização dos direitos trabalhistas. (ANTUNES, 2011).

Ao indicar que a idade de Sandra era de quinze anos do momento em que começa a prestar serviços à Dona Diana, nota-se que não haveria maneira de haver um contrato de trabalho legítimo entre ambas. Assim afirma-se pois, na faixa etária dos catorze aos dezoito anos, a única modalidade de contrato de trabalho passível de ser efetivada é a contida no Decreto 5598/05, que prevê e regulamenta o Contrato de Aprendizagem, situação a qual não se configuraria por diversos fatores.

A função de aprendiz visa propiciar ao jovem inscrito no programa de aprendizagem e dentro da faixa etária de catorze a vinte e quatro anos, formação técnico-profissional, seguindo um programa de aprendizagem que será desempenhado em local propício e acompanhado por entidade qualificada em formação técnico-profissional. Em razão disto, requisito obrigatório para ser aprendiz é a conclusão do Ensino Médio ou estar matriculado e frequentando

instituição de ensino, outro aspecto inviabilizado já que Sandra “largou os estudos”.

Embora os aspectos expostos já fossem suficientes para impossibilitar a contratação de Sandra como aprendiz, é a própria natureza da função a ser desempenhada o maior óbice a isso. Complementando o Decreto n. 5598 de 1º de dezembro de 2005, o Decreto n. 6481 de 12 de junho de 2008 apresenta a Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), proibindo aos menores de 18 anos realizar as atividades nela contidas, seja na modalidade de trabalho ou emprego, salvo nas hipóteses abarcadas pelo próprio Decreto.

A respeito da distinção entre os termos “trabalho” e “emprego”, frisa Delgado (2016) que, de acordo com o Direito, “emprego” é a relação trabalhista dotada de particularidades, quais sejam a pessoalidade, onerosidade, não-eventualidade e subordinação, regida pela Consolidação das Leis de Trabalho. A relação laboral desprovida de tais características será relação de trabalho, regendo-se por leis específicas de acordo com o tipo de trabalho e, de forma residual, pelo Código Civil.

Destaca-se que, além de mencionar as práticas vedadas aos menores de 18 anos, a Lista TIP apresenta os possíveis riscos ocupacionais e à saúde do adolescente que as exercer. Assim sendo, o trabalho doméstico consiste no item 76 da Lista TIP (Decreto n. 6481/08), a qual apresenta muitas das graves consequências para a saúde física e mental do jovem que exercer a atividade.

Ao aceitar a proposta de Dona Diana a personagem Sandra almejava ascensão social, a qual obteria como fruto de seu trabalho. No entanto, acaba por recair numa situação que potencializa sua vulnerabilidade, ao aliar sua precária condição social a um ambiente laboral impróprio para sua idade.

Outro aspecto relevante presente na narrativa é a relação entre migração e trabalho. Sobre isto, expõem Silveira e Freitas (2007, p. 21) que “a acentuada pobreza e o desemprego em países subdesenvolvidos fizeram com que uma série de mulheres emigrasse para países mais ricos à procura de emprego e sustento para suas famílias.” Nascida em Cataguases, Minas Gerais, a personagem Sandra desloca-se para o Rio de Janeiro em dois momentos da narrativa, em ambos compelida pela crença na existência de melhores oportunidades na capital. Assim sendo, pode-se estabelecer relação entre a análise de Silveira e Freitas e as migrações que ocorrem dentro do Brasil, de regiões pobres em direção a grandes centros urbanos.

No mesmo sentido, Ferreira (2006) destaca a grande presença de migrações direcionadas às maiores áreas urbanas dentro da América Latina, consequência da precariedade das zonas rurais. O autor, ao tratar das vertentes existentes dentro da teoria da migração, ressalta a importância de integrar o estudo das motivações individuais para migrar aos dos aspectos estruturais, sociais e econômicos, pois estes influem diretamente nos deslocamentos geográficos.

Em *Sorte teve a Sandra*, portanto, percebe-se que, além do desejo da personagem em usufruir de alto status social – evidenciado pelo

deslumbramento ao ser paga em dólares e pela vontade do namorado artista atingir a fama – sua situação de mulher de pobre e de pouca escolaridade a levou a “tentar a vida” em um grande centro urbano. No entanto, as duas experiências de Sandra no Rio de Janeiro fracassam. Na primeira, a vida como doméstica culmina em gravidez, fruto de uma relação furtiva de carnaval. Retornando a Cataguases, onde permanece por oito anos, Sandra opta por voltar ao Rio de Janeiro, onde acaba por tornar-se prostituta, envolve-se numa relação abusiva, engravida novamente e, por fim, adocece.

Ao engravidar por primeira vez, Sandra passa a integrar a parcela de mulheres que, segundo Silveira e Freitas (2007) tem na maternidade um óbice na manutenção do trabalho. A afirmação das autoras de que o cuidado dos filhos ainda é socialmente imposto à mãe se potencializa no caso de Sandra, visto que é mãe solteira, não recebendo qualquer auxílio do pai da criança. Convém, quanto a isto, citar Bourdieu (1996), quando afirma que, muitas vezes, a dominação masculina legitima-se pelas próprias atitudes femininas. Desta maneira, ao aceitar a carga do cuidado do filho sem o apoio do pai, Sandra aceita a dominação simbólica, que dita ser papel exclusivamente da mulher: a criação dos filhos.

Ao tratar da dominação masculina, Bourdieu (1996) afirma que, ao não ser sujeito que age na sociedade, a mulher torna-se objeto, assim tornando-se seu corpo e ações prisioneiros da expectativa social. A adequação a um padrão de beleza socialmente imposto visa, dessa maneira, aumentar o capital simbólico masculino, que se serve da

mulher tal qual uma “coisa”. Isto se percebe implicitamente na narrativa quando se expõe que Sandra alisa seus cabelos com henê, buscando se afastar do fenótipo negro.

Em contrapartida, de forma explícita se configura a dominação de Fred em relação à Sandra, sem encontrar protestos da companheira. Destaca-se que, ao ser mantido financeiramente pelo dinheiro que advém da prostituição de Sandra, Fred comete o crime de rufianismo.

O intuito do legislador ao criminalizar tal conduta é de proteger a mulher de ser forçada a se prostituir. Dessa maneira, esse artigo é um dos dispositivos legislativos cujo propósito é contribuir para a igualdade de gênero, uma igualdade “material” e não “formal”.

Necessária a distinção entre igualdade material e formal, pois, não raro, o senso comum impregnado da mentalidade patriarcal tende a criticar ações afirmativas de gênero, sob o pretexto de que as mulheres estariam adquirindo “privilégios”. A igualdade formal, portanto, determina que pessoas em condição semelhante serão tratadas de forma igualitária. Em contrapartida, a igualdade material dita que, havendo desigualdade de condições, o tratamento será também desigual, porém na medida a suprir essa desigualdade.

As ações afirmativas – sejam legislativas, políticas públicas etc. – vão ao encontro dessa igualdade material. Quanto a isto, a Lei Maria da Penha deve ser citada, pois constitui uma iniciativa legal que, além de punir com maior rigor os agressores, se encarrega de dar assistência à mulher que tenha sido vítima de violência.

Destaca-se, no entanto, a importância que a referida lei atribui às ações preventivas, assim demonstrando a necessidade de romper as estruturas sociais que reproduzem a opressão de gênero. Apesar de a conduta de Fred ser criminalizável, isto não o impede de praticá-la, bem como não impede Sandra de sujeitar-se a ela. Apenas o sistema normativo penal, portanto, é incapaz de suprimir o abuso, se não se aliar à superação de uma estrutura social de dominação masculina.

A total ausência do pai do primeiro filho de Sandra – do qual não se conhece sequer o nome – e a passividade diante do abandono de Fred, são fortes indicativos dessa dominação masculina. Sandra, ao ser mulher, é a “mãe”, e deve se encarregar da criação de ambos os filhos. Não, há, por parte da personagem, qualquer ação na busca da participação paterna, seja afetiva ou financeira.

O rechaço que Sandra enfrenta, ao retornar para casa como mãe solteira, vai de acordo com o imaginário da maternidade vigente na sociedade. Ter um filho se torna algo a ser celebrado, sempre que se adequar a rígidas expectativas sociais. O nascimento deve acontecer dentro de um lar heteronormativo e, preferencialmente, financeiramente saudável.

Sendo negra, pobre e solteira, Sandra rompe os padrões e, graças à sua condição feminina, é tida como única culpada dessa situação. Mesmo que a maternidade seja uma experiência coletiva nas culturas africanas, dotando a mãe de um papel de sabedoria e destaque, (STEVENS, 2016) a herança cultural da família de Sandra perdeu-se, recaindo num preconceito tipicamente eurocêntrico.

Ao retratar as vivências e dificuldades de uma mãe pobre, o conto *Sorte teve a Sandra* rompe o imaginário contemporâneo da maternidade, onde a mãe perde a própria sexualidade e independência em função do cuidado dedicado aos filhos (STEVENS, 2016). O fato de Sandra querer uma vida melhor, não somente para os filhos, mas para si própria, e que a leva a mudar-se sozinha para a cidade grande, constitui exemplo disso. Mesmo que enviasse dinheiro para o filho, ao deixar de estar presente fisicamente, ante a sociedade Sandra seria “relapsa” e “mãe ausente”.

Embora a autora afirme que, se comparado ao século anterior, este século está vendo, cada vez mais, as mulheres conseguindo administrar a vida laboral, afetiva e intelectual, desse “culto” à “supermulher” surgem graves consequências. Pais e ex-maridos se livrando de cumprir suas obrigações financeiras é um dos problemas apontados por Pinsky (2013). Disto nota-se que, mesmo pobre, Sandra sofre a pressão do modelo feminino ideal, que a obriga a arcar sozinha com a criação de seus dois filhos e, conseqüentemente, ter dois homens se aproveitando disto.

Se conseguir ser a ‘supermulher’ é difícil, para a mulher negra a dificuldade se faz ainda maior. Previamente citou-se como são distintas as vivências e oportunidades entre mulheres de classe alta e baixa. Tal distinção também ocorre em função da cor.

Em estudo sobre a mulher negra no mercado de trabalho, Bento (2004) apresenta dados alarmantes. A trabalhadora negra teria metade da remuneração média de uma trabalhadora branca. Mesmo quando o

nível de escolaridade for o mesmo, a trabalhadora branca receberia 40% a mais. O número de mulheres negras com empregos precários seria de 71%, contra 54% das mulheres brancas.

A marcante desigualdade existente dentro do mesmo gênero tende a se perpetuar ante o reduzido enfoque dado ao problema. De acordo com Bento (2004), as discussões sobre racismo na sociologia do trabalho são quase inexistentes. A pouca visibilidade da problemática, dessa maneira, fomenta as críticas que taxam de “assistencialistas” medidas afirmativas.

Em *Sorte teve a Sandra*, a personagem principal vivenciou a subserviência e a objetificação sexual. Ao “trabalhar” de maneira ilícita, como empregada doméstica, e sem o menor respeito no ambiente de trabalho, teve de sujeitar-se aos abusos da patroa e demais membros da casa. A objetificação sexual, cujo auge foi quando Sandra começou a se prostituir, se faz presente desde o primeiro contato sexual, do qual resultou grávida. O “sumiço” do pai de seu primeiro filho, evidencia o interesse meramente sexual na jovem.

A evasão escolar de Sandra é, também, outro aspecto que vai ao encontro da realidade de muitas mulheres pobres e negras. Segundo Ribeiro (apud Bento, 2004) o fator histórico exerce forte influência sobre isto. Até 1930, o acesso à educação era vetado à população negra.

Afirma Sant’Anna (2013, p. 124) que “parece que o corpo se tornou o centro de uma espécie de combate permanente, no qual aliados e inimigos pouco se distinguem.” Nesse sentido, o corpo da mulher negra está em constante questionamento, por uma sociedade que pauta

o “belo” por padrões de influência europeia. Desprezado ou excessivamente erotizado, fugir dessa dicotomia é um desafio ainda enfrentado por inúmeras mulheres negras.

Ao analisar a submissão feminina na sociedade, Bourdieu (1996) orientava seus estudos considerando a imutabilidade das estruturas de dominação masculina, incorporadas pelas próprias mulheres. Sendo assim, muito embora esta proposta teórica não negue a existência de trocas simbólicas que fomentam aludida dominação, refuta a imutabilidade de tal configuração. Ao utilizar o texto literário para expor algumas maneiras em que a mulher trabalhadora é oprimida dentro de nossa sociedade, este trabalho buscou desconstruir a percepção do feminino como “sexo frágil”, ao mesmo tempo em que afirma a fragilidade da *condição* de mulher trabalhadora. Desloca, portanto, a responsabilidade por tal vulnerabilidade do feminino – de imagem historicamente construída como débil – para a sociedade opressora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em visto o exposto, a presente dissertação realizou uma leitura interdisciplinar do conto *Sorte teve a Sandra*, do autor mineiro Luiz Ruffato. A análise almejou problematizar a figura da mulher trabalhadora, tanto na sociedade quanto na literatura.

Para tanto, o primeiro momento da pesquisa expôs uma breve retrospectiva das vivências do trabalhador brasileiro do gênero

masculino. Partindo do trabalho escravo do indígena e do negro, perpassando as figuras do roceiro, imigrante europeu e, por fim, trabalhador assalariado livre, percebeu-se que o trabalhador sempre se encontrou em uma situação de opressão em relação ao patrão. Variou, porém, a intensidade e formas de exercer referida dominação.

Também foi argumentada, com o auxílio de teóricos da área, a possibilidade de estabelecer relações entre literatura e sociedade. A partir disto, verificou-se como a ausência de protagonismo social do trabalhador refletiu na falta de representatividade deste enquanto personagem na literatura brasileira.

A crença na distinção da experiência social em razão do gênero conduziu a, no segundo capítulo, realizar-se nova retrospectiva histórica do trabalho, porém com foco nas trabalhadoras. Dessa maneira, pode-se constatar que, ao contrário do que estabelece o senso comum, a mulher sempre foi figura atuante nos ambientes de trabalho. Sem, no entanto, qualquer reconhecimento pelas funções realizadas.

Semelhante à vivência feminina no ambiente de trabalho é a das mulheres no meio artístico. Embora sejam, também, produtoras de arte, reduzido é seu reconhecimento como tal, o qual leva ao número reduzido de obras artísticas e culturais de autoria feminina no imaginário social e nos espaços físicos destinados à divulgação cultural.

Em razão do escasso prestígio social e do machismo – que, atualmente, além da violência física, atua em sua forma velada – as artistas se viram forçadas a adotar estratégias que lhes permitissem

escapar à repressão. Negar ser feminista e suavizar o caráter crítico de suas produções foram as maneiras mais comuns, e ainda adotadas hoje em dia.

No que se refere à maneira como a mulher é representada – com foco nesta como personagem literária – a análise realizada no final do segundo capítulo demonstra intensa estereotipação do feminino. As personagens são secundárias e nitidamente dicotômicas, alternando entre um ideal de beleza e feminilidade – opressor em sua inalcançabilidade – e a feiura e devassidão de uma meretriz. Prostituta ou santa, a personagem feminina na literatura brasileira distancia-se do que, de fato, é a experiência de “ser mulher”. Dessa forma, praticamente inexistente representatividade feminina da mulher brasileira contemporânea que, além de desenvolver-se no âmbito familiar e afetivo, está cada vez mais inserida no mercado de trabalho.

Levando em consideração as constatações dos capítulos prévios, o conto *Sorte teve a Sandra* pode ser melhor compreendido em sua relevância, tanto literária quanto social. No último capítulo, portanto, se realizou a análise do conto, partindo da figura do autor – do qual não se pode negar a intencionalidade que imprime à obra de ficção – até o enredo, espaço e personagens do conto.

Integrando uma pentalogia de romances com foco no trabalhador brasileiro, o conto se destaca pois traz uma protagonista mulher, negra e pobre, em sua busca por melhores condições de vida. Ao analisá-lo, nota-se a maneira como as problemáticas do conto adquirem profundidade e verossimilhança, ao encontrar ecos na realidade.

Embora a literatura não tenha compromissos com o real – visto que não existe, de fato, uma “Sandra” – ao partir da realidade e retornar a ela pelo ato da leitura, o texto ficcional carrega em si uma carga do real e, também, tem influência nele.

Seja por meio do uso de espaços físicos, os quais o leitor reconhece ou da linguagem que, em sua informalidade, se aproxima da falada no cotidiano, o conto permite conhecer um enredo que é ficcional, mas que poderia não o ser. Afinal, as vicissitudes enfrentadas pela personagem Sandra aproximam-se das dificuldades experimentadas todos os dias por milhares de brasileiras.

Sandra é mulher, pobre e negra mas, mesmo assim, almeja ser algo além de esposa ou mãe, indo além dos estereótipos sociais vigentes. No entanto, é massacrada por seu entorno que, embora ficcional, faz-se ao leitor tão real. A análise dos aspectos literários de *Sorte teve a Sandra*, dessa maneira, conduz ao questionamento da própria realidade.

Assim como acontece na sociedade, a personagem migra a um grande meio urbano e aceita trabalhar na ilegalidade. Do “trabalho” como empregada doméstica sendo menor de idade – ocupação explicitamente vetada pela lei – à prostituição – a qual incrementa sua condição de vulnerabilidade, além de a conduzir à rejeição social – a personagem vê suas condições de vida e trabalho gradativamente piorando, à medida em que o mercado de trabalho formal a rejeita.

As possibilidades de conseguir emprego para as mulheres, hoje em dia, não são similares. O conto evidencia isso por meio de outras

personagens femininas. A patroa tem dinheiro, está num ambiente seguro em seu apartamento chique de Ipanema. A filha desta é jovem – como Sandra – mas irá “vencer” na vida: faz faculdade e, sem esforço, conseguirá o diploma que lhe garantirá um emprego estável. Ambas mulheres, como Sandra, mas muito menos vulneráveis que esta.

A despeito das poucas páginas, um universo está inserido em *Sorte teve a Sandra*. Seu desfecho chocante, que revolta o leitor, incomoda pois ultrapassa a ficcionalidade do texto. Leva a questionar se estamos, ou não, contribuindo para a aniquilação de mais “Sandras”.

Toda mudança nasce de um incômodo. Todo problema, para ser solucionado, deve ser notado. Disto, a importância de *Sorte teve a Sandra*. É a realidade em toda sua violência que, uma vez vista, não pode mais ser ignorada.

Este trabalho, portanto, buscou demonstrar a eficácia que o texto literário tem em suscitar o debate e problematização sobre problemas reais. Almeja, dessa forma, ao maior destaque da mulher trabalhadora, tanto na literatura quanto na sociedade, pois compreende que ambas se relacionam de maneira indissolúvel.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BARTRA, Eli. Arte Popular y Feminismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 30, jan. 2000. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9854/9088>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

BENTO, Maria Aparecida. A mulher negra no mercado de trabalho. In: *A mulher no mercado de trabalho*. Observatório Social Revista EM Ano 2, n. 5, março 2004.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei n. 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 jun. 2008. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: *O Discurso e a Cidade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

_____. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.

_____. *Literatura e Sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

_____. A personagem do romance. In: *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

DALCASTAGNÈ, Regina. *A personagem no romance brasileiro contemporâneo: 1990- 2004*. 2007. Disponível em <<http://www.Cronopios.com.br>>. Acesso em 15 mai 2017.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª ed. 13. Reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

JOUBE, Vincent. *Por que estudar Literatura?* São Paulo: Parábola, 2012.

MOISÉS, Massaud. *A análise literária*. Cultrix, 1969.

ORTIZ, Renato. *Cultura e desenvolvimento. Políticas Culturais em Revista*, 1, 2008. Disponível em <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pgdrf/files/2010/10/Renato-Ortiz.pdf>> Acesso em 19 de mai. 2017.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: *Flores na escrivantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

RUFFATO, Luiz. Sorte teve a Sandra. In: RUFFATO, Luiz. *Domingos sem Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVEIRA, Maria Lucia; FREITAS, Taís Viudes de. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. Mães negras na literatura contemporânea: Construindo um novo imaginário. In: PINHEIRO, Alexandre Santos; CRUZ, Antonio Donizdeti da; ALVES, Lourdes Kaminski (org.). *Literatura e Relações de Gênero*. 1º ed. Cascavel: ABEU, Edunoeste, v, IV, p. 149-164, 2016.

WAJNMAN, Simone; GOMES, Anderson. *Diferenciais salariais segundo a posição de homens e mulheres nas famílias*. 2005 Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/GomesWajnman.pdf> > Acesso em 20 abr. 2017.

ZOLIN, Lúcia Osana. Questões de gênero e de representação na contemporaneidade. In: *Letras, Santa Maria*, v. 20, n. 41, p. 183-195, jul./dez. 2010.

TRABALHADORES DO BRASIL, MIS QUERIDOS DESCAMISADOS: A (RE) INVENÇÃO DOS TRABALHADORES NO VARGUISMO E NO PERONISMO **

Mayra Coan Lago ²³

Julio Manuel Pires ²⁴

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é estudar a construção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores, produzidos pelo discurso oficial, no varguismo e no peronismo e, posteriormente, compará-los. Para lográ-lo, selecionamos os discursos políticos das festas cívicas dos 10 de novembro e Primeiros de Maio, entre os anos 1937-1945; e dos 17 de outubro e Primeiros de Maio, entre os anos 1946-1955.

Antes de estudarmos tais construções, vale fazermos algumas considerações sobre nossas referências teórico-metodológicas. No que se refere aos imaginários sociais, as análises de Bronislaw Bazcko

** O capítulo apresenta os principais resultados da dissertação de mestrado intitulada “Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo” defendida no PROLAM/USP, em abril de 2015, sob a orientação do Professor Doutor Julio Manuel Pires. Parte destes resultados foi publicada em revistas científicas, inclusive no *Cadernos PROLAM/USP* em 2015.

²³ Doutoranda no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Integração da América Latina, na área de Práticas Políticas e Relações Internacionais, pelo PROLAM/USP, e internacionalista pela FAAP. E-mail: mcoann@hotmail.com

²⁴ Doutor e mestre em economia pela USP, é graduado em economia e história pela mesma universidade. Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br

(1985) e de Patrick Charaudeau (2013) foram as que mais contribuíram para este trabalho. Bazcko (1985) definiu o conceito de imaginários sociais (IS) integrando-o ao campo da representação, evocando imagens (sejam elas palavras, objetos, sentimentos). Como construções, que são utilizadas coletivamente, os imaginários sociais orientam e transformam práticas, valores e normas, sendo capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos. O autor também propõe que as análises dos imaginários sejam cotejadas com interesses e conflitos sociais e políticos, com as estratégias de poder, com as relações entre poder e representação, porque permitem mostrar a sua eficácia em termos de dominação simbólica.

Para desempenhar seu papel de “espelho identitário”, os imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Se por um lado precisam ser materializados, por outro precisam ser sustentados por uma racionalização discursiva, o que Charaudeau (2013) denominou como imaginários sociodiscursivos, isto é, os imaginários sociais que existem e são reproduzidos nos discursos, sobretudo nos discursos políticos.

No tocante ao método comparativo, Maria Ligia Prado (2005), utilizando-se de Marc Bloch, afirma que, para comparar, é preciso escolher dois ou mais fenômenos, que pareçam apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes. Em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros.

De preferência, deve-se estudar, paralelamente, sociedades vizinhas e contemporâneas, influenciadas umas pelas outras, submetidas, em virtude de sua proximidade, à ação das mesmas grandes causas, remontando a uma origem comum. A leitura criteriosa das fontes deve induzir a formulação de novas questões, novos problemas, que permitam o surgimento de novos enfoques e novas interpretações. Assim, concordamos com a historiadora ao afirmar que a comparação do Brasil com os demais países da América Latina é rica em potencialidades e contribui para a reflexão de novos e velhos problemas e questões.

No Estado Novo (1937-1945) de Vargas e no Primeiro Peronismo (1946-1955) de Perón, o papel do Estado²⁵, do governante e da sociedade seriam repensados. Ademais, para os governantes, a entrada em cena política de uma parte da sociedade esquecida até então era fundamental: os setores populares. Dentre a gama dos atores políticos que compunham os “setores populares”, identificamos os trabalhadores como aqueles que receberam especial atenção dos governantes, sendo sua força política e apoio fundamentais para a realização dos projetos políticos propostos.

No tocante aos trabalhadores, os governantes propunham a reformulação do trato da “questão social”. Como Angela de Castro Gomes (2002) demonstrou no caso brasileiro e nós consideramos também para o caso argentino, tal reformulação seria composta pela

²⁵ Neste trabalho entendemos e utilizaremos a noção de Estado, sob um sentido mais amplo e geral, proposto por Max Weber (2004), isto é, o Estado como uma comunidade humana, constituído por uma autoridade (ou um governo) e um território.

combinação de aspectos materiais, como as políticas sociais e a legislação trabalhista, e de aspectos “imateriais” ou simbólicos, referentes aos imaginários sociais dos trabalhadores, tocando em temas delicados como a cidadania, a “consciência política”, a identidade coletiva e a participação política.

Para Maria Helena Capelato (2009), com o advento do Estado Novo ocorreu a consolidação da política de massas no Brasil que, na década seguinte, foi introduzida na Argentina. Ainda de acordo com a historiadora, os regimes nacional-populares desenvolveram uma política de massas através de um eficiente sistema de comunicação e por espetáculos de poder, isto é, as festas cívicas e as manifestações de massa em espaços abertos com a presença do líder, inspiradas nos regimes nazifascistas da Europa. Para complementar estes dispositivos utilizava-se a censura e a repressão aos opositores.

No que se refere aos espetáculos de poder, estes compunham o calendário festivo do Estado Novo e do Primeiro Peronismo. Nestes momentos, as imagens dos “novos” países, da legitimidade, da coesão e do apoio dos brasileiros e argentinos, sobretudo dos trabalhadores, aos “grandes líderes” eram reafirmadas. Estes momentos também eram emblemáticos, pois representavam o encontro entre os líderes e a massa, em que os governantes anunciavam ou reafirmavam os projetos políticos para seus países. Dentre os espetáculos de poder, selecionamos os de 10 de novembro e os de 17 de outubro, pois representavam o marco fundacional do varguismo e do peronismo, momento em que os governantes comemoravam, no sentido de

recordar, as condições que propiciaram a chegada ao poder, tal como reafirmavam os projetos políticos nacionais. Enquanto os Primeiros de Maio foram selecionados por serem, historicamente, uma data expressiva para os trabalhadores, que foi apropriada e ressignificada por Vargas e Perón. Dentre os objetivos destes espetáculos figuravam o reforço dos “elos” entre os governantes e os trabalhadores e da gratidão dos últimos pela legislação trabalhista e pela política social implementadas e divulgadas nestas festas.

A partir do estudo destes discursos políticos propomos a ideia de uma reinvenção sobre os trabalhadores no varguismo e no peronismo. Reinvenção, pois consideramos que nos momentos anteriores ao varguismo e ao peronismo, isto é, antes das décadas de 1930 e 1940, sobretudo no tocante aos trabalhadores, houve “invenções” seja por parte deles ou por parte do Estado, sobretudo dos governantes. Assim, tais invenções e representações ocorreram das mais variadas e complexas formas. Contudo, é em 1937, no caso de Vargas e, em 1946, no caso de Perón, que tal reinvenção seria consagrada pelo discurso oficial. A reinvenção seria composta pela dupla dimensão, a simbólica, sobretudo relacionada aos imaginários sociais sobre os trabalhadores, e a “material”, composta pela legislação trabalhista e a política social promulgadas no período.

Finalmente, vale fazermos uma ressalva. Embora estudemos o discurso oficial sobre os trabalhadores, não consideramos neste trabalho as teorias clássicas do populismo, propostas inicialmente por Gino Germani (1962) e Francisco Weffort (2003). Esta perspectiva

não foi adotada por duas razões principais: a primeira é que alguns modelos ou tipologias do populismo na América Latina não consideraram as particularidades nacionais e as especificidades conjunturais. Além disto, por vezes, abarcaram períodos muito extensos, como por exemplo, no caso do Brasil, em que alguns estudos consideram o marco cronológico do populismo entre os anos 1930-1964. A segunda razão é por não concordarmos com algumas afirmações generalizantes de alguns destes estudos, que homogenizam os trabalhadores, classificando-os como “facilmente manipuláveis”, “massa amorfa” e “inconscientes”.

Deste modo, nosso trabalho se inspirou em autores e em obras relativamente recentes, como os de Miguel Murmis e Portantiero (2012), Jorge Ferreira (2001), Juan Carlos Torre (2012), Capelato (2009), entre outros, que procuram mostrar as especificidades e particularidades deste período complexo da história política brasileira e argentina. Além disto, muitos autores mostram as estratégias utilizadas pelo Estado Novo e pelo Primeiro Peronismo para a produção e reprodução do suposto elo entre Vargas, Perón e os trabalhadores, da imagem de “pai dos pobres”, de “amigo dos trabalhadores” e da “doação” da legislação trabalhista, para além de algo “natural” e facilmente construído.

Para tratar destas questões, este trabalho está dividido em duas partes principais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira trataremos das reinvenções dos trabalhadores no Brasil e na

segunda na Argentina, considerando as particularidades dos casos e das conjunturas.

2. TRABALHADORES DO BRASIL: AS REINVEIÇÕES DOS TRABALHADORES NO ESTADO NOVO (1937-1945)

A partir de 1930, o discurso oficial iniciava a reprodução de novas imagens sobre o trabalho e o trabalhador, o trato da questão social, a relação entre o Estado e os trabalhadores e do governante com os brasileiros. Para nós, as novas imagens mencionadas eram baseadas em três aspectos principais, a saber: a reformulação discursiva do trato da questão social— que deixaria de ser somente responsabilidade da polícia para se tornar também governamental; a ideia do Estado como o grande conciliador de classes, consagrada sobretudo com a criação do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), em 1931; e a combinação dos aspectos simbólicos, como o início da produção de determinados imaginários políticos e sociais sobre os trabalhadores, com os materiais, como a criação da legislação trabalhista, especialmente durante o Governo Constitucional. Tais produções, por um lado, omitiam o controle e a repressão aos trabalhadores que destoavam ou discordavam do projeto político proposto. Por outro lado, tentaram se apropriar e apagar a histórica luta dos trabalhadores durante a Primeira República. (LAGO, 2017).

Ainda que as “novas” imagens tenham raízes no início dos anos 1930, é no Estado Novo que seriam consagradas. No dia 10 de

novembro de 1937, Vargas reiniciava o governo que perduraria por quase uma década. O projeto político de Vargas, anunciado no dia do golpe, tinha como principal objetivo a reconstrução do Brasil a partir de um “novo” tipo de governo, governante, brasileiros e trabalhadores.

O Estado Novo foi instaurado com a dissolução do Congresso e a criação da Carta Constitucional, que legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar o espaço das liberdades políticas, a controlar os movimentos dos trabalhadores, a disciplinar a mão de obra e a industrializar o país (CAPELATO, 2009). Nesse cenário emergiu o Estado intervencionista que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, na integração territorial, política e social, na ampliação dos direitos sociais, buscando a construção do progresso dentro da ordem. O regime que durou quase dez anos, em distintos momentos, contou com os setores majoritários das Forças Armadas, da Igreja, de alguns setores de trabalhadores e de proprietários.

Entre 1937-1945, o governante intensificou o uso das imagens do “novo” tempo e momento, tal como da mudança e das “benesses” de seu governo relacionadas ao mundo do trabalho e à modernização do Brasil. Nos espetáculos de poder, o discurso oficial reproduzia imagens de apoio e de coesão ao “novo” momento, que eram difundidas para os brasileiros, de modo geral, e aos trabalhadores, de modo específico.

Com relação aos espetáculos de poder selecionados, ainda que tivessem especificidades, tinham algumas características em comum, como: apresentações artísticas; os discursos políticos do governante; e a exaltação ao governante, por “proporcionar” as benesses trabalhistas,

a partir da presença e dos desfiles, natural ou forçado, dos trabalhadores sindicalizados com placas de apoio aos governantes (LAGO, 2015). No caso dos Primeiros de Maio, os espetáculos continham uma programação mais extensa, em que figurava discursos políticos também dos membros do MTIC e “presentes” durante a festa, como a legislação trabalhista do período.

De acordo com Gomes (2002), no Estado Novo, a dimensão privada e pública do homem era definida pela relação trabalhador/cidadão, isto é, membro socialmente útil do Estado. O trabalho, antes forma de escravidão, passara a ser visto como forma de emancipação da personalidade, que valorizava o homem e tornava-o digno de respeito e de proteção da sociedade. O trabalhador deveria ser mais bem remunerado para não apenas elevar seu padrão de vida como também aumentar o consumo e melhorar as condições do mercado interno.

Para comporem o projeto político governamental, era preciso dar continuidade às raízes das reivindicações dos trabalhadores. Para tal, a dicotomia “velho” e “novo” trabalhador seria amplamente utilizada por Vargas. O marco 1930 e sua consagração em 1937 seriam utilizados como contraste aos momentos anteriores, em que os trabalhadores não eram considerados pelos governantes. Antes dos marcos, Vargas descrevia uma situação dos trabalhadores sem direitos, sem proteção, como basicamente eleitores dos políticos corruptos, como podemos notar no discurso político do Primeiro de Maio de 1940:

Falando em momento como este, diante de uma multidão que vibra de exaltação patriótica, não posso deixar de pensar como os nossos governantes permaneceram, durante tanto tempo, indiferentes à cooperação construtiva das classes trabalhadoras. Relegados a existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os Governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhes o voto, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais. A obra de reparação e justiça realizada pelo Estado Novo distancia-nos, imensamente, desse passado condenável, que comprometia os nossos sentimentos cristãos e se tornara obstáculo insuperável à solidariedade nacional (VARGAS, 2011 [1940], p. 292).

Graças ao Estado Novo, o “novo” trabalhador seria educado, organizado, teria direitos e melhores condições de vida. A menção mais geral, ‘trabalhadores’, referia-se a imagens mais específicas, isto é, aos trabalhadores urbanos e aos trabalhadores rurais. Embora ambos fizessem parte desse projeto político, cada categoria teria sua função relacionada a imagens específicas: os trabalhadores urbanos teriam suas imagens relacionadas à industrialização, à modernização, à máquina, ao enriquecimento do Brasil; enquanto os trabalhadores rurais teriam suas imagens relacionadas à tradição, à nacionalidade e à produção para o consumo nacional e internacional. Além destas duas categorias, Vargas também reproduziria imagens do trabalhador relacionado à família e, nesse sentido, à ampliação de benefícios aos demais membros (LAGO, 2017).

Embora grande parte dos estudos sobre o período considere que apenas os trabalhadores urbanos foram contemplados nas políticas e nos discursos de Vargas, este estudo compartilha da relativização sustentada sobretudo por Marcus Dezemone (2008).

De acordo com Dezemone (2008), a menção aos trabalhadores rurais decorreria de dois aspectos mais amplos, um simbólico e outro prático. O primeiro relacionava-se à nova conformação da identidade nacional; e o segundo aos espaços vazios e ao receio do expansionismo territorial – como no caso do Japão diante da China em 1931; do ataque italiano à Etiópia, em 1935; e do avanço da Alemanha nazista na Europa, a partir de 1938. Interessante notar esta preocupação no discurso político de Vargas de 1941:

não é possível mantermos anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis, como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos extensas pastagens, como as de Goiás e Mato Grosso. É necessário a riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente, para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que só pode ser feito aumentando-se o rendimento do trabalho agrícola (VARGAS, 2011 [1941], p. 262).

Combinado com o receio dos “espaços vazios” nota-se a preocupação com a prosperidade da população rural para que o consumo do mercado interno pudesse ser ampliado. Ademais, temia-se o êxodo dos camponeses para a cidade, o que acarretaria o superpovoamento dos centros urbanos, cujas consequências seriam imprevisíveis. “Distante da civilização”, o homem rural deveria se submeter à mesma transformação sofrida pelo homem urbano, de modo a tornar-se disciplinado, educado e organizado. Este interesse pode ser notado no discurso da Marcha para Oeste, em que Vargas deixava claro tanto o seu temor do êxodo rural como o desejo de que a região se

tornasse produtora de alimentos e consumidora de produtos industriais, assim como aconteceu na Campanha da Borracha (RIBEIRO, 2008).

No discurso oficial, a imagem de consideração dos trabalhadores era acompanhada do diferencial do governo, isto é, da conciliação e cooperação das classes, substituindo a antiga luta de classes, sendo Vargas o maior “conciliador” das classes. Combinada com estas imagens sobre os trabalhadores no discurso oficial estaria a da “gratidão” e do “apoio” ao governante, que lhes “educou” e tudo lhes doou. Vale observarmos que estas imagens seriam refletidas e utilizadas na apropriação da data simbólica dos trabalhadores para demarcar e reafirmar o “novo” e o “velho” tempo:

Trabalhadores: Como vedes, no regime vigente, participais diretamente das atividades organizadoras do Estado, em contraste flagrante com a situação anterior a 1930, quando os vossos interesses e reclamos não eram, sequer, ouvidos e morriam abafados nos recintos estreitos das delegacias de polícia. Hoje, tendes, no maior e mais belo edifício público do País, a vossa própria casa, e nela penetrais sem constrangimento (VARGAS, 2011 [1939], p. 89).

Vargas se colocava como o primeiro governante que considerou as aspirações e os interesses dos trabalhadores. Do mesmo modo, no discurso oficial, que enfatizava a clarividência do governante, a legislação trabalhista do período teria sido “doada” pelo governante, o que implica na tentativa de apagamento das lutas, demandas e aspirações históricas.

Com relação à doação, concordamos com Gomes (2002) ao afirmar que a mesma apontava uma dupla dimensão. A primeira está relacionada à “dádiva” como, ao menos teoricamente, um ato voluntário e generoso ou, em outras palavras, um procedimento que

tem uma face desinteressada. Contudo, quem “doa” o faz porque entende que precisa fazê-lo por algumas razões, no caso de Vargas, por almejar a ordem e a paz para alcançar a harmonia social. Assim, a dádiva é composta, ao mesmo tempo, de um procedimento generoso/desinteressado e imposto/interessado/necessário.

A segunda dimensão da “doação” é a do “receber”. De acordo com Gomes (2002), toda dádiva só se cumpre com a aceitação do que é dado. Desta forma, há uma lógica bilateral no ato, pois, assim como aquele que doa o faz também por “necessidade”, aquele que recebe “precisa” aceitar o benefício. A recusa de uma dádiva é o descumprimento de uma obrigação social, é um ato egoísta que pode acarretar graves consequências e, portanto, receber benefícios é, ao mesmo tempo, um direito e um dever. Finalmente, o sentido último da relação de doação, está em criar um tipo de obrigação de retribuição que se estrutura não apenas em função da lógica material, de interesses individuais, mas sobretudo da lógica coletiva, eminentemente simbólica. Em outras palavras, a força está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética, que foi muito utilizado a partir de 1942.

Outra forma de tentar apagar a luta dos trabalhadores encontrada nos discursos políticos era a descrição dos trabalhadores como desorganizados e com ausência de cultura. Deste modo, no discurso oficial, Vargas se colocava como aquele que organizou a classe trabalhadora, que lhe deu consciência, procurando apagar, assim, toda

a histórica luta por direitos dos trabalhadores no Brasil, antes do varguismo.

Além da reafirmação de um “novo” tempo, o discurso oficial combinaria as ideias de educar e disciplinar com os aspectos “materiais”, os presentes “doados” nestas festas. Com relação à ideia de educar, a “disciplinarização” do trabalho auxiliou na criação do epíteto “pai dos pobres”. Para Capelato (2009), tal epíteto sustenta a ideia do “povo criança” e do “pai”, que educa seus filhos e, em troca de bom comportamento, os presenteia. Em contrapartida, os filhos reconhecem no pai, além de educador, uma autoridade que deve ser respeitada, amada e reconhecida por seus atos.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, as imagens sobre o trabalho, o trabalhador e sua relação com o governante seriam reforçadas. De acordo com Capelato (2009), o momento tornou a situação econômica e política brasileira ainda mais críticas. No tocante à situação econômica houve o aumento do custo de vida, o racionamento de produtos básicos e de gêneros de primeira necessidade²⁶. Com relação aos trabalhadores, Gomes (2002) ressalta que os “tempos de guerra” seriam marcados pela suspensão da vigência de diversos direitos trabalhistas²⁷.

²⁶ Além desses efeitos, Lira Neto (2013) destacou o “blecaute” à noite, submetendo as casas e ruas nas principais cidades do país à escuridão, para dificultar hipotéticos bombardeios inimigos e a gasolina que se tornou escassa, sendo possibilitada apenas a veículos oficiais. Além desses efeitos, o aspecto que mais aterrorizou a população e, principalmente as classes médias e urbanas, foi a inflação, que ameaçava corroer o poder de compra da nova moeda – o cruzeiro, instituído em 1942, em substituição ao “mil-réis”.

²⁷ Em agosto de 1942, por exemplo, o Governo decretou a restauração da jornada de dez horas de trabalho, proibindo a utilização do instrumento legal capaz de contestar tal medida, sob o argumento do “estado de guerra”. Em outubro do mesmo ano, outro decreto suspendia o direito

No tocante à situação política, a contradição entre lutar a favor da liberal-democracia ao lado dos Aliados na Europa e manter um regime autoritário no país é acentuada. Neste contexto, Vargas intensificaria o apelo ao apoio dos “amigos”, dos “filhos”, tal como a convocação de todos os trabalhadores para a “batalha da produção”:

o trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser, também, bom patriota. A essas disposições o Governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos, conciliando interesses no plano superior do engrandecimento nacional. À medida que impulsionamos as forças de produção para favorecer o progresso geral e unificar economicamente o país, organizamos o trabalho, disciplinamo-lo sem compressões inúteis, afastando a luta de classes e estabelecendo as verdadeiras bases da justiça social (VARGAS, 2011 [1943], p. 32).

Reforçando imaginários políticos e sociais, Vargas convocava todos os trabalhadores para a luta. Neste período, em 1942, Marcondes Filho assumiria como o responsável do MTIC. O novo Ministro teria um papel importante, de mediador, não apenas na sindicalização como também na reprodução dos imaginários sociais sobre os trabalhadores e sobre Vargas.

No tocante à sindicalização, Gomes (2002) afirma que, a partir da entrada do Ministro, iniciou-se uma campanha para revivificar o perfil da vida sindical brasileira. Era pela vida sindical que a nacionalidade se mobilizava, razão pela qual esta deveria ser estimulada com medidas como: criação do imposto sindical, que visava dotar os sindicatos de

de férias em todas as indústrias consideradas essenciais à segurança nacional. Em dezembro, mais um decreto impedia a mobilidade do trabalho nas chamadas “indústrias de guerra”, o que transformava literalmente seus empregados em “desertores” em casos de falta e desistência do emprego.

recursos capazes de fazê-los arcar com suas responsabilidades junto aos trabalhadores; criação da Comissão do Enquadramento Sindical, encarregada de presidir o processo de expansão do número de sindicatos reconhecidos; instauração da Divisão de Organização e Assistência Sindical dentro do DNT; criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), que atuava em torno de objetivos de esforço pedagógicos; elaboração do Curso de Orientação Sindical, cuja finalidade era esclarecer os operários sobre o conteúdo e valor da legislação social e os assuntos vinculados ao papel dos sindicatos; formação da Discoteca social-trabalhista, que gravava em discos as palestras promovidas; publicação do tabloide *Vargas, Boletim do Trabalhador*, entre outros.

Com relação à reprodução dos imaginários sociais, de janeiro de 1942 a julho de 1945, Marcondes Filho passaria a ocupar todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa *Hora do Brasil*. O quadro era *Falando aos trabalhadores*, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e irradiado pela Rádio Nacional. O programa tinha como eixo a legislação social-trabalhista do Estado Novo; ao tratar dela, o Ministro reforçava a transformação da condição de vida e de trabalho dos trabalhadores brasileiros e reafirmava a importância da ordem, da disciplina e do trabalho para a sobrevivência aos “tempos de guerra”.

Os discursos de Marcondes Filho eram combinados com os de Vargas e de outros funcionários do governo, compondo assim não apenas o diferencial do Estado Novo, mas justificando os esforços e os

sacrifícios de guerra, e a continuidade do regime. As políticas sociais para as famílias dos trabalhadores também seriam amplamente utilizadas neste sentido, sendo exemplos: os programas de construção de vilas operárias; as escolas de fábrica; o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), inaugurado em 1940; e o Serviço de Recreação Operária, de 1943, cujo objetivo era promover atividades culturais e esportivas destinadas aos trabalhadores sindicalizados.

Transformados, os “novos” trabalhadores eram convocados a manter a ordem, pois eram considerados observadores atentos de seu ambiente de trabalho, inclusive devendo auxiliar as autoridades policiais no combate e na repressão às “atividades dos inimigos da Pátria”. O estado de guerra contribuía para o tom militarizado dos discursos políticos de Vargas e justificava a necessidade e a continuidade do regime, e conseqüentemente a não convocação das eleições. Tal apelo seria sustentado pela intensa reprodução das imagens mencionadas e pelos aspectos “materiais”. Com relação à dimensão “material”, a legislação trabalhista teria um papel fundamental para legitimar os apelos do governante, como podemos observar em 1945, quando Vargas faz uma síntese de suas realizações para os trabalhadores:

Vitoriosa a revolução de 30, uma das primeiras iniciativas do Governo foi a criação do Ministério do Trabalho. Isso por só definia os rumos políticos daquele movimento revolucionário. Daí por diante a nossa atuação desenvolveu-se sem hesitações abrangendo todos os setores da legislação social a saber nacionalização do trabalho com lei dos Dois Terços; normas gerais e especiais de tutela do trabalho; duração do trabalho no comércio, na indústria, nos serviços públicos e atividades privadas; concessão de férias; proteção ao trabalho da mulher e do menor; contrato individual e contrato coletivo de trabalho; organização sindical; fiscalização das leis trabalhistas; justiça especial do trabalho;

estabilização no emprego e indenização por acidentes; higiene, alimentação e ensino do trabalhador, com a instalação de refeitórios populares, escolas de ofícios ;[...] instituição do salário mínimo, suas adaptações às condições regionais; salário adicional e possibilidade de novas revisões; amparo econômico a todas as classes de trabalhadores, com a organização dos Institutos e caixas que distribuem os benefícios comuns e especiais do seguro social, mantendo além disso a assistência médica hospitalar, financiando a construção de casas operárias e ampliando direta ou indiretamente os meios de elevar o nível profissional, melhorar a saúde e prover a segurança do lar e a educação da prole do trabalhador (VARGAS, 2011 [1945], p.470).

A partir do uso da promulgação destas leis²⁸ que Vargas também sustentava o papel, a imagem e o significado da cidadania, relacionando-a exclusivamente com a posse dos direitos sociais, sobretudo dos trabalhadores, em detrimento dos direitos civis e políticos. De acordo com Gomes (2002), ser cidadão no Estado Novo era, além de integrar o mundo definido como da política, pertencer a uma totalidade: econômica, uma vez que trabalhar era produzir riquezas; jurídica, uma vez que possuía a carteira de trabalho; e moral, uma vez que o trabalho deveria ser compreendido como um dever e um direito. Ou seja, cidadania era pertencimento, relacionado diretamente à identidade nacional.

²⁸ Ainda que não consigamos tratar da efetividade da legislação trabalhista, vale dizer que consideramos que as legislações tiveram muitos problemas. Julio Manuel Pires (1995), utilizando-se do relatório preparado pela Fundação Getúlio Vargas (1950), mostra as deficiências quanto à abrangência da legislação trabalhista promulgada. Ainda de acordo com o autor, diferenças flagrantes podem ser encontradas conforme o porte do município e o ramo de atividade. No caso da previdência social, segundo o relatório, nas áreas de grande urbanização, 69% dos trabalhadores das categorias encampadas pela lei encontravam-se efetivamente segurados, atingindo 14% no caso dos empregados das empresas localizados em áreas de “média urbanização”. Dentro das áreas de “grande urbanização”, cerca de 2/3 do total da massa segurada, o autor encontrou desde categorias de trabalhadores com elevado índice de cobertura como a dos empregados em serviços de mineração (91%) e Marítimos (87%), até ramos de atividade nos quais a cobertura revela-se diminuta como a dos ferroviários e comerciários, cujos contingentes segurados pelas Caixas e Institutos alcançam metade daqueles e 55% destes.

O “novo” cidadão era sinônimo de “bom” brasileiro, isto é, aquele que respeitava a ordem e trabalhava pela grandeza do Brasil. O brasileiro ordeiro, trabalhador, tinha direitos decorrentes dos deveres individuais e coletivos, representados pela legislação social. O “povo brasileiro” era composto pelos bons brasileiros, isto é, por aqueles que estavam inseridos na lógica dos projetos e das políticas de Vargas, os que trabalhavam em contraposição aos desempregados, aos mendigos, aos criminosos, aos subversivos, em suma, aos marginais, aos “maus brasileiros”. Também estavam neste grupo os comunistas, os antigos políticos e todos os que não eram favoráveis ao “novo” regime. Os “maus brasileiros” não retribuía e, portanto, não eram reconhecidos. Contudo, Gomes (2002) afirma que tal condição não era definitiva, uma vez que estes podiam compor o espaço político se se tornassem “bons” brasileiros.

A nosso ver, a reinvenção dos trabalhadores está inserida no que Gomes (2002a) denominou a *invenção do trabalhismo*. O trabalhismo como cultura política brasileira deve ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à promessa de justiça social. Essa invenção seria realizada não apenas por Vargas, mas principalmente por Marcondes Filho e por outros ideólogos, além da propaganda política.

Como ideologia, projeto e cultura política, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República que o Estado Novo procurou negar e apagar. Concordamos com Gomes (2002) ao afirmar que o trabalhismo foi inventado no

período pós-1930, a partir da apropriação e da ressignificação de elementos simbólicos e das demandas e aspirações dos trabalhadores no período anterior. Contudo, para a historiadora, a consagração do trabalhismo se dá a partir de 1942. Para nós, o fenômeno tem suas raízes ainda nos anos 1930, a partir da entrada de Vargas na cena política nacional.

3. *MIS QUERIDOS DESCAMISADOS*: AS REINVENÇÕES DOS TRABALHADORES NO PRIMEIRO PERONISMO (1946-1955)

Assim como no varguismo, os aspectos simbólicos e materiais, que compunham o pacto político entre Perón e os trabalhadores, eram interdependentes e começaram a ser criados no momento anterior ao Primeiro Peronismo. Desse modo, apesar de ter assumido a presidência em 1946, Perón iniciou a construção dos imaginários sociais, a promulgação das leis trabalhistas e o desenvolvimento das políticas sociais em 1943, quando era Secretário de Trabalho e Previdência do governo autointitulado da “Revolução Nacional”. Além deste cargo, Perón também acumulou os de vice-presidente e de Ministro de Guerra.

Desde a secretaria, Perón fez críticas ao “Estado abstencionista”, procurou se aproximar de parte dos trabalhadores²⁹ através de reuniões com sindicalistas e promulgações da legislação trabalhista. Além disto,

²⁹ A outra face do discurso oficial era a censura e a repressão aos trabalhadores e demais opositores do regime, como o caso da *Central General del Trabajo* (CGT) número 2, de cunho predominantemente comunista, cuja sede foi fechada no dia 21 de julho de 1943 e suas atividades foram proibidas em todo o território nacional.

criou leis e órgãos que ampliaram o aparato burocrático estatal dedicado às políticas habitacionais.

Em seus discursos políticos destes anos iniciais, Perón frisava que os anos que precederam 1943 foram marcados por palavras enquanto os que ele entrou em cena política seriam marcados por feitos, consagrando a “*era da política social na Argentina*”. A partir da análise destes discursos, percebemos que, tal como no Brasil, a construção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores e a sua relação com o Estado foi amparada na demarcação do “velho” e do “novo” tempo- que distinguem a “velha” e a “nova” Argentina e o “velho” e “novo” trabalhador-, sendo que o início do tempo novo era em 1943 e a sua consagração foi em 1946.

De modo geral, a “velha” Argentina era composta pelo sofrimento do povo e pelas lutas dos trabalhadores por justiça social. Já a “nova” seria constituída pela alegria do “povo”, pela justiça e o bem-estar social. O principal responsável por tais transformações era o então secretário, que recebia os trabalhadores, promulgava a legislação trabalhista e executava uma série de políticas habitacionais.

Ainda que o discurso oficial sobre a reformulação do trato da questão social seja um aspecto em comum com o Brasil, vale ressaltar duas especificidades e diferenciações do caso argentino: o uso de imagens relacionando o trabalho à justiça social e a imagem de luta de classes, em oposição à de conciliação de classes, no caso brasileiro. Com relação à justiça social, o discurso oficial sustentava que a melhora nas condições de vida e de trabalho, compondo os principais

elementos da tônica, eram indispensáveis para o progresso e prosperidade das nações.

Para lograr a justiça social, a política redistributiva deveria estar baseada no entendimento das forças dos trabalhadores, empregadores e Estado. As discórdias entre as duas primeiras forças deveriam ser mediadas pela autoridade e justiça do Estado. Contudo, a discórdia instaurada, sobretudo no discurso oficial, entre empregadores e Estado impossibilitou a mediação direta e amistosa e forjou a própria imagem de luta de classes ao invés de conciliação de classes.

Estes dois aspectos distintos iniciais contribuem para os diferentes “tons” dos discursos oficiais no varguismo e no peronismo, os quais abordaremos adiante. Em 1946, por eleições diretas, Perón foi eleito como Presidente da Argentina pelo Partido Laborista, sendo reeleito sob a sigla do Partido Peronista em 1951 e derrubado por um golpe militar em 1955.

De acordo com Capelato (2009), no primeiro governo, Perón contou com o apoio dos trabalhadores, de grupos nacionalistas, setores das Forças Armadas e da Igreja. Vale mencionarmos o contexto econômico favorável deste primeiro momento. Com o fim da Segunda Guerra, o país devedor tornou-se credor graças à colocação de seus produtos agropecuários no mercado europeu. O governo peronista tentou reforçar o setor industrial da economia com a ajuda do setor agrícola, reduzir a influência estrangeira na economia e outorgar ao Estado o papel decisivo na regulamentação da economia com o Plano Quinquenal (1946-1951).

O número de estabelecimentos industriais e de trabalhadores duplicou entre 1935 e 1946, sendo que a indústria passou a ser o centro dinâmico de acumulação de capital na metade dos anos 1940, ainda que a agroexportação continuasse sendo a principal fonte de divisas. Tal situação contribuiu para a melhora do nível de vida dos argentinos, tal como da propagação da imagem de “mundo feliz”³⁰.

Para comemorar, no sentido de recordar, a ascensão do peronismo, tal como para reproduzir as imagens de apoio, coesão, lealdade e legitimidade do novo governo, foi proposto um calendário festivo³¹, composto por diversos espetáculos de poder. Tais espetáculos de poder tinham características comuns aos brasileiros, sobretudo a composição dos desfiles, os discursos políticos dos governantes, homenagens ao governante e os presentes da festa (que no caso do peronismo eram premiações).

Embora o varguismo e o peronismo apresentem semelhanças, sobretudo com relação à composição dos espetáculos de poder, precisamos assinalar suas especificidades e particularidades. Para nossa reflexão, dois aspectos mais amplos de análise devem ser considerados: a breve menção sobre a participação dos trabalhadores nestes espetáculos, tal como as imagens oficiais produzidas e reproduzidas; e os discursos políticos de Perón, compondo o discurso oficial sobre o trabalhador. Ainda que apresentadas separadamente,

³⁰ Os trabalhadores opositores do regime compunham a oposição ao “mundo feliz”. Entre os estudos sobre a atuação dos trabalhadores no Primeiro Peronismo ver Gustavo Contreras (2014), no *Dossiê “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)”*.

³¹ Estes espetáculos foram amplamente estudados por Mariano Plotkin (2013).

vale dizer que ambas se combinavam e forjavam as imagens do discurso oficial sobre o trabalhador no varguismo e no peronismo.

Com relação às imagens utilizadas e propagadas pelo discurso oficial da ditadura varguista, o “novo” trabalhador aparecia, nos relatos oficiais dos espetáculos de poder, em uma posição “passiva”, sem “voz”³², isto é, não compunham os discursos políticos da comemoração e, menos ainda, cargos do governo. Estas imagens eram combinadas com a própria tentativa do discurso oficial de procurar apagar a histórica luta dos trabalhadores no Brasil. Deste modo, Vargas tomava a “voz” dos trabalhadores, procurando projetar imagens sobre si de “pai” e líder dos trabalhadores.

No caso do peronismo, o discurso oficial procuraria produzir outros tipos de imagens sobre a relação dos trabalhadores com Perón, projetando o “novo” trabalhador em uma posição “ativa”, com “voz”. Além disto, no governo, alguns cargos importantes foram atribuídos aos trabalhadores sindicalizados, como da Secretaria de Trabalho e Previdência, posteriormente, Ministério do Trabalho dirigido por José Maria Freire, do gremio dos vidraceiros, do Ministério do Interior, dirigido por Ángel Borlenghi, dos empregados do comércio, entre outros³³.

Destarte de ser uma atuação limitada ou não dos trabalhadores, os trabalhadores em cargos importantes do governo peronista continham

³² Com exceção do primeiro ano, 1938, em que discursou Luis Augusto França, o presidente da União dos Sindicatos dos Empregados do Distrito Federal.

³³ Sobre este tema, Raanan Rein e Claudio Panella (2013; 2017) organizaram dois livros sobre a segunda linha peronista.

um significado simbólico especial. Tal aspecto revelava ao menos duas interpretações: o reforço de imagens como um governo *de e dos* trabalhadores; e, conseqüentemente, o reforço de imagens de apoio, coesão e lealdade, a partir do fortalecimento dos laços entre Perón e os trabalhadores, uma vez que ele seria o primeiro governante a dar a oportunidade aos trabalhadores de atuar no governo. Além de diferenciar também as imagens produzidas e reproduzidas no varguismo e no peronismo, isto é, o varguismo como um governo *para* os trabalhadores e o peronismo como um governo *para, de e dos* trabalhadores³⁴.

Uma das razões possíveis desta diferença pode ser identificada nos diferentes tipos de regimes no Brasil e na Argentina. Conforme assinalou Capelato (2009), Vargas não tinha necessidade premente do apoio popular, pois negociava com vários grupos da sociedade, além de contar com o apoio das Forças Armadas, que asseguraram a vitória do golpe de 1937. Na Argentina, ao contrário, Perón, após o 17 de outubro de 1945, despontou como o candidato natural das classes trabalhadoras e dos setores médios de baixa renda. Além disto, venceu duas eleições, de 1946 e 1951, com o voto popular. Nestas circunstâncias, o peronismo necessitava do apoio das massas para a sua manutenção no poder, o que acabou por transformar a classe

³⁴ A partir da ideia de “governo dos trabalhadores”, o discurso oficial procurou ocultar os embates, a censura e a repressão aos trabalhadores que eram contrários ao tipo de regime implantado por Perón. Os trabalhadores que não estavam a favor dos regimes (primeiro da “Revolução Nacional” e depois do Primeiro Peronismo), desde 1943, sofriam repressão e censura, como o caso da CGT nº 2, de cunho predominantemente comunista, que foi extinta em 1943 e, posteriormente, com um dos líderes do recém-dissolvido Partido Laborista, Cipriano Reyes, que ficou preso até 1955, entre outros casos.

trabalhadora na sua base e força política. Deste modo, pelo discurso oficial, Perón tentou se apropriar da luta dos trabalhadores, colocando-se como o grande condutor.

No tocante aos discursos políticos de Perón, o que se assemelha aos de Vargas, além da autodenominação como “primeiros” a considerar os trabalhadores, é a demarcação do tempo e da diferença entre a situação daquele momento em contraste com a anterior, como podemos notar a partir do trecho:

Pasan por mi memoria tantos primeros de mayo desde 1910. Siendo estudiante he presenciado los primero de mayo más trágicos de toda la historia del trabajo argentino. Los veo resurgir en 1916, 1917, 1918; Y los veo también mucho después, cuando las masas argentinas llegaban a esta plaza para reclamar justicia, desilusionadas por su destino ingrato; justicia que nunca obtenían, que nunca les alcanzaba. Cuántas veces he presenciado con dolor, a través de casi mis cincuenta y dos años de vida, el desfilar de esa lucha que el proletariado argentino libró, generación tras generación, por afirmar conquistas que no significaban más que la realización de una justicia fundamental y primaria, reclamada por quién trabaja y todo lo producía ante la negativa de quien todo lo disfrutaba y lo usufructuaba (PERÓN, s/d [1947], p. 37).

O “tempo novo” era composto por uma “nova” Argentina, um “novo” homem e, por essa razão, os trabalhadores não poderiam ter as mesmas representações do momento anterior. A marcação do novo tempo argentino revela não apenas outro posicionamento do governante diante da classe trabalhadora como também novas formas de se referir e se relacionar com ela, agora, como força política e social do governo. Com relação às imagens, notemos a retomada que propiciou o “novo” tempo:

Desfilan por nuestra imaginación y por nuestro recuerdo los días vividos a través de las etapas reivindicatorias de la Patria que comenzaron en junio de 1943. Primero, las reformas que fueron como la iniciación y la siembra de la simiente que había de cristalizar y florecer a lo largo del trabajo y sudor argentino. Después, el gobierno, nuestro gobierno, el gobierno del pueblo, el gobierno de los

descamisados, el gobierno de los pobres, de los que tienen hambre y sed de justicia. Por eso, en esta plaza, la histórica Plaza de Mayo de todas nuestras epopeyas, han latido al unísono amalgamados en un solo haz todos los corazones humildes que por ser humildes son honrados, son leales y son sinceros. Después, la Constitución, la Constitución Justicialista, que ha hecho de la tierra argentina una Patria sin privilegios y sin escarnios; que ha hecho del pueblo argentino un pueblo unido, un pueblo que sirve al ideal de una nueva Argentina, como no la han servido jamás en nuestra historia. Esas tres etapas vividas por el pueblo argentino: la reforma, el gobierno y la Constitución argentina, nos han dado un estado de justicia y un estado de dignidad y nosotros los transformaremos en un estado de trabajo (PERÓN, 1949, s/p).

Perón estabelecia uma relação direta entre as suas ações, as ações do governo, com a nova situação do trabalhador. Este trecho reúne as imagens de lealdade, sinceridade, amizade, dignidade e justiça social, demonstrando como tais imagens eram complementares e combinadas, compondo o “novo” trabalhador. Nos discursos políticos estudados, estas imagens, ainda que fossem apresentadas de forma separada, estavam sempre relacionadas à figura de Perón, do governo ou do movimento peronista.

Entre as imagens dos trabalhadores que aparecem nesses discursos políticos do “novo” tempo estavam a de unidos, leais, sinceros, dignos, conscientes e alegres. As imagens mais gerais sobre os trabalhadores compunham a base para imagens mais específicas sobre eles. Deste modo, vale fazermos algumas distinções acerca dos coenunciadores dos discursos políticos de Perón, no tocante às diferentes categorias ou formas de Perón denominar os trabalhadores. Marcela Gené (2013), ao analisar as imagens dos trabalhadores na propaganda política do Primeiro Peronismo, identificou cinco versões de suas representações: o descamisado, o trabalhador industrial que

para nós é o “*obrero*”, o “*corpo do campo*” que para nós é o “*peón rural*”, a família peronista, que seriam os trabalhadores de maneira geral, que para nós é o “*trabajador*” e as enfermeiras, representando as mulheres. Em nossa dissertação, também identificamos estas versões nos discursos de Perón e analisamos cada uma delas.

Para expressar a nova situação do trabalhador, utilizava-se amplamente a legislação trabalhista e a política social promulgada no período. Entre as leis trabalhistas criadas figuram: 13º salário; fixação do salário diário para os acidentados no trabalho; lei do salário-mínimo; regime de trabalho para menores; cobrança de salários nos feriados; férias anuais remuneradas para todos os trabalhadores; criação do Instituto Nacional de Previdência Social e da Administração Nacional da Moradia para os trabalhadores; a aprovação do regime legal das Associações Profissionais, que regulamentavam o funcionamento dos sindicatos; além da criação do Tribunal Superior do Trabalho. Estas políticas seriam reunidas nos direitos dos trabalhadores na Constituição de 1949. Além destas leis, devemos recordar o centro de políticas sociais associadas à *Fundación Eva Perón*, atuando nos campos da saúde, da educação, do turismo e da assistência social.

Com relação à retórica de seus discursos políticos, de acordo com James (2013), para além do atrativo material do primeiro governo de Perón, o atrativo político do peronismo residia na sua capacidade de refundir o problema total da cidadania em um molde novo, de caráter social, e amparado em uma linguagem de protesto de grande ressonância popular ante a exclusão política. A cidadania não deveria

mais ser definida em função dos direitos individuais e das relações dentro da sociedade política, mas sim em função das esferas econômica e social.

Além deste aspecto, o discurso peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal qual encontrava e o colocava como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Estes aspectos tornavam o discurso peronista mais concreto e imediatista do que as demais correntes, como as socialistas e os comunistas, que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora. Além destes aspectos mencionados, o peronismo também significou uma presença social e política maior da classe trabalhadora na sociedade argentina. Para James (2013), esse fato poderia ser mensurado por diversos aspectos, como pela ampliação maciça do gremialismo e pelo número de ministros e parlamentares de extração gremial. Assim, o Estado era o espaço onde as classes poderiam atuar política e socialmente para estabelecer direitos e exigências de ordem corporativa.

Os aspectos mencionados também diferem o peronismo do varguismo. Concordamos com Capelato (2009) ao afirmar que o caráter social da cidadania era destacado na propaganda brasileira- e para nós nos discursos políticos também-, mas considera que sua realização ficou comprometida pelas condições desfavoráveis da conjuntura econômica brasileira, que não permitiam melhoria significativa nas condições de vida das classes populares como na

Argentina. Ademais, a historiadora assegura que a marginalização de uma grande parte da população pelo mercado de trabalho impunha limites à política social do governo brasileiro. Deste modo, estamos de acordo quando diz que o quadro servia de justificativa para que a meta primeira do governo Vargas fosse o progresso material, jogando para o futuro o compromisso da realização da justiça social. Diferente do caso argentino que, ao contrário, a propaganda mostrava que o “futuro” já chegara ao país.

O papel, a imagem e o significado da cidadania também foram utilizados e são fundamentais para a compreensão do período. Para James (2013), o atrativo político fundamental do peronismo residia na sua capacidade em redefinir a noção de cidadania, dentro de um contexto mais amplo, essencialmente social. Ainda de acordo com o autor, no discurso peronista, a cidadania não deveria mais ser definida apenas em função dos direitos individuais e as relações dentro da sociedade política, mas sim em função da esfera econômica e social da sociedade civil, assinalando a importância da justiça social, da garantia dos direitos sociais do povo argentino. Ademais, tal como no varguismo, cidadania implicava também em pertencer a uma totalidade, relacionada diretamente à identidade nacional argentina.

Apesar desse aspecto em comum, Capelato (2009) apresenta a distinção entre as perspectivas da cidadania no varguismo e no peronismo:

A política varguista iniciada uma década antes da peronista e, portanto, numa conjuntura diversa, apresenta distinções já identificáveis nas denominações “justicialismo” e “trabalhismo”. Enquanto na Argentina, a “justiça social” foi o carro-chefe do peronismo, no Brasil,

ela ocupou um papel secundário já que o objetivo principal do novo regime era a reforma do Estado com vistas ao desenvolvimento econômico e à disciplinarização da força de trabalho. Isso não significa que o Governo não tenha introduzido modificações importantes no mundo do trabalho, mas elas são modestas quando comparadas com as ocorridas na Argentina (CAPELATO, 2009, p. 214).

A tônica argentina também auxilia na compreensão da formulação da doutrina e cultura política justicialista. Ainda que em bases distintas do trabalhismo varguista, o justicialismo peronista também pode ser compreendido como um conjunto de ideias, valores, rituais e vocabulários vinculados à justiça social. A partir do discurso oficial, podemos observar que o justicialismo também lança raízes na experiência do movimento operário e sindical dos anos anteriores a 1943, mas, diferentemente de Vargas, Perón não negaria a experiência, mas se apropriaria e se colocaria como o grande condutor dos trabalhadores.

Assim como o Brasil, a Argentina contou com alguns mediadores mais emblemáticos, como a primeira dama. Inicialmente, Eva Perón tinha uma sala no edifício do Correio Central, que posteriormente seria transferida para o edifício do Conselho Deliberante, antiga sede da STP e atual sede do Ministério de Trabalho e Previdência, onde, como “secretária”, receberia representantes dos sindicatos (PLOTKIN, 2013). Segundo Marysa Navarro (1994), nesse posto estratégico, Eva Perón intermediaria o contato direto entre Perón e os trabalhadores. Deste modo, Evita cumpriria uma dupla função: por um lado, a mediadora das relações; e, por outro lado, complementando o primeiro, a trabalhadora, defensora do justicialismo peronista. Além do “campo gremial”, ela também atuou no campo da assistência social,

especialmente a partir de 1948, com a criação da *Fundação de Ajuda Social María Eva Duarte de Perón*, que, a partir de 1950, passaria a ser conhecida como *Fundação Eva Perón*.

As novas imagens sobre os trabalhadores combinadas com a legislação trabalhista e políticas sociais dariam o tom da reinvenção. As imagens e a legislação seriam intensificadas no segundo governo de Perón, devido à debilidade da situação econômica e, conseqüentemente, política. No caso da situação econômica, por distintos fatores, a partir de 1949, foi iniciada uma crise do setor externo argentino, que teve conseqüências na atividade industrial nacional, impulsionando a inflação. Além disso, os subsídios públicos seriam cortados e os salários reais começaram a declinar, o que ocasionou uma sucessão de greves.

O “mundo feliz” do primeiro governo já não existia mais. O descontentamento era visível por parte dos grupos nacionalistas e da igreja, que acabou rompendo com o governo. O cenário foi marcado pelo acirramento da oposição sindical e pelas greves dos trabalhadores. De acordo com Samuel Baily (1986), houve duas razões mais amplas de oposição sindical ao governo: a oposição com fins políticos de certos dirigentes, que lutavam por um gremialismo independente, e a oposição puramente pragmática dos trabalhadores que lutavam por conquistas econômicas. A complexidade aumentaria com a morte de Eva Duarte Perón em 1952.

Decorrente do contexto exposto, os discursos políticos a partir de 1952 teriam um tom mais agressivo do que os apresentados até o

momento. Perón convocava, explicitamente, os trabalhadores para uma batalha contra os inimigos internos e externos da Argentina:

Compañeros: Estamos en un momento en que todos debemos de preocuparnos seriamente, porque la canalla no descansa, porque están apoyados desde el exterior. Decía que es menester velar en cada puesto con el fusil al brazo. Es menester que cada ciudadano se convierta en un observador minucioso y permanente porque la lucha es subrepticia. No vamos a tener un enemigo enfrente: colocan la bomba y se van. Aumentan los precios y se hacen los angelitos. Organizan la falta de carne y dicen que ellos no tienen la culpa (PERÓN, 1952, s/p).

As imagens de união e lealdade auxiliavam na justificativa para a luta contra os inimigos internos e externos, na conservação da justiça social e no fortalecimento das unidades sindicais. Com relação aos “inimigos” da pátria, Sigal e Verón (2010) assinalam que tal construção dos inimigos da pátria seria inseparável da imagem da sombra. Deste modo, o inimigo era oculto, estava escondido, infiltrado, operando na sombra. A ideia de sombra proposta pelos autores também é sustentada pelo argumento anterior sobre a verdade estar com Perón e, portanto, ser a luz, opondo-se à escuridão dos inimigos da pátria.

A partir do segundo governo também ficaria mais evidente a oposição entre um ‘nós’ pleno, substancial, que coincide com o coletivo ‘argentino’, ‘pátria’, e um ‘eles’ pleno, racional, que coincide com o coletivo ‘antiargentino’, ‘antipátria’. Ainda de acordo com os autores, o inimigo observa enfurecido como Perón realizava e resolvia os verdadeiros problemas argentinos, sobretudo no âmbito social. Deste modo, o adversário não tinha um projeto político, mas era aquele que colocava obstáculos ao projeto político de Perón, colocando em risco o próprio “mundo feliz”. Por essas razões, Perón aclamava pelo

apoio não apenas dos trabalhadores, mas também do povo, de todos os argentinos:

Yo no podría pedirle al pueblo el apoyo para otra cosa, pero para eso le pido y deseo el apoyo total y sincero del pueblo. Ese apoyo ha de ser para combatir a los malos argentinos y para combatir también a los malos peronistas y a muchos que se mueven entre nosotros disfrazados de peronistas. Para eso, especialmente, necesitamos el apoyo del pueblo, el apoyo desinteresado, el apoyo sincero, el apoyo que nos pueda llevar a una depuración de la República y a una depuración de nuestras propias fuerzas (PERÓN, 1952, s/p).

A mudança de contexto acentuou o tom e o caráter autoritário nos discursos políticos de Perón, como podemos notar pelas frequentes “convocações” ao “povo argentino” por Perón ao confronto contra os inimigos da pátria. Os “maus” argentinos eram aqueles que estavam contra a grande obra do governo e, conseqüentemente, a construção do “mundo feliz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho estudamos a construção dos imaginários sociais sobre os trabalhadores no Estado Novo (1937-1945) e no Primeiro Peronismo (1946-1955), inclusive comparando as duas experiências. A partir da análise destas construções, propusemos a ideia de reinvenções dos trabalhadores no varguismo e no peronismo, que estavam amparadas nos aspectos simbólicos e materiais.

No tocante aos aspectos semelhantes das reinvenções, mostramos que elas tiveram suas raízes em momentos anteriores ao Estado Novo e ao Primeiro Peronismo. As reinvenções também não foram produzidas em “tábula rasa”, mas sim por meio da apropriação, da

ressignificação e do uso dos movimentos dos trabalhadores nos dois países, sobretudo as demandas e as aspirações do momento.

Ainda sobre as semelhanças, vale lembrar que os dois governantes apresentavam seus governos associados a um “novo” país, tempo, momento, político e trabalhadores, sendo eles os principais responsáveis por estas mudanças e pela reformulação discursiva do trato da questão social. As associações diretas, entre eles e os benefícios materiais e imateriais, pressupunham o dever do apoio dos trabalhadores, proveniente de sua gratidão e retribuição pelas benesses. Assim, todos os que se opunham ou recusavam suas políticas eram tidos como ingratos e inimigos dos regimes, sendo a exclusão, a perseguição e a repressão aos mesmos justificadas por isso.

No que se refere às diferenças das reinvenções, estas têm sua base nos posicionamentos dos governantes e nas distintas tônicas e tempo da mudança dos governos. Com relação ao posicionamento, Perón se colocava como líder, condutor e amigo dos trabalhadores, enquanto Vargas como o pai e o amigo e, posteriormente, no fim do Estado Novo, como condutor. A chegada ao poder dos governantes, os distintos regimes e estes posicionamentos auxiliam na compreensão do porquê, no caso brasileiro, Vargas procurou apagar a histórica luta dos trabalhadores e, no caso argentino, Perón se apropriou e ressignificou a mesma.

No que se refere às tônicas ao tempo da mudança, no Brasil, a tônica era o trabalho, sobretudo como a melhor forma de se atingir o desenvolvimento econômico, embora também considerasse a justiça

social. Vargas também considerava que era preciso reformar o Estado para então atingir a justiça social, ou seja, algo que estava no futuro. Enquanto na Argentina, a tônica era a justiça social, como a melhor forma de se atingir a igualdade social, ou seja, era algo que estava no presente. Também decorrente das tônicas, no Brasil e na Argentina foram criadas culturas políticas distintas, com base distintas, sendo o trabalhismo no Brasil e o justicialismo na Argentina.

Em alguma medida, refletir sobre tais reinvenções é também refletir sobre as estratégias destes governos para lidar com os trabalhadores e construírem suas histórias oficiais. Desta forma, tais discursos devem ser compreendidos como uma forma de expressar os imaginários sociais, que não correspondem à ‘verdadeira’ atuação ou história dos trabalhadores nestes momentos, mas sim a uma das versões forjadas sobre estes momentos da história política brasileira e argentina.

Ainda que buscassem atingir os ‘corações’ e ‘mentes’ dos trabalhadores e produzir imagens de apoio, coesão e legitimidade destes governos, consideramos que houve recepções múltiplas e complexas, justamente pela importância do sentido destas produções. A multiplicidade destes fenômenos pode ser observada a partir daqueles estudos que utilizaram as cartas enviadas a Vargas e a Perón, como os de Omar Acha (2007), de Ferreira (1997) e Dezemone (2006), onde é possível notar que os resultados destas produções são imprevisíveis e o fazer crer e o querer crer a partir destes discursos políticos que selecionamos nem sempre estão juntos com o crer.

REFERÊNCIAS

ACHA, Omar. “Cartas de amor en la Argentina peronista: construcciones epistolares del sí mismo, del sentimiento y del lazo político populista”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, s/p, 2007.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAILY, Samuel. *Movimiento obrero, nacionalismo y política en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 1986.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2013.

CONTRERAS, Gustavo Nicolás; MARCILESE, José (org). *Dossier “Los trabajadores durante los años del primer gobierno peronista. Nuevas miradas sobre sus organizaciones, sus prácticas y sus ideas (1946-1955)*. Disponível em: <<http://historiapolitica.com/dossiers/trabajadores-peronismo/>>.

DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos*. 2008. 299p. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário da cultura popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_____. *O Populismo e sua História: Debate e Crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas. Buenos Aires: Paidós, 1962.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

LAGO, Mayra Coan. *Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração da América Latina). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-SP. 2015.

_____. *Trabalhadores do Brasil: uma reinvenção dos imaginários sobre os trabalhadores no varguismo*". In: MOURELLE, Thiago Cavaliere; FRAGA, André. *Olhares sobre o governo Vargas*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 9-33.

LIRA NETO, João de. *Getúlio: do Governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

NAVARRO, Marysa. *Evita*. Buenos Aires: Editora Planeta, 1994.

PERÓN, Juan Domingo. "Cuadernillos de formación político-sindical, número 2". *Obras completas del General Juan Domingo Perón*. Discursos de Juan D. Perón, 1946-1947. Buenos Aires: Unión del Personal Civil de la Nación, s/d.

_____. *Los mensajes de Perón*. Buenos Aires: Ediciones Mundo Peronista, 1952.

PIRES, Julio Manuel. *A política social no período populista*. São Paulo: IPE/USP, 1995.

PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada na América Latina”. *Revista de História*, num. 153, p. 11-33, 2005.

REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La segunda línea: liderazgo peronista 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña: Universidad Tres de Febrero, 2013.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001

SIGAL, Silvia; VERON, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

TORRE, Juan Carlos. *Ensayos sobre movimiento obrero y peronismo*. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012.

VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas*. Maria Celina D’Araújo (org). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

WEBER, Max “A política como vocação”. In: WEBER, Max. *Ciência e política- duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FORAM DOIS, “VOLTAMOS EM CINCO”: FAMÍLIA E REPRODUÇÃO ASSISTIDA EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Samuelli Cristine Fernandes Heidemann ³⁵

Regina Coeli Machado e Silva ³⁶

INTRODUÇÃO

Evidenciar as práticas de reprodução assistida (RA) experimentadas por um pequeno grupo de mulheres e famílias de Marechal Cândido Rondon-PR, como um meio de manter relacionamentos ‘tradicionais’ da família nuclear moderna, centrada no amor, no afeto, na ideia de ‘projeto’ do casal (que liga os pais a seus filhos), e nas categorias do sangue e do nome de família foi o objetivo geral da dissertação. O nascimento do filho é para esse grupo a inserção e a continuidade dos relacionamentos da família nuclear heterossexual, de modo que o intenso processo de medicalização da reprodução assistida a que o casal se submete está a serviço da parentalidade,

³⁵ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras nível de Mestrado e Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Brasil). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Brasil). E-mail: samucristine@gmail.com

³⁶ Pós-Doutora em Antropologia pela Universidade Nacional de Brasília (UNB/Brasil). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil). Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado da UNIOESTE em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Campus de Foz do Iguaçu - (UNIOESTE/Brasil). E-mail: coeli.machado@yahoo.com.br

tornando os pais ‘co-construídos’ pela participação, mesmo parcial, das decisões e das intervenções médicas. A infertilidade que impossibilitava conceber um bebê é afastada, os papéis de mãe e de pai são fortalecidos por essa intervenção tecnológica e o componente sexual é transferido para a função simbólica da necessidade biológica que assegura o compromisso do casal para quem o filho é considerado “natural”.

A expressão “Foram dois, voltamos em cinco” utilizada no título foi mencionada por uma de minhas entrevistadas e se refere à ida dela, acompanhada pelo marido, à cidade de Cascavel, município próximo a Marechal Cândido Rondon para a transferência de 3 (três) embriões, uma das etapas do processo da fertilização *in vitro*³⁷. A inédita experiência preocupou a irmã da entrevistada que lhe enviou uma mensagem no celular para saber se estava tudo bem. Deise, retornando para casa pós-transferência, respondeu-lhe do seguinte modo: “sim, fomos em dois e voltamos em cinco”.

Deise foi o nome fictício escolhido para citar essa mulher rondonense e compartilhar sua experiência com a reprodução assistida. Ela tem 37 anos, casada, possui ensino médio, agente universitária, realizou uma fertilização *in vitro* no ano de 2011 com 31 anos e é mãe de uma menina resultante da fertilização. O custo total do tratamento foi de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Além de Deise, entrevistei outras

³⁷ Uma das possíveis técnicas de reprodução que adiante será explicada.

8 (oito) pessoas³⁸: Lucia, 45 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de trigêmeos gastou R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais) com medicamentos e procedimentos; Monica, 37 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de uma menina estimou ter gasto R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais) no tratamento; Carla, 37 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de gêmeos, pagou um total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) com os procedimentos e medicamentos; Ana, 37 anos, casada, professora, pós-graduada, mãe de uma menina diz que teve um custo de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em seus tratamentos; Maria, 38 anos, assistente social, pós-graduada e Miguel, 43 anos, vendedor, possui ensino superior, foi o único homem entrevistado. Os dois são pais de gêmeos e calcularam ter gasto R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) nos procedimentos; Miriam, 33 anos, casada, professora, possui ensino superior, mãe de um menino relatou que o valor empregado em medicamentos e tratamentos foi de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); Cristina, 31 anos, casada, farmacêutica, possui ensino superior, mãe de gêmeos contabilizou um custo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em medicamentos.

Também foram pesquisadas as 3 (três) clínicas³⁹ onde minhas entrevistadas realizaram os procedimentos: 1 (uma) clínica na cidade de Cascavel - PR (G. - Clínica de Medicina Reprodutiva); as outras 2 (duas) clínicas na cidade de Toledo - PR (I. D. V. - Reprodução

³⁸ Todos os nomes citados foram alterados para impedir a identificação e proteger os sujeitos da pesquisa

³⁹ Os nomes das clínicas foram abreviados para impedir a identificação e resguardar o anonimato, bem como direitos de uso do nome e da imagem.

Humana) e (P. F. Centro de Reprodução Humana), cidades muito próximas a Marechal Cândido Rondon, cidade na qual residem as pacientes, que não tem clínica especializada em medicina reprodutiva, razão pela qual os interessados procuram pelos serviços em outras cidades.

Como estratégia metodológica, além das referências analíticas e bibliográficas de livros e artigos de revistas especializadas, devido à complexidade e à riqueza de elementos envolvidos no universo da reprodução assistida, foi fundamental para a construção de dados a pesquisa de campo, realizada na pequena cidade de Marechal Cândido Rondon. Para isso, utilizei observações sistematizadas e entrevistas semiestruturadas com mulheres e casais que enfrentaram os dilemas da infertilidade e os procedimentos para a concepção assistida.

Eu, Samuelli Cristine, fiquei face a face com minhas fontes, dialoguei com elas, ouvi-as. Descobri por meio das falas um “universo paralelo” da reprodução assistida, o qual dificilmente eu conseguiria explorar ou, ao menos entender, somente com o aparato teórico. Não tive a intenção de colher respostas objetivas e/ou quantitativas. A pesquisa objetivou buscar uma percepção de particularidades e experiências individuais intrínsecas à complexidade associada à realidade social de cada entrevistado, proporcionando maior aprofundamento em informações e detalhes sobre o tema.

As observações foram das expressões corporais dos entrevistados durante a conversa, captando outras vozes, risos, gargalhadas, choro e silêncio. Contemplar o silêncio também faz parte da análise. A peça

chave aqui foi a utilização do gravador, permitindo uma posição mais confortável que não a impulsiva tomada de notas. Também foram coletadas informações por meio do registro manual de fichas, além da própria observação do sujeito e suas sensações, do local escolhido para a entrevista e das relações criadas nessa ocasião com outras pessoas presentes no local, membros da família e, inclusive, das próprias crianças fruto da concepção assistida.

Durante a coleta de dados, outras fontes obtidas em *sites* da *internet* também foram utilizadas, dados de mídia e notícias de jornais e outros meios de informação digitalizados e virtuais, nacionais e internacionais, *blogs* e as páginas das clínicas na rede social *Facebook*.

A pesquisa, realizada nos anos de 2017 e 2018, em Marechal Cândido Rondon⁴⁰, município que concentra sua economia no setor agrícola, está localizado no extremo oeste do Paraná⁴¹, com aproximadamente 50.000 (cinquenta mil) habitantes⁴², e reúne, devido ao modo de colonização⁴³, principalmente, descendentes de italianos e alemães. A figura abaixo (Figura 1) identifica o local onde realizei

⁴⁰ O nome da cidade se deu em homenagem a Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), militar, geógrafo, conhecido como “sertanista e desbravador”.

⁴¹ O município de Marechal Cândido Rondon está distante 579 km de Curitiba, capital do estado do Paraná, na região sul do Brasil.

⁴² Segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010, a população é de 46.819 (quarenta e seis mil oitocentas e dezenove) pessoas.

⁴³ O termo colonização é aqui empregado para designar o processo de ocupação da área pelos agricultores descendentes de imigrantes italianos e alemães após 1946.

minha pesquisa e destaca a extensão e a localização da cidade de Marechal Cândido Rondon no Paraná e no Brasil.

Figura 1 Localização de Marechal Cândido Rondon



Fonte: Paraná Municip MarechalCandidoRondon.svg 2006

O município é caracterizado pela homogeneidade de sua população, pelos traços e semelhanças físicas - “louro de olhos azuis, grandão e gordo”, características estereotipadas autoatribuídas e atribuídas aos moradores por outros residentes da região. A cidade também se auto identifica como tendo uma “cultura germânica”, percebida na arquitetura, por meio das construções enxaimel⁴⁴, e pelo idioma (alemão) ainda muito falado entre os mais velhos. É neste local que residem todos os entrevistados e onde eu também residi por muitos anos, fato que colaborou para identificar os participantes.

Foi interessante perceber diversas semelhanças entre eles como: ‘todos tentando o primeiro filho’; pertencentes à classe média; vivendo em bairros de médio/alto padrão; recebendo-me em suas casas e não

⁴⁴ É uma técnica de construção que consiste em paredes montadas com hastes de madeira encaixadas entre si em posições horizontais, verticais ou inclinadas, cujos espaços são preenchidos geralmente por pedras ou tijolos.

em local aberto, público, movimentado para a nossa conversa; em geral, havia um ou mais ouvintes à entrevista, chamados por mim de coparticipantes no local da entrevista: maridos, mães, amigas, sogra e os filhos das entrevistadas; mas, o que mais me surpreendeu foi a impressionante semelhança física entre os entrevistados: todos brancos, cabelos loiros e muitos com olhos claros, além da descendência ser (até por se tratar de Marechal Cândido Rondon, cidade que se vê como germânica) predominantemente alemã.; dentre as religiões praticadas foram citadas a religião católica, evangélica luterana e congregacional; e quanto ao desejo de recorrer à técnica novamente, dos 9 (nove) entrevistados, 3 (três) demonstraram intenção de tentar mais uma vez, 5 (cinco) não o farão, citando como o método é invasivo e 1 (um) entrevistado deixou esta possibilidade em aberto, a depender das circunstâncias.

Outro traço característico, provavelmente pelos parâmetros da cidade – pequena, interiorana -, é justamente a indicação boca a boca das pessoas nas condições propostas aqui, ou seja, o critério de inclusão dos participantes foram pessoas que realizaram procedimentos alternativos/tecnológicos para a filiação. Do total de 9 (nove) entrevistados, contei com a indicação de 7 (sete) deles, é a chamada técnica de amostragem bola de neve⁴⁵ (*snowball*).

⁴⁵ Técnica amostral que cresce a medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes. A amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados. Além disso, esse tipo específico de amostragem também é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e, portanto, que requer o conhecimento das pessoas pertencentes ao grupo ou reconhecidos por estas para localizar informantes para estudo.

2 TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS E O DESEJO DE TER FILHOS

A “Reprodução Assistida” (RA), também denominada de “Reprodução Humana Assistida” (RHA), ou ainda de “Técnicas de Reprodução Assistida” (TRA), descreve o escopo de tratamentos médicos que substituem o ato sexual disponíveis a casais para a concepção de filhos, auxiliando a fertilidade masculina e feminina. A maioria das pessoas que a procuram são inférteis, ou seja, incapazes de conceber um bebê após um período estimado de ao menos 12 meses de intercurso sexual desprotegido. Suas variantes são: a “Fertilização *in vitro*” (FIV), a “Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides” (ICSI), a “Inseminação Artificial” (IA), a doação de óvulos, espermatozoides e embriões, o “empréstimo” de útero (barriga de aluguel) e o congelamento de gametas e embriões.

As tecnologias reprodutivas podem ser classificadas em dois grandes grupos: as que proporcionam a fertilização dentro do corpo feminino ou fora dele. No primeiro caso, ocorre a transferência dos gametas (óvulo e espermatozoide) para o corpo da mulher. No segundo caso, os gametas são fertilizados fora do corpo feminino, eles formam embriões que são transferidos para o útero. As técnicas classificadas no primeiro grupo são denominadas de IA: é uma estimulação ovariana que substitui a ocorrência da relação sexual, ocorre a transferência de sêmen para o aparelho genital feminino no período fértil, realizada pelo médico” (BARBOSA, 2000, p. 213-214). No segundo grupo por sua

vez, as técnicas aptas a proporcionar a fertilização fora do corpo feminino são chamadas de FIV ou “fertilização *in vitro* com transferência de embriões” (FIVETE). Compreende altas doses de medicamentos hormonais a fim de estimular os ovários para, somente após isso, ocorrer a coleta dos óvulos que, por sua vez, são fertilizados em laboratório com sêmen tratado, quando só então o embrião deve ser transferido para o útero ou congelado. “Nessa técnica, o encontro dos gametas ocorre num laboratório, a partir de células reprodutivas retiradas do próprio homem e da mulher ou obtidas através de doação de terceiros”. A ICSI, variação da FIV, procedimento em que a fertilização também é externa ao corpo, corresponde ao ato de retirada de espermatozoides dos testículos para injetar apenas um único espermatozoide no óvulo em laboratório, sendo o embrião posteriormente transferido. É indicado para casos severos de infertilidade masculina e o recurso alternativo pode ser a utilização de sêmen de doador. A FIV e a ICSI possibilitam que o embrião formado com o óvulo de uma mulher seja transferido para o útero de outra, por meio da fertilização externa que lhes constitui; abre a possibilidade de doação de óvulos e de espermatozoides, ou de cessão de útero (barriga de aluguel) (BARBOSA, 2000).

Essa extensão das possibilidades reprodutivas de casais inférteis põe em questão a ideia do parentesco como laços inexoráveis, pois a concepção se dá em laboratório feita com técnicas que, muitas vezes, manipulam um ou ambos os gametas fora do corpo. Assim sendo, as novas tecnologias reprodutivas ampliam a possibilidade de

constituição do parentesco como escolha e não como resultado de processos naturais inexoráveis. Além disso, a reprodução assistida permite a casais inférteis terem filhos biológicos/genéticos sem necessitar do recurso à adoção. Nesse sentido, essas técnicas permitem que se acentue o valor dos laços genéticos, o que constitui a genetização do parentesco, isto é, uma concepção de parentesco como as “ramificações biológicas da herança genética” (STRATHERN, 1999, p. 172) e igualmente revelam um campo multidimensional, composto por uma multiplicidade de sujeitos – casais, mulheres casadas ou solteiras, homossexuais, médicos (obstetras, ginecologistas, geneticistas, embriologistas, urologistas, etc.) e laboratoristas.

As técnicas de reprodução assistida, portanto, separam no tempo e no espaço a fertilização e a gestação, a maternidade gestativa e a genética e possibilitam a um homem e a uma mulher estéreis virem a ser pais. A divulgada supremacia das técnicas de reprodução assistida, anunciadas sob um véu de otimismo como técnicas a serviço de um modo de vida, conduz os indivíduos a aceitarem e a enfrentarem os riscos de medicamentos, os procedimentos - especialmente sobre o corpo e a sexualidade feminina - e as limitações de sucesso de técnicas experimentais⁴⁶.

Essa normativa de querer um bebê e “viver” a maternidade leva muitas mulheres a fazerem “tudo pelo seu próprio filho”. Ao se sentirem insatisfeitas com a descendência social mediante a adoção de crianças, revelam a importância do primado inscrito nos genes pela

⁴⁶ No sentido de submeter a um teste, ensaiar, verificar as qualidades de, pôr à prova.

herança evolutiva, conferindo respaldo à “biologização da reprodução” e tornando a busca do filho pela RA um fim em si mesmo. Enfatizo a ponderação de Strathern (1992), que relaciona satisfação, desejo e infertilidade: sem satisfação não há desejo, sem desejo de filho não há infertilidade e tampouco haveria procura de serviços de RA.

Sendo assim, as tecnologias reprodutivas como novas formas de concepções de natureza humana implicam processos de biologização e de genetização do parentesco, conforme nos informa Naara Luna (2005). Contudo, a noção de natureza humana proposta por Luna (2005) nos mostra uma transformação da concepção de natureza humana, sob fundamentos teológicos e filosóficos, integrantes de um sistema moral (PAGELS, 1989), para a noção de uma natureza humana intrínseca à dimensão biológica. Isso se deve a uma mudança de episteme oriunda do Iluminismo, em que a natureza transitoriamente deixa de se ater a valores transcendentais e converge para a base física da realidade, objeto da ciência (LENOBLE, 1990). A partir dessa nova concepção, um ordenamento social (LAQUEUR, 1992), que engloba a dimensão física ou biológica, se estabelece e modifica o fato propulsor da noção ocidental de parentesco, antes baseado nos “fatos da vida” considerados “naturais”: ter relação sexual, transmitir genes e dar à luz (STRATHERN, 1992).

Portanto, as tecnologias reprodutivas criam desdobramentos paradoxais em diferentes níveis, a depender da intensidade da realização de ideais sociais e individuais nelas depositadas. Se antes a reprodução era vista como um processo “natural”, com as tecnologias,

essa naturalidade é questionada e “corrigida” e amplia as margens de escolha na reprodução e na constituição do parentesco (STRATHERN, 1992). É imperioso destacar que o *desejo* de ter uma criança do próprio *sangue* conduz à fertilização assistida, além da substituição do sexo, razão que fundamenta as inúmeras tentativas de reprodução recentes, seja por mulheres e homens solteiros, casais heterossexuais, homossexuais e outros arranjos familiares.

A discussão sobre o uso da RA, a partir do desejo de filhos, ou da negativa - a ausência involuntária de filhos - é questão de intensa reflexão, pois demonstra a importância do projeto de ter filhos e de reprodução familiar. Os 9 (nove) entrevistados, Deise, Lucia, Monica, Carla, Ana, Maria, Miguel, Miriam e Cristina) de maneira direta ou implícita verbalizaram a procura pela RA por causa da impossibilidade de gerar descendentes e pela resistência à adoção. Quanto à utilização das técnicas pelos meus entrevistados foi possível constatar que o método mais utilizado foi a FIV, ela foi utilizada por Deise, Lucia, Monica, Carla, Maria, Miriam e Ana. Ela é frequentemente indicada pelos médicos devido à maior garantia de sucesso que a IA e nos casos de maior complexidade, quando os pacientes possuem disfunções irreversíveis ou em estado avançado. A IA foi a opção inicial de Lucia, Carla, Miriam, Maria e no caso de Cristina foi necessária apenas a estimulação hormonal. Apesar de nesta última situação não haver procedimentos médicos propriamente ditos, ela também se encaixou nos parâmetros da pesquisa por ficar demonstrado que os compostos hormonais dos medicamentos incidem drasticamente sobre o corpo da

mulher, causando reações colaterais. Fica claro que para algumas entrevistadas foi necessária a realização de mais de um procedimento, situações em que o tratamento foi iniciado com a IA, mas as condições levaram ao emprego da FIV.

Cabe lembrar que o universo das tecnologias reprodutivas não é fruto, como talvez possa parecer, do século XXI. A produção de novas tecnologias reprodutivas se acentuou na segunda metade do século XX e foi desenvolvida no hemisfério norte, com intensa utilização mundo afora, possibilitando o nascimento de milhões de bebês (ROSE, 2013). Relegando a adoção como opção disponível à infertilidade, nos anos de 1970, emerge a medicalização⁴⁷ da procriação humana que sinaliza a influência de valores sociais e interesses econômicos na biologia e na medicina. Em geral, biólogos, geneticistas e médicos argumentam que apenas respondem às demandas, isto é, ajudam casais inférteis a ter crianças “de seu próprio sangue” sem questionarem a obsessão genealógica parental de se perpetuar biogeneticamente, a despeito do custo envolvido.

As incertezas frente às tecnologias de reprodução assistida convivem com a ideia de ajuda e de amor, reforçada por médicos capazes de ajudar a realizar um sonho. São vistos como verdadeiros anjos, transfigurados na imagem de Deus dando ênfase ao milagre da vida e compõem o imaginário de mulheres e casais, muitas vezes debilitados emocionalmente pela necessidade de ter filhos, de constituir

⁴⁷ Medicalização é o processo pelo qual o modo de vida dos homens é apropriado pela medicina e que interfere na construção de conceitos, regras de higiene, normas de moral e costumes prescritos – sexuais, alimentares, de habitação – e de comportamentos sociais.

uma família biológica. Mas, em geral, os procedimentos, os medicamentos e as internações são pagos (e bem pagos) previamente e de acordo com o que for estipulado pela clínica, não havendo margem de escolha aos interessados.

É interessante observar que mesmo nessa seara envolvendo óvulos, espermatozoides e embriões manipulados em laboratório, os significados socioculturais a eles consagrados parecem permanecer intocáveis, pois são associados ao resultado das conexões entre relações criadas no âmbito dos fatos *naturais* e vínculos *sociais*. Esses significados culturais por sua vez, não deixam de “contaminar” os procedimentos técnicos de procriação que desafiam os fatos convencionais da vida. Complementarmente, isso se soma à restrição imposta pelo surgimento de novas técnicas reprodutivas ao alterarem a escolha legítima de ter uma vida sem filhos, influenciando diretamente na crescente expectativa social de ter ao menos uma criança. Enfim, as novas tecnologias reprodutivas modificaram, de maneira radical, como e até onde as pessoas podem decidir como se reproduzirão. Nesse sentido, as novas biotecnologias, entendidas como agenciamentos híbridos, objetivam a “otimização” da vida, alteram as ideias acerca de seu fim - dos sentidos de propriedade do corpo e de direitos a uma cura - bem como gerenciam as complexas relações financeiras institucionais que tornam possíveis os procedimentos. Conforme Rose (2013, p. 45), “as técnicas não prometem simplesmente o combate, nem mesmo a cura, mas a correção e o incremento dos tipos de pessoas que somos ou queremos ser”, como ocorre na reprodução assistida. Nesse campo da

biotecnologia ocorre um grande debate ético a respeito das técnicas laboratoriais para criar vidas e filiação, “corrigir” falhas biológicas e genéticas e redimensionar os conceitos de vida e morte, prolongando a vida a fim de evitar a morte.

3 FAMÍLIA COMO LOCAL DE “FABRICAÇÃO” DA DESCENDÊNCIA, DOS LAÇOS BIOLÓGICOS E AFETIVOS

Indissociável das tecnologias reprodutivas que consagram os laços biológicos é a compreensão da família, não só como um sistema de parentesco e de transmissão de bens, mas, também, como local de “fabricação”, nas melhores condições possíveis, de um ser humano.

Enfatizo que o uso dessas tecnologias reprodutivas dá continuidade a famílias convencionais, modelo de família que para muitas pessoas ainda se sobrepõe aos demais. Os intentos de muitos casais em busca de solução para seus problemas de infertilidade são justificados pela ânsia de ter os próprios filhos, de gerar descendentes, de dar continuidade à família, entre outros significados simbólicos vinculados à procriação de seres humanos e que legitimam, em última instância, a proposição de uma série de inovações biotecnológicas. Por outro lado, as tecnologias fazem emergir inúmeras preocupações, incertezas e discussões sobre uma diversidade de temas a exemplo do valor da vida humana, o poder trazido ao homem por meio da tecnologia, o significado simbólico da filiação, o apego aos laços sanguíneos sobre os afetivos e os perigos da intensa medicalização

durante o processo de tratamento como reflexo de um “abuso” ao corpo feminino. Essas incertezas convivem com a infertilidade repudiada como infortúnio, sentimento motivado pelo crescente apelo à procriação como forma de felicidade e de êxito pessoal, fatores que muitas vezes impulsionam a ocorrência de crises, angústia e depressão àqueles impossibilitados de gerar descendentes.

Conforme Ariès (2016) a família existia na Idade Média, inexistindo, no entanto, o sentimento de família, só emergindo nos séculos XV e XVI, impondo-se definitivamente no século XVII. O despertar do sentimento para a vida privada, especialmente dentro da família foi possível graças à transição do modelo familiar, quando o núcleo pai-mãe-filho se destacou da família extensa e de todo conjunto que incluísse outros parentes, amigos e criados. Portanto, a estrutura nuclear de família existiu na Europa da Idade Média bem antes de tornar-se o modelo dominante da época moderna, sendo a família conjugal moderna consequência da evolução que teria enfraquecido a linhagem e as tendências à não divisão, no final da Idade Média (ROUDINESCO, 2003).

A constituição familiar passou por um lento processo de alteração, que contou com o apoio da burguesia. À medida que a família se desengajou da autoridade paterna ou marital do chefe de família, o sentimento moderno de família aumentou. Com o tempo, a força do movimento iniciado pelas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime se estendeu para todas as classes sociais e tornou inevitável a derrocada da hegemônica família patriarcal que agrupava pais, filhos,

familiares e agregados. Em fins do século XIX e no início do século XX, há o predomínio da família moderna, um modelo de família mais enxuto e intimista com funções definidas em razão do sexo de seus membros - a mulher como mãe e esposa cuidadora, e o homem como provedor do sustento familiar. A tradicional e numerosa organização familiar cede espaço à chamada família “eu demonista”, caracterizada pelo envolvimento afetivo de seus membros e pela busca da felicidade individual, remediando a noção hierárquica de submissão ao todo (LÔBO, 2009).

A nova concepção de família comporta o declínio da soberania do pai, mas além disso é regida pelo princípio da emancipação da subjetividade, principal elemento para o advento da família afetiva contemporânea. Assim como a relação conjugal não repousa mais em uma coerção, a relação pais e filhos também se assenta na escolha livremente consentida. Segundo a perspectiva freudiana, o amor e o desejo, o sexo e a paixão passam a compor a instituição do casamento. Durkheim (1892) apud Roudinesco (2003, p. 105) diz que “a instituição familiar tende a se reduzir à medida que as relações sociais se estendem e que o capitalismo se desenvolve, dando origem ao individualismo”.

A passagem de uma sociedade holística e hierarquizada para uma sociedade individualista e igualitária, eminentemente afetiva nas relações pessoais – deriva da migração do casamento de “conveniência” (frequentemente organizado pelos pais a partir de critérios econômicos ou de linhagens) para o casamento por amor (livremente escolhido pelos próprios parceiros). Segundo Ferry (2010,

p. 111), “a lógica do individualismo que se introduziu nas relações humanas as elevou, assim, à esfera do amor moderno, eletivo e sentimental”, tendo sua maior expressão na paixão dos pais pelos filhos, isto é, a significação mais manifesta de existência dos indivíduos migrou do amor a Deus para o amor profano, no amor de pais e filhos⁴⁸.

Portanto, a hegemonia da família moderna ocidental como o espaço dos sentimentos, das emoções e da intimidade, expressão de uma moral sexual cristã e fonte de identificação do indivíduo em nossa sociedade, na qual os filhos são o centro das atenções familiares, é uma construção histórica e abre caminho para fixar a ideia de que a escolha é um dado de demarcação das fronteiras familiares.

A família, grupo doméstico unido pelo sangue, ostenta o posto de instituição superior a outras formações, dado o caráter positivo e afetivo das emoções que a descrevem e que provoca em seus membros, daí a razão pela qual ela amplia os quadros biológicos e legais do parentesco.

O parentesco ocidental foi estudado por Schneider⁴⁹ (1968) e, segundo Luna (2007), é essencial nesta discussão, pois identifica dois

⁴⁸ Quando um homem cheio de ódio, que se autodenominou "RB" (*human bomb*), teve a má ideia de pegar como reféns crianças de uma escola primária há alguns anos, em um subúrbio de Paris, fato é que todos os pais, sem a menor hesitação nem exceção, se apresentaram como voluntários para ir negociar com ele. Todos estavam prontos a arriscar a vida para salvar quem amavam - mostrando, sem sombra de dúvida, que eram menos materialistas e desencantados do que provavelmente eles próprios imaginavam. Pois, afinal, arriscar a vida, seja qual for o motivo, é e sempre será algo difícil, tão difícil que, na verdade, é difícil ver o que poderia significar, em relação a isso, o qualificativo "egoísta". Os valores sacrificais haviam simplesmente descido do céu das ideias - dos ídolos - para se encarnar no humano (FERRY, 2010, p. 115).

⁴⁹ Antropólogo norte-americano com reconhecida produção etnográfica e pelos estudos sobre o parentesco.

elementos básicos para a constituição simbólica de parentesco americano: a relação como substância “natural” biogenética ou parentesco de sangue e a associação como código de conduta. A primeira refere-se à ordem da natureza (laços inexoráveis), enquanto a segunda corresponde à ordem da lei (laços socialmente construídos) e, portanto, revogáveis.

O caráter arbitrário das regras de parentesco e a maleabilidade das fronteiras familiares é determinante para que se tenha a possibilidade de escolha, por marcar a valorização dos laços de reciprocidade entre os parentes por permitir a amigos e compadres se enquadrarem como parentes simbólicos. Desse modo, o parentesco é comparado a uma “rede de malha estreita”, pela superposição significativa de seus domínios, também compostos pela vizinhança e amizades. Amigos e vizinhos desempenham papel crucial na estruturação da visão de mundo dos agentes, na construção e na elaboração de suas identidades sociais e, ainda, na própria organização de sua sociabilidade. Mas, ainda que reconhecidos e valorizados nos contornos do parentesco, os autores sociais se auto representam como englobados e encapsulados pela ordem familiar. Nesse entendimento, o domínio do parentesco é, portanto, demarcado pelas categorias: sangue, raça e nome de família, como bem ilustrou Abreu Filho (1980).

A compreensão do Direito de Família também se desprende da posição legalista tradicional, ao abarcar tanto o parentesco consanguíneo como por afinidade. Essa compreensão jurídica vai além da noção de família como manutenção e transmissão do nome e do

patrimônio, pois o arranjo familiar implica igualmente a realização de interesses afetivos e existenciais.

A noção de parentesco é central para as relações disciplinadas pelo Direito de Família, sendo o parentesco normalmente definido como o laço que une duas ou mais pessoas, em decorrência de uma delas descender da outra ou de ambas descenderem de genitor comum. É fácil perceber que tal conceito se refere ao parentesco consanguíneo, mas o ordenamento jurídico reconhece ao lado deste, o parentesco civil quando criado artificialmente pela lei em virtude da vontade dos interessados, o que ocorre através do instituto da adoção e mais recentemente da reprodução assistida (MOÁS; CORRÊA, 2010, p. 596-597).

Seria ingênuo crer, por todo o exposto, em uma naturalidade e universalidade da família nuclear moderna, assim como jamais poderá ser entendida como um fenômeno mecânico, linear e acabado. Sob esta perspectiva - que desvenda a família como construção e prática, definidora de significados e consequências em particular a depender de contextos específicos – a família não é um dado “natural” ou universal, ela é um produto social que não pode ser pensada no singular, pois há uma pluralidade de modos de família. A tendência à naturalidade e à universalidade endereçadas à família provém de sua forte inscrição na nossa prática cotidiana, que toma forma pela crença popular na organização familiar da civilidade ocidental, da qual somos membros.

Nesse sentido, um emaranhado de conjugações familiares pode ser visualizado na prática: a família contemporânea como individualista; a família “democrática”, visualizada por uma “paridade” entre os membros que a compõem; a família “relacional”, caracterizada pela flexibilidade das alianças, cujas decisões dependem do consentimento dos cônjuges e das crianças; a família “recomposta”, resultante da dialética entre composição, decomposição e

recomposição, quando novos membros são integrados facilmente; a família desinstitucionalizada torna-se o significado de um assunto privado, é o *locus* da promoção do indivíduo hiper contemporâneo; a família dita “marginalizada”, cujo arquétipo foi por muito tempo a família monoparental, é designada pela sua desafiliação, isto é, sua estruturação é tão caótica que não consegue conter a autonomia radical de seus membros.

Ocorre que as mulheres e casais rondonenses almejam a tradicional família nuclear moderna, uma família individualizada do exterior, mas solidária, amorosa e afetuosa entre seus membros. A presença de filhos é condição fundamental para a constituição dessa família, recaindo sobre eles todas as projeções dos pais. A imagem a seguir (Figura 2) estampada no *hall* da página da clínica *P. F.* no *Facebook*, instiga as potenciais pacientes a se imaginarem na mesma posição. Propositamente escolhida, ela apresenta um casal radiante de felicidade com seu pequeno e lindo bebê ao colo, quase uma imitação daquelas propagandas de margarina, na qual todos aparentam estar felizes e a família corresponde àquela nuclear⁵⁰, formada por pai, mãe e filho. A fotografia é ainda acompanhada pela frase “Paixão pela VIDA!”. O conjunto imagético retrata um forte apelo à composição de família que não aquela alternativa⁵¹, mas, a tradicional e a implícita

⁵⁰ A forma nuclear de família, reduzida a um casal e seus filhos, passou a prevalecer no Ocidente a partir do final do século XVIII.

⁵¹ A família alternativa cria novas formas de convivência por meio da diversidade no lar, seja entre pessoas do mesmo sexo, idosos morando com jovens, animais de estimação que são considerados parte da família, pais desempenhando o papel de mães e vice-versa com filhos biológicos ou adotados.

mensagem envolvida nos laços afetivos e biológicos na produção da “vida”.

Figura 2 Exemplo de família nuclear



Fonte: Página P. F. no Facebook. 2017

A meu ver, os significados associados à imagem exposta trazem o processo reprodutivo criado por um “centro de reprodução”, no qual se observa a existência de um mercado farmacológico e de diagnóstico que cresceu paralelo ao gerenciamento da reprodução por consumo de práticas médicas. Os mecanismos de produção de sentido da infertilidade e dos novos modos de produção da vida, bem como os pressupostos normativos de maternidade e/ou reprodução tornam-se um empreendimento de mercantilização e de consumo de biotecnologias. Essa mercantilização está presente na vida dos casais e de famílias de Marechal Cândido Rondon, mas é pouco considerada diante do desejo da reprodução ou de ter o filho consanguíneo.

4 INFERTILIDADE

A referência ao desejo de filhos se insere na lógica da constituição de família e, por essa via, o desejo de constituir família seria anterior ao desejo de filhos. O próprio desejo de constituir família se insere no

propósito da reprodução, do desejo de garantir a continuidade através dos filhos. A dificuldade em não poder ser pai nem mãe deflagra o bloqueio à vazão de uma cultura pró-matrimônio fértil, fazendo com que os casais se sintam jogados no ostracismo social. Ou seja, não conseguindo gerar descendentes e ressignificar a própria relação, eles são tomados pela sensação de incompletude e se sentem marginalizados socialmente ou mesmo excluídos de determinados círculos. Para eles, o “dar à luz” muda de significado: de experiência física biológica converte-se em experiência social.

Desse modo, os casais denominados de inférteis pela medicina, pela falta da potencialidade reprodutiva, estão em situação de mão dupla: encontram-se mergulhados na crise de serem classificados como tal e, simultaneamente, vivem a “saga” da superação do que são (TAMANINI, 2006b). Assim sendo, considero que a infertilidade não deve ser pensada apenas como doença, mas como a impossibilidade de se cumprir uma função social: a do casamento para gerar filhos e constituir família, como parece evidenciar a experiência de mulheres que se submeteram à reprodução assistida.

Como efeito do rápido surgimento de novas técnicas, uma acelerada busca pelas causas da infertilidade também iniciou. Até recentemente a causa era atribuída à mulher⁵², objeto de exaustivas

⁵² Na era medieval, os médicos entendiam que o problema afetava tanto mulheres quanto homens. Diferentemente de hoje, naquele período não atribuíam automaticamente à mulher as dificuldades para engravidar. A infertilidade estava ligada ao homem e, acreditava-se que, para tratá-la, era preciso comer testículos de porco ou de cervo. O uso de poções feitas com ervas naturais, como a erva-dos-gatos, eram algumas das receitas mais comuns na recomendação dos médicos da Idade Média para resolver esse problema. Notícia disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/07/1905866-testiculos-de-porco-erva-dos-gatos->

avaliações. Em momento posterior, foi substituída pela categoria “casal infértil”, fruto do discurso médico que desfoca a categoria mulher infértil, sem, no entanto, mirar, exclusivamente, a categoria homem infértil (LUNA, 2000).

A esterilidade masculina é desconhecida por muitas culturas e, em nosso contexto fala-se em sua invisibilidade, pois submeter-se a exames fere a masculinidade e mostra a fragilidade do homem, encarada como sinal da falta de virilidade. Com relação à atribuição feminina, ela comporta a reprodução “biológica” e carrega a esterilidade estigmatizante. A mulher não tem sua sexualidade colocada em questão como o homem, mas é destituída de sua identidade feminina. A infertilidade feminina ameaça tanto a identidade de gênero como o próprio laço conjugal (VARGAS, 1999).

As mulheres, além de estigmatizadas pela infertilidade e cobradas mais intensamente pela família, são, também, julgadas por suas escolhas e prioridades relacionadas à maternidade tardia. A idade é um dos fatores de maior peso na queda do potencial reprodutivo da mulher, quadro que influencia para um diagnóstico de infertilidade.

Em nossa sociedade, há muitos simbolismos, expectativas e desejos, e ser mãe é um deles. O discurso de que “para ser mulher deve-se ser mãe” surge historicamente, e seria exagero de minha parte atribuí-lo apenas à sociedade atual por sofrer as consequências de algo plantado no passado. Como afirmou Solnit (2017), a ligação entre

e-outros-remedios-estranhos-para-infertilidade-na-idade-media.shtml. Acesso em: 01 ago. 2017.

feminilidade e maternidade parece uma regra geral, o “natural” a toda mulher. A mulher que se contrapõe a essa imposição social que, como veremos, é uma natureza forçada a muito custo (seja pela impossibilidade biológica de gestar ou pela opção por não ter filhos), é vista como diferente, a anormal (PATIAS; BUAES, 2009).

A identidade feminina é fortemente caracterizada pelo desejo de procriação e continuidade por meio da experiência da maternidade. É como se a mulher, que não segue à risca essa exigência, fosse indigna de contemplar a feminilidade em seu estado absoluto, sendo uma mulher incompleta. Esse fato é reforçado por fatores psíquicos e socioculturais, que fazem do desejo feminino de ter um filho algo naturalizado. Tal desejo se insere em um campo psíquico com significações inconscientes, sendo o projeto de ter um filho também carregado de investimentos narcísicos (RIBEIRO, 2004). Assim, as mulheres atribuem ao plano subjetivo o querer ter filhos, é como “realizar o sonho - ou desejo - de toda mulher” confirmando o sonho que as acompanha desde a infância. As respostas referentes ao sonho da mulher e ao tempo de executá-lo indicam o quanto se vê a maternidade como condição essencial da identidade feminina (VARGAS, 1999; COSTA, 2009), sendo as mulheres inférteis acusadas de “ter olho grande”, inveja e de não ser mulher.

Algumas metáforas como “figueira” e “árvore seca” são abordadas para referenciar mulheres inférteis. Compara-se o ato voluntário de não ter filhos a uma etapa de um processo produtivo “artificial”, pois o “natural” é ter filhos. A esterilidade é comparada a

fenômenos naturais: árvores sem fruto ou ressecadas, flores murchas, fontes que se secaram. A metáfora da ‘secura’, de acordo com Luna (2007), é a mais frequente.

A consequência dessa rotulação às mulheres que não conseguem engravidar gera sentimentos negativos como vergonha, fragilidade, frustração, inferioridade, baixa auto-estima, culpa, depressão, choro, tristeza – inclusive ao ver crianças - além de ansiedade e preocupação. Não incomum é o sentir-se magoada com a fertilidade alheia que pode se transformar em bloqueio na convivência com algumas pessoas e na ida a certos lugares, para evitar contato com mulheres grávidas e com filhos pequenos, festas infantis e chás de bebê. Enfim, o único impulso positivo se resume a procurar tratamento.

A dificuldade de ter filhos torna-se questão mais difícil porque, não cumprindo o seu papel, a mulher enfrenta, além de representações de incapacidade, a cobrança. Indiferente se familiares consanguíneos ou afins, a pressão e a cobrança para ter filhos acontecem, sendo frequentes as perguntas sobre a vinda do neném ou do herdeiro. No contexto da pesquisa, a cobrança social e familiar para a maternidade e a paternidade é praticamente unânime para quem vive o dilema da infertilidade e precisa buscar tratamento médico. Segundo as respostas da pesquisa, 89% dos entrevistados afirmaram sofrer pressão social, enquanto 11% não mencionaram nada a esse respeito.

É relevante citar a cobrança por filhos vindo da família mais ampla: amigos, vizinhos, colegas de trabalho. Essa cobrança mostra expectativas culturais sobre a reprodução da família. Para a família

mais ampla, a geração de filhos corresponde à manutenção do nome e da honra familiar (ABREU FILHO, 1980). A expectativa social para o casal gerar filhos é tanto mais forte quanto mais próximas são as pessoas da rede familiar.

Essa cobrança da família mais ampla está relacionada à manutenção da família, pela presença de filhos, netos e bisnetos etc. A família precisa se perpetuar a fim de garantir que o nome não “morra”. Ocorre que a inesperada infertilidade involuntária em alguma das gerações compromete o ímpeto de continuidade da honra e do nome familiar, por isso, não raramente, pais e familiares próximos chamam para si a responsabilidade, custeando, inclusive, o tratamento e os medicamentos para a reprodução assistida.

No contexto de sociabilidades, as tecnologias reprodutivas viriam a suprir esse vazio gerado pela infertilidade e pela impossibilidade do nascimento do almejado bebê, relacionado com ao plano subjetivo pela ótica dos sonhos, mas que precisa ser materializado, objetivado, a fim de fazer sentido, haja vista que o propósito maior, ainda que não divulgado pelos pais, seja a socialização completa destes que só é adquirida por meio daquele. Contrariada essa expectativa, vive-se, para alguns, uma espécie de meia socialização, decorrente da falta de filhos e, claro, da família nuclear – pai, mãe, filho.

A adoção de uma criança ou a simples aceitação da dificuldade são geralmente preteridas pela medicalização - a supremacia do vínculo sanguíneo é reforçada pelas tecnologias laboratoriais e desperta nos pacientes um sentimento de urgência que minimiza os riscos. De

acordo com Barbosa (2000), apesar de a atual legislação civil e constitucional ter prestigiado o valor sócio-afetivo da filiação, as NTRs como técnicas ou como “tratamento”, conferem fluidez ao papel do sangue e aos laços biológicos decorrentes do acesso ao “próprio filho”.

Ao contrário dos bebês sob demanda das NTR, na adoção, são preponderantes o interesse da criança e o interesse social, por assegurarem e atribuírem meios à reprodução social dos já nascidos. “Os contrastes entre essas práticas podem ser ainda mais agudos no Brasil, país marcado por desigualdades sociais, onde se aprofunda progressivamente o problema da exclusão social, que atinge, antes de mais nada, grupos como os formados pelas crianças” (CORRÊA; LOYOLA, 1999, p. 228).

De acordo com a concepção mais introspectiva, a falha biológica do casal é exposta com a adoção, assim como na aceitação de material reprodutivo de um terceiro: excluir um dos parceiros da reprodução genética representa uma ameaça ao “equilíbrio do casal”, sobretudo, nos casos em que apenas um dos parceiros foi clinicamente considerado infértil.

5 A MERCANTILIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA

A medicalização da ausência de filhos reside na legitimação atribuída ao discurso médico que, além de técnico, é também normativo, criando uma demanda não espontânea por reprodução assistida no Brasil. Há, ainda, uma proliferação de atos médicos e um

consumo exagerado desse serviço, bem como o apoio financeiro e logístico da indústria farmacêutica e de equipamentos para RA.

Conforme Novaes e Salem (1995), a tecnologia reprodutiva possibilitou o envolvimento direto da equipe médica na concepção e na transferência de embriões, fenômeno que, pode ser designado como a “medicalização da fecundação”. Esse fenômeno afeta e altera o peso relativo à voz e à intensidade de participação dos sujeitos ativos no interior da rede, nas diferentes formas de concepção. Com isso, alteram-se as condições para reclamar precedência em processos decisórios, sobretudo em situações que o embrião está localizado fora do corpo da mulher.

Portanto, incomuns formas de comercialização são fomentadas pelas funções reprodutivas, resultado da combinação entre tecnologias biomédicas e ações de mercado. A indústria da tecnologia reprodutiva é impulsionada pelas crenças no determinismo genético, em que óvulos e espermatozoides tornam-se bens de consumo negociados pelo seu valor genético. O gerenciamento da reprodução e de serviços médicos como bens de consumo estimulou a criação de um mercado farmacológico e de diagnóstico, em paralelo.

Esse mercado biotecnológico que transforma material genético – sequências de DNA, tecidos, células-tronco, órgãos – em mercadoria, também converte a linguagem da biociência em linguagem comercial, “da oferta e da procura”, como se o corpo fosse descontextualizado, despidido de outros significados culturais e associações pessoais, reduzido a um objeto utilitarista.

A escassez de informações sobre o gerenciamento dos serviços médicos reprodutivos legitima a forma como o tratamento da infertilidade é veiculada pelos médicos e meios de comunicação e como é absorvida pela população. Assim, a abordagem pública utilizada atua em prol de uma demanda pelas NTR e, simultaneamente, modifica a consciência da ausência de filhos, porém desconsidera problemas como as baixas taxas de sucesso das técnicas, seus riscos e efeitos duvidosos, os custos elevados e a forma limitada como essas tecnologias vêm sendo avaliadas no próprio campo científico e poucas publicações delas.

A mídia escrita e falada toma para si o papel de apresentar as NTR e anunciar bebês que nasceram em condições improváveis. Em geral, apenas os quadros bem-sucedidos são apresentados na mídia impressa e na televisão e figuram como importante estímulo aos casais que encontram dificuldades para engravidar. Aliás, essa publicidade cria uma ilusão de acesso e poder fácil que, na prática, é substituída pelo alto custo das tentativas e pelo baixo desempenho das técnicas.

Quanto à divulgação das técnicas de reprodução na mídia, um meio bastante explorado são os depoimentos emocionados de casais e mulheres que reiteram uma espécie de “criação divina reapresentada”, a qual supera toda infelicidade e desespero ocasionado pela infertilidade. Para eles, a intervenção médico-tecnológica é sinônimo de benção, pois lhes possibilitou a formação de uma família. Como indica Franklin (1997), proporcionar a felicidade a esses casais, mediante a concepção do filho biológico, de alguma forma protege os

especialistas da censura que poderia surgir ao se colocarem no lugar de Deus.

Outra forma de *fetichização* das tecnologias reprodutivas se dá com o emprego de imagens. Rámirez-Gálvez (2009, p. 94) observa que “nas imagens usadas na RA não se trata de fetos, e sim de bebês “prontos”, com a beleza e a certeza de sobrevivência que ganham alguns meses depois do nascimento”.

As mulheres entrevistadas, como outras, trilharam uma longa trajetória de medicalização para a reversão da condição de infertilidade involuntária, fato que dá a elas conhecimento e familiaridade sobre as diferentes técnicas, com os nomes das medicações e dos hormônios, além da lembrança exata das datas dos procedimentos, o que não só demonstra a importância dos eventos para elas, mas as engajam intensamente no projeto de reprodução biológica. Os profissionais envolvidos, por sua vez, estão comprometidos com a reprodução biológica e recorrendo à medicalização para a concretização do “desejo” por filhos, em que o ato de procriar é racionalizado e reconfigurado, sob a ótica da tecnologia, e não visto como castigo divino.

O “FILHO MAIS FILHO” E A CONTINUIDADE DOS RELACIONAMENTOS FAMILIARES: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa percebi a maternidade e a paternidade como um projeto, haja vista o planejamento de vida (social, financeiro,

cronológico) entendido como um propósito para os meus entrevistados. No entanto, quando ele não é alcançado de modo “natural” e espontâneo, é possível notar a fragilidade de alguns casais frente à inesperada infertilidade, vista por eles como um obstáculo ao almejado fim: o filho. Homens e mulheres se sentem incompletos com a impossibilidade da prole. Para eles, a virilidade é atingida e, para elas, a identidade feminina plena, realizável apenas com a maternidade, não é conquistada. Em geral, as malsucedidas tentativas de gravidez dão ensejo a frustrações que podem evoluir para quadros de conflitos emocionais e psicológicos, além de não ser incomum a presença de piadas e brincadeiras por parentes e amigos, ensejando rótulos e estigmas. A corrida passa a ser, na maioria das vezes, contra o ‘relógio’, de modo que o corpo feminino é precipuamente exposto a intervenções, medicações e seus efeitos, objetivando a prole biológica. Diante disso, muitos casais se percebem expostos: a esfera íntima da filiação e a sexualidade convertem-se em dimensão extra vida privada, repercutindo, inclusive, na esfera social.

A bibliografia indicava e as entrevistas foram confirmatórias: a precedência da filiação biológica e genética sobre a filiação social, pois do contrário não haveria a intensa busca pela reprodução assistida, e a adoção poderia ser uma via mais aceitável. A justificativa na perspectiva dos entrevistados é a de que o filho biológico, devido ao sangue e à carga genética é “mais filho” do que o adotado, que carrega o sangue e os genes de desconhecidos.

Foi possível perceber, ainda, como as técnicas de reprodução são propagadas como “a” chance de solucionar o impasse proveniente da infertilidade. A fertilização *in vitro* é o procedimento mais conhecido em Marechal Cândido Rondon pelas relações pessoais, mais que midiática, sendo também o mais invasivo e caro, levando os casais a iniciarem verdadeira batalha que requer tempo, dinheiro e “cabeça”.

Durante a pesquisa, houve a apreensão de um forte e essencial posicionamento ético, sobretudo pela bioética e biossegurança, que intervêm e questionam os benefícios gerados pelas biotecnologias conceptivas e os inconvenientes dela resultantes, já que se trata de uma técnica experimental a serviço de um modo de vida, isto é, compreende técnicas inconsistentes, elevadas taxas de insucessos em uma única tentativa e alta margem de risco e efeitos colaterais.

Os dados da pesquisa de campo foram reveladores e indicaram que a quase totalidade dos entrevistados não vislumbra um possível comércio associado às práticas de concepção assistida. Entretanto, é nítida a existência da mercantilização e publicização dos corpos e da vida, bem como a existência de uma relação pacientes/clientes retratada como uma relação comercial. Se, por um lado, a comercialização do material humano é condenada pelos valores tradicionais; por outro, é amenizada com a retórica da dádiva e do apelo à filantropia. A retórica da dádiva mascara a relação com a mercantilização de partes do corpo, silenciando qualquer discussão sobre isso (SHARP, 2000).

Foi possível identificar o perigo do consumo imediato e desinformado dos pacientes pelas técnicas reprodutivas,

desconsiderando os riscos de insucesso e de autossufrimento. A imediatez, a falta de conhecimento prévio e o desgaste emocional dos pacientes levam a uma abusiva medicalização da reprodução, em que a vida passa a ser completamente gestada e programada a partir da manipulação, ingestão e dosagem de medicamentos. Evidente, portanto, o poder de agir da ciência, por meio de seus agentes (médicos, biólogos, biomédicos), sobre o nosso bem maior: a vida.

Com relação aos entrevistados de Marechal Cândido Rondon que se utilizaram das práticas da reprodução assistida, observou-se que, além da prioridade pelo filho biológico, há um forte apelo à tradição, à honra, ao nome de família, ao sangue e à moral incutida nesse laço sanguíneo. Também o aspecto narcísico é evidenciado quando relatam que a filiação biológica é um modo de continuidade de si e da família, e, por fim, apenas com a constituição da família nuclear tradicional se sentem incluídos socialmente. Constatou-se, ainda, mais duas características importantes, além das acima mencionadas: a primeira é que a medicalização da RA parece estar a serviço da parentalidade, ou seja, os pais são ‘co-construídos’, mesmo participando parcialmente das decisões médicas e dos serviços para a continuidade da família nuclear heterossexual. Os papéis de mãe e de pai são fortalecidos por essa intervenção tecnológica e o componente sexual é transferido para a função simbólica da necessidade biológica que assegura o compromisso do casal para quem o filho é considerado “natural”. Desse modo, os relacionamentos implicados na família precedem a

medicalização da reprodução para assegurar relações de parentesco e descendência biológicos e sociais.

A segunda característica é o modo como essas mulheres despertam para esse campo da reprodução assistida, temática que segundo os pesquisados, é desconhecida pela maioria das pessoas, sobretudo daquelas com mais idade, sendo necessária uma breve explicação ou alguma referência para o entendimento. Por meio dos relatos, foi possível perceber que muitas delas só tiveram conhecimento das possibilidades por meio de amigos próximos, que as indicaram para o tratamento com os recursos médicos disponíveis na cidade mais próxima, de modo que elas também só se informaram sobre a inseminação e a fertilização após o diagnóstico médico. Durante as entrevistas, alguns participantes disseram que antes essa possibilidade era algo distante e impensável, informação indicativa de que a mídia impressa e a televisão não tiveram muita influência sobre o conhecimento, por parte deles, das novas tecnologias reprodutivas.

Em suma, as novas tecnologias reprodutivas, embora possam demandar uma reavaliação de valores éticos, jurídicos, científicos e médicos e propiciar novas reconfigurações familiares, para o grupo de mulheres e famílias entrevistado em Marechal Cândido Rondon, asseguram que o filho nasça para seguir o axioma tradicional de inserção e continuidade dos relacionamentos da família nuclear heterossexual.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, O. de. *Raça, Sangue e Luta: identidade e parentesco em uma cidade do interior*, 1980. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família* –. Trad. Dora Flaksman. – 2.ed. (Reimpr.). – Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BARBOSA, R. M. *Desejo de filhos e infertilidade: um estudo sobre a reprodução assistida no Brasil*, 1999. Tese de Doutorado. São Paulo: Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. *Revista Estudos Feministas*, ano 8, nº 1, p. 212-228, 2000.

CORRÊA, M. V.; LOYOLA, M. A. Novas Tecnologias Reprodutivas. *Physis: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 9(1): 209-234, 1999.

COSTA, T. et al. América Latina e busca por reprodução assistida: perfil da paciente em um serviço público de referência no Rio de Janeiro Brasil. *JBRA Assisted Reproduction*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 21-35, 2009.

DURKHEIM, É. La famille conjugale. *L'Année Sociologique*, p. 35-49, 1892.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *O que é Biotecnologia*. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/o-que-e-biotecnologia/>>. Fonte <<http://www.bio.org>>. Acesso em: 02 de set. 2017.

FERRY, L. *Famílias, amo vocês: política e vida privada na época da globalização*. Trad. Jorge Batos. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

FRANKLIN, S. *Embodied Progress. A cultural account of assisted conception*. London and New York, Routledge, 1997.

FRIGOTTO, G. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. In. JANTSCH, Ari Paulo;

BIANCHETTI, Lucídio (orgs.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAQUEUR, T. *Making Sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1992.

LENOBLE, R. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Ed. 70. 1990.

LÔBO, P. *Famílias*. São Paulo: Saraiva, 2009.

LUNA, N. *Bebê de Proveta, Barriga de Aluguel, Embriões de Laboratório: as representações sociais das novas tecnologias reprodutivas*, 2000. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. *Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 395-417, maio-ago, 2005.

_____. *Provetas e clones: uma antropologia das novas tecnologias reprodutivas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

MOÁS, L. da C.; CORRÊA, M. C. D. V. *Filiação e tecnologias de reprodução assistida: entre medicina e direito*. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, ano 20, n. 2, p. 591-607, 2010.

NOVAES, S.; SALEM, T. *Recontextualizando o embrião*. *Revista Estudos Feministas*, ano 3, n. 1, p. 65-88, 1995.

PAGELS, E. *Adam, Eve and the serpent*. New York: Vintage Books, 1989.

PATIAS, N.D.; BUAES, C. S. *Não têm filhos? Por quê?* *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, v. 10, nº 1, p. 121-133, 2009.

RAMIREZ-GALVEZ, M. *Corpos fragmentados e domesticados na reprodução assistida*. *Cadernos Pagu*, n. 33, p. 83-115, jul./dez. 2009.

RIBEIRO, M. F. da R. *Infertilidade e Reprodução Assistida: desejando filhos na família contemporânea*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SHARP, L. The commodification of the body and its parts. *Ann. Rev. Anthropol.*, vol. 29, p. 287-328, 2000.

ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Trad. André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SCHNEIDER, D. *American kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.

SOLNIT, R. A mãe de todas as perguntas. *Piauí*. Rio de Janeiro: Alvinegra, ano 11, n. 131, p. 52-55, ago. 2017.

STRATHERN, M. *After nature: English Kinship in the Late Twentieth Century*. Manchester: Manchester University Press, 1992.

_____. *Reproduction the future: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies*. Manchester, Manchester University Press, 1992.

_____. Regulation, substitution, and possibility. In: Edwards, J. et al. *Technologies of procreation: kinship in the age of assisted conception*. 2. ed. London/New York: Routledge. p. 171-216, 1999.

TAMANINI, M. *Tecnologias conceptivas: da intervenção tecnológica à moral do ter que fazer*. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana (Org.). *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 271-293, 2006b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. *O que é Biotecnologia*. Disponível em: <http://www.sjc.unifesp.br/biotec_ict/?page_id=46>. Acesso em: 02 de set. 2017.

VARGAS, E. P. A figueira do inferno: os reverses da identidade feminina. *Estudos Feministas*, 7 (1-2): 89-108, 1999.

Sobre os Organizadores

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia (UFMT), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP), onde atua, também, como coordenador. É pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin/USP. Contato: jcsuzuki@usp.br

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. Contatos: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

Wagner Tadeu Iglecias

Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas - e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor doutor, ms-3, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Contato: wi6@usp.br

Sobre os Autores

Alessandra Cavalcante de Oliveira

Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (PROLAM-USP). E-mail: alesolive@gmail.com

Andrea Ciacchi

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Formado em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza", Mestrado em Letras na UFPB, Doutorado em Estudos Ibéricos na Universidade de Bolonha, Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia da UNICAMP e Pós-Doutorado também em Antropologia na Universidade de Roma "La Sapienza". Email: andrea.ciacchi@unila.edu.br

Josiele Kaminski Corso Ozelame

Doutora em Literatura, Professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE campus de Foz do Iguaçu, Paraná. E-mail: josicorso@gmail.com

Júlio Manuel Pires

Doutor e mestre em economia pela USP, é graduado em economia e história pela mesma universidade. Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e professor titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP. E-mail: jmpires@usp.br

Mayra Coan Lago

Doutoranda no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Integração da América Latina, na área de Práticas Políticas e Relações Internacionais, pelo PROLAM/USP, e internacionalista pela FAAP. E-mail: mcoann@hotmail.com

Melissa Salinas Ruiz

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: m__salinas@hotmail.com

Regina Coeli Machado e Silva

Pós-Doutora em Antropologia pela Universidade Nacional de Brasília (UNB/Brasil). Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil). Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado da UNIOESTE em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Campus de Foz do Iguaçu - (UNIOESTE/Brasil). E-mail: coeli.machado@yahoo.com.br

Samuelli Cristine Fernandes Heidemann

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação strictu sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras nível de Mestrado e Doutorado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Brasil). Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Brasil). E-mail: samucristine@gmail.com

Víctor Pacheco Garrido

Doctorando del Programa de Pos-graduación en Estudios Comparados sobre las Américas, Universidad de Brasília. <https://orcid.org/0000-0001-8992-6544> E-mail: vpachecogarrido@gmail.com